

Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes-SN - Janeiro de 2006 - Nº36

DOSSIÊ 2
FUNDAÇÕES 2

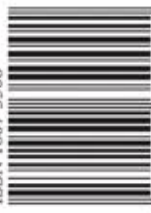
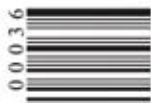
Fundação Zerbini, a implosão do modelo



AVALIAÇÃO,
instância definidora da pesquisa?



ENTREVISTA COM
RENATO JANINE
(CAPES)



ISSN 1807-3506

9 771807 350001

Homenagem

6

Florestan Fernandes e a defesa da Escola Pública

João Zanetic

15

Escola Florestan Fernandes, marco na história do MST

Antonio Biondi

23

Uma unanimidade, muitas homenagens

Antonio Biondi

Universidade

26

Todo o poder à avaliação!

José Chrispiniano

36

ENTREVISTA

Renato Janine Ribeiro

Dossiê Fundações 2

52

Fipt, a invenção do Estado paralelo?

José Chrispiniano

57

Nova fundação privada no eixo Ipen-IPT

Laura Giannechini

66

Orçamento das universidades e a agenda de CT&I em São Paulo: qual saída?

Ricardo T. Neder

71

Unesp terá de cobrir dívida contraída por fundação “fantasma”

Ana Maria Barbour

74

FDTE mantém em sigilo total sua movimentação financeira

Almir Teixeira

Vinícius Rodrigues Vieira

82

Convênios com Naippe permitem a empresas oferecer cursos “USP”

Vinícius Rodrigues Vieira

89

Explode a crise na Fundação Zerbini

Vinícius Rodrigues Vieira

93

“Política ousada” ou megalomania?

Ana Maria Barbour, Pedro Estevam da Rocha Pomar e Vinícius Rodrigues Vieira

99

“Só Bloco 2 do InCor não explica dívida”, declara Bandeira Lins

Ana Maria Barbour e Pedro Estevam da Rocha Pomar

DIRETORIA

César Augusto Minto, Francisco Miraglia Neto, João Zanetic, Carla Roberta de Oliveira Carvalho, Raquel Aparecida Casarotto, Lighia B. Horodynski Matsushigue, Marcelo Luiz Martins Pompêo, Marcio R. Lambais, Sérgio Souto, Janete Rodrigues da Silva Nakao, Carlos Roberto de Andrade

Comissão Editorial

Franklin Leopoldo, Hélio Morishita, João Zanetic, José Carlos Bruni, José Marcelino, Luiz Menna-Barreto, Marco Brinati, Osvaldo Coggiola, Paulo Eduardo Mangeon Elias

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Assistente de redação: Vinícius Rodrigues Vieira

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara • **Assistente de produção:** Rogério Yamamoto

Capa: Luís Ricardo Câmara sobre foto de Daniel Garcia

Ilustrações: Maringoni

Secretaria: Alexandra M. Carillo e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Impressão: Copy Press

Tiragem: 6.500 exemplares

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: imprensa@adusp.org.br

Telefones: (011) 3813-5573/3091-4465/3091-4466 • Fax: (011) 3814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

UM *AFFAIR* REVELADOR

O rumoroso *affair* Hospital das Clínicas-Fundação Zerbini escancarou distorções que, sem ele, prosseguiriam ocultas por uma bem-sucedida política de *marketing*. Como de praxe, certas práticas e desvios tolerados, abrigados, cultivados e naturalizados pelo sistema fundacional privado só ganham cores de escândalo quando invadem terreno de concorrentes, ou quando excedem limites que põem em risco a imagem de conjunto do sistema.

Assim foi quando a Fipecafi, entidade que cresceu à sombra da USP e da sua Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, aventurou-se, em 2001, a tentar criar a Faculdade Brasileira de Gestão de Negócios. Teve que recuar às pressas diante da reação da alta burocracia da universidade, capitaneada pelo então reitor, Jacques Marcovitch, ele próprio um eminente representante dos quadros da mais lucrativa das “entidades sem fins lucrativos” atuantes na USP, a FIA.

Assim foi, igualmente, no final de 2005, quando a direção da Fundação Zerbini viu-se sob fogo cerrado dos seus pares do HC, ligados, por sua vez, à Fundação Faculdade de Medicina. Muitos deles sabiam, de longa data, que a situação financeira da fundação que controla o Instituto do Coração (InCor) vem-se deteriorando celereamente desde 1999, quando registrou déficit de R\$ 16,8 milhões. Em 2004, o déficit alcançou R\$ 53,5 milhões.

Não é crível que os membros do Conselho Deliberativo do HC desconhecêssem tais dados, mesmo porque um deles é eleito para representá-los no Conselho Curador da Fundação Zerbini. Então, por que *só agora* tomou-se uma decisão, a de destituir o diretor do InCor, professor Franchini Ramires? Mas há mais, bem mais. As temerárias decisões de expansão das atividades da fundação tomadas em 2003 (algumas das quais nada tinham a ver com as finalidades estatutárias da entidade), quando o déficit já superava R\$ 39 milhões, foram unanimemente aprovadas pelo Conselho Curador. Cabe perguntar, portanto: afinal de contas, qual foi o verdadeiro estopim da decisão do mais alto colegiado do HC?

Dossiê Fundações 2

Nesta edição, a *Revista Adusp* publica a primeira parte de um novo dossiê sobre a atuação das fundações privadas ligadas a instituições públicas de ensino e pesquisa. Em destaque, além das reportagens sobre a Fundação Zerbini e o InCor, o relato de situações que se entrecruzam: fundações “de fachada” na Unesp e no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT); projeto de fundação no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) cuja sede seria o IPT... Ainda a propósito do financiamento dos institutos públicos de pesquisa, artigo do professor Ricardo Neder discute a agenda de ciência e tecnologia em São Paulo. Completa o bloco uma reportagem sobre a FDTE, a mais antiga e opaca fundação privada “de apoio”.

Avaliação superpoderosa

Retornamos ao nevrálgico tema oferecendo aos leitores uma ampla matéria sobre essa que se tornou a mais poderosa instância da educação no Brasil, materializada, na graduação, nos “exames nacionais”, e na pós-graduação, nos ditames da Capes.

Florestan Fernandes, presente!

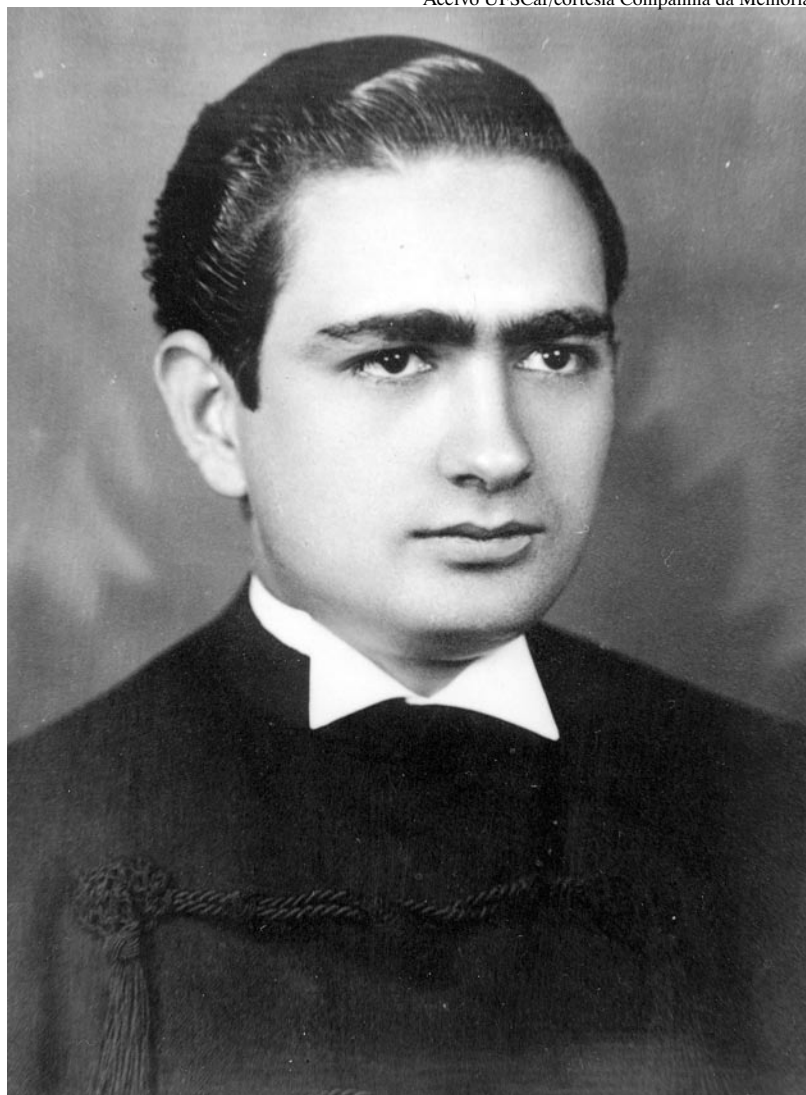
Publicamos artigo do professor João Zanetic sobre a luta do grande sociólogo em defesa da escola pública, e uma reportagem de Antonio Biondi sobre a Escola Florestan Fernandes, do MST.

FLORESTAN FERNANDES E A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

João Zanetic
Professor do Instituto de Física-USP

Acervo UFSCar/cortesia Companhia da Memória

Todos os eventos ocorridos em homenagem a Florestan Fernandes são, mais do que justos, necessários. Num país tão pouco apegado às suas memórias mais significativas e, ao mesmo tempo, tão necessitado de aprender com sua história, vale homenagear a figura desse notável cientista social, militante do socialismo e grande estudioso e combatente em defesa da escola pública



1943: bacharel em Ciências Sociais

Em 2005 ocorreram vários eventos em homenagem a Florestan Fernandes, marcando os dez anos decorridos desde seu falecimento em 10 de agosto de 1995. Tive oportunidade de participar como convidado em dois deles, que aconteceram no Auditório Franco Montoro da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

O primeiro, em 8 de agosto, promovido pelo mandato do deputado estadual Renato Simões (PT), foi um “Ato solene em homenagem a Florestan Fernandes”, que contou com exposições de Plínio de Arruda Sampaio e Francisco de Oliveira que abordaram, respectivamente, a atividade política e parlamentar e a vida acadêmica de Florestan. Participei desse evento representando o Fórum das Seis que, em campanha pela reversão do veto do governador Alckmin ao aumento de recursos para a educação pública de São Paulo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, aprovado pela Alesp, organizou o segundo evento, no formato de uma aula na greve, em 1º de setembro, com o tema “Florestan Fernandes e a defesa da Escola Pública”.

Acredito que todos os eventos ocorridos em homenagem a Florestan Fernandes são, mais do que justos, necessários. Num país tão pouco apegado às suas memórias mais significativas e, ao mesmo tempo, tão necessitado de aprender com sua história, vale homenagear a figura desse notável cientista social, militante do socialismo e grande estudioso e combatente em defesa da escola pública.



1960: Campanha em Defesa da Escola Pública

O breve texto que segue é uma versão ampliada das notas que utilizei na minha fala nos dois eventos acima mencionados.

Autodidata desde tenra idade, o ex-engraxate e ex-carregador Florestan ingressou na Faculdade de Filosofia em quinto lugar, em 1941, e passou a dar aulas como assistente de Fernando de Azevedo já em 1945

Para oferecer uma dimensão minimamente histórica do significado de Florestan Fernandes na sua incansável luta de várias décadas em defesa da educação pública, apresentarei algumas informações biográficas mescladas com algumas lembranças, recentes e antigas.

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, em 22 de julho de 1920. Numa bela entrevista que concedeu para a revista *Teoria&Debate*, em 1991, ele lembrava os seus primeiros anos de vida, destacando que foi menino de rua e que iniciara sua vida de trabalhador aos seis anos de idade! A partir dessa idade ele trabalhou inicialmente como ajudante

de barbearia, carregador e engraxate, trabalhando depois em açougue, marcenaria, alfaiataria, padaria, restaurante, bar e, finalmente, em um laboratório de produtos farmacêuticos. Nessa entrevista ele lembrava de um episódio ocorrido quando era um jovem carregador: “Com seis anos, eu só podia fazer pequenas tarefas, como, por exemplo, limpar as costas de fregueses em barbearias para ganhar gorjetas. Uma vez uma senhora me pediu para transportar uma caixa de mangas da Estação da Luz até a rua Treze de Maio. Imagine se há humanidade ou sentido cristão nesse tipo de trabalho!”¹

Quanto à vida escolar, pode-se afirmar que Florestan foi um autodidata desde tenra idade, pois, devido ao trabalho, não conseguiu completar sequer o curso primário regular. Completou seus estudos básicos em cursos de madureza e, mesmo assim, acabou passando em quinto lugar no exame de ingresso na Faculdade de Filosofia, em 1941, completando seu curso de Bacharelado em Ciências Sociais, em 1943, e a Licenciatura no ano seguinte. Em 1945 o estudante autodidata começou a dar aulas na Faculdade, contratado como professor-assistente, ao lado de Antonio Candido, na cadeira de Sociologia II, capitaneada por Fernando de Azevedo.

Cabe mencionar aqui a lembrança que Antonio Candido resgatou daquela época por ocasião de outra homenagem, ocorrida em 10 de agosto, quando a biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas passou a de-



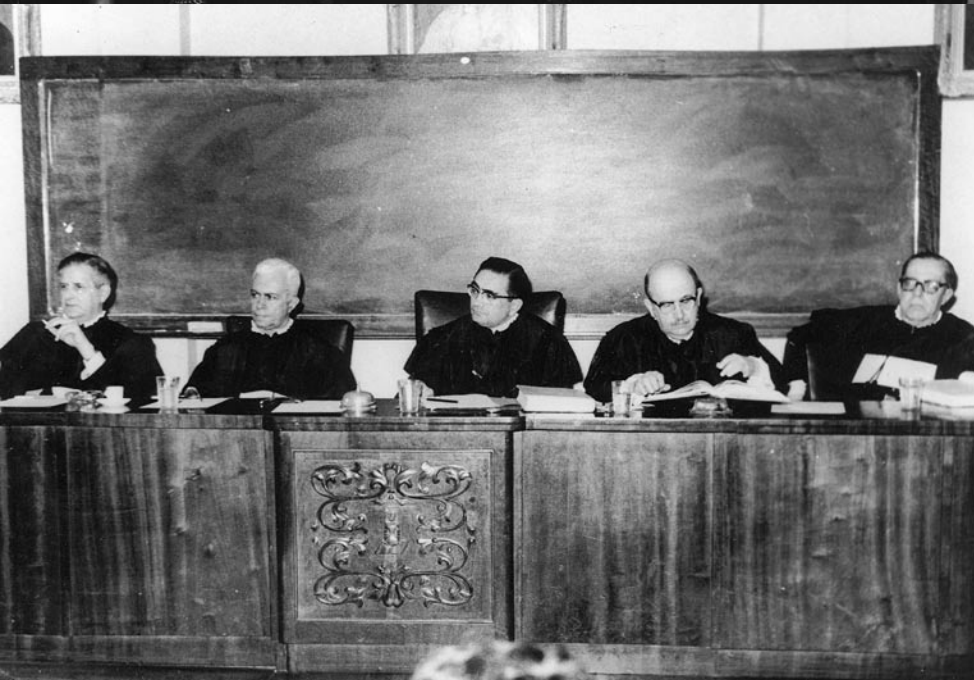
1960: Reunido com maçons durante a Campanha em Defesa da Escola Pública

nominar-se Biblioteca Florestan Fernandes. Antonio Candido disse que o nome do velho amigo era, sem dúvida, o mais apropriado para designar a biblioteca, pois Florestan amava os livros e a leitura desde os tempos em que eram estudantes, quando ele se punha a ler atentamente aqueles livros clássicos das ciências sociais que todos elogiavam, mas que nin-

guém ousava enfrentar. Rindo dessa lembrança, ele disse ainda que Florestan não apenas lia o livro como comentava seu conteúdo com os colegas. E nesse elogio ao livro e à leitura, cabe reproduzir aqui um trecho de um depoimento de Antonio Candido, numa homenagem a Florestan Fernandes, ocorrida em 1986:

“Um belo dia eu o conheci no

Fotos: Acervo UFSCar/cortesia Companhia da Memória



Octávio Ianni defende sua tese de doutoramento na FFLCH-USP (na primeira fila vê-se Fernando H. Cardoso). A banca, presidida por Florestan, conta com Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda

corredor da Faculdade, carregando uma enorme pasta de livros, encostado na janela e lendo, como já contei noutra lugar, uma vida de Buda, sobre a qual começou a falar com volubilidade. Também essa maneira por que o conheci se tor-

nou paradigmática para mim, porque Florestan foi e é um homem que lê praticamente sobre tudo. Engana-se quem supõe nele uma cultura puramente sociológica. Ele não só tem vasta informação filosófica, econômica, histórica, como

também grande formação literária e artística.”²

E foi em função também desse apego ao livro e à descoberta de outras leituras do mundo que o menino de rua logo passaria a ser um intelectual de primeira grandeza que, preocupado com a cruel realidade social que sentira na própria carne e espírito, procurava associar a qualidade teórica de seus estudos científicos às características históricas e sociais do Brasil. Essa preocupação está registrada na entrevista antes mencionada quando esclarece o motivo de sua escolha de estudo: “Quando fui para a Faculdade de Filosofia, a escolha de ciências sociais estava nebulosamente imbricada à idéia de que eu teria um conhecimento que seria útil para transformar a sociedade. Depois vi que, ao contrário, a estrutura do curso estava voltada para estudar a sociedade de uma maneira científica, não havia polarização ideológica.”³

Florestan encontraria uma forma de construir a ponte entre os conhecimentos científicos adquiridos e sua aplicação ao estudo de temas importantes para compreender e, possivelmente, “transformar a sociedade” em que estava inserido. É daí que nasceu, certamente, seu estudo inédito da problemática indígena, como também seu interesse na compreensão do negro na sociedade brasileira. Para exemplificar essa forma de tradução epistemológica de sua preocupação social basta mencionar que em 1946 ele traduziu o texto clássico de Marx *Crítica da Economia Política*, produzindo uma destaca-

da introdução analítica; em 1947 defendeu seu Mestrado, na Escola de Sociologia e Política, com a dissertação *A organização social dos Tupinambá*; e, em 1951, obteve seu doutorado, na Faculdade de Filosofia, com a tese *A função social da guerra na Sociedade Tupinambá*.

Para se ter uma dimensão do reconhecimento imediato da importância desses dois trabalhos e de outros que se seguiram para a introdução dos estudos sociológicos no Brasil, creio ser suficiente mencionar dois exemplos. Em primeiro lugar, a avaliação feita por seu mestre Fernando de Azevedo, apresentada no clássico *A cultura brasileira*, em 1954/55: “Com suas duas obras fundamentais (...) que lhe granjearam a reputação nos círculos mais ilustrados do país e do estrangeiro, Florestan Fernandes atinge, no plano dos estudos e das pesquisas sociológicas, uma posição científica que poucos na América Latina lhe poderiam disputar.”⁴ Em segundo lugar, confirmando o que dizia Fernando de Azevedo, Florestan obtinha reconhecimento de seus estudos sobre diferentes teorias sociológicas por parte de importantes intelectuais estrangeiros, como é o caso deste comentário do sociólogo americano Robert Merton a respeito de um trabalho de 1953: “O trabalho de Florestan Fernandes, *Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia* (São Paulo: Universidade de São Paulo, Boletim nº 170, 1953), é uma monografia informativa e sistemática que recompensa uma leitura tão apresada e falível como a minha.”⁵

No momento em que iniciou seus estudos sobre o negro na realidade brasileira, acendeu-se nele, segundo Antonio Candido, o estopim radical que brilharia até o final de seus dias

Uma outra temática de interpretação sociológica da realidade, que Florestan desenvolveu desde a década de 50, foi a marxista. E isso ocorreu no momento em que ele iniciou seus estudos sobre o negro na realidade brasileira que, na expressão feliz de Antonio Candido, acenderia nele o estopim radical que permaneceria brilhando até o final de seus dias. Com base nesse referencial teórico marxista Florestan apresentou, em 1964, para o concurso de professor catedrático, sua tese *A integração do negro na sociedade de classes*.

O último ano mencionado me traz à lembrança meus tempos de estudante e um acontecimento decorrente do Ato Institucional nº 5 (AI-5), baixado pela Ditadura Militar em 13 de dezembro de 1968. Numa tarde de abril de 1969, nas proximidades da sede do Cefisma⁶, ouvíamos pelo noticiário do rádio a leitura do primeiro decreto, emanado do AI-5, que cassava os direitos políticos e de trabalho de funcionários públicos, “aposentando-os”, como dizia o decreto. Entre algumas dezenas de nomes encontrava-se o de Florestan Fernandes. Foi um ato violento contra todos os envolvi-



1967: Fals Borda, Celso Furtado e Florestan, na

dos, mas que atingiu Florestan dolorosamente, uma vez que o afastava das atividades que ele mais amava, a docência e a pesquisa. Essa dor foi lembrada por Heloísa Rodrigues Fernandes, em entrevista logo após o falecimento de seu pai, com essas palavras: “Foi ruim, porque ele havia investido tudo na universidade e de uma hora para outra chegam para ele e dizem: ‘Você está fora.’”⁷

Uma cara lembrança que tenho de Florestan Fernandes está relacionada ao ciclo de conferências que ele deu em 1975 no Instituto Sedes Sapientiae, dirigido pela saudosa Madre Cristina. Para situar a gravidade do momento histórico então vivido, lembro que em outubro daquele ano foi assassinado, nas dependências do II Exército, o jornalista e professor da ECA-USP Vladimir Herzog. Nesse clima de terror, Florestan Fernandes, que costumava dizer naquela época que



Arquivo UFS/Caricortesia Companhia da Memória

Universidade de Münster

antes de sociólogo ele se considerava um militante socialista, nos oferecia um amplo quadro sobre as perspectivas sociais e políticas da realidade brasileira utilizando, para tanto, o rigor de seus referenciais teóricos onde o marxismo tinha uma posição de destaque.

Em 1977 Florestan foi contratado como professor da PUC-SP e, ao lado das aulas que ministrava, continuava a produzir artigos e livros analisando diferentes temas educacionais, políticos e acadêmicos. Um acontecimento importante decorrente de sua colaboração com a PUC, que testemunha o olhar atento de Florestan, unindo a pesquisa acadêmica à docência comprometida com um olhar crítico sobre a atualidade, deu-se por ocasião da criação dos cursos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Um desses cursos era dedicado a uma análise sobre

Cuba. Daí nasceu o livro *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*, publicado em 1979.

Na década de 80 Florestan assinou durante vários anos uma coluna semanal no jornal *Folha de São Paulo*. Em 1986 ingressou no Partido dos Trabalhadores, pelo qual foi eleito deputado federal nesse ano e reeleito em 1990.

Em função da realidade brasileira contemporânea, ou do processo histórico por que passa a sociedade brasileira, como preferia dizer Florestan Fernandes, são úteis estas palavras registradas ainda na mesma entrevista de 1991: “No momento em que o PT renegar a sua função de servir de espinha dorsal à luta política dos trabalhadores, deixando de ser um partido de revolução contra a ordem, ele deixará de ter importância para a instauração da democracia com igualdade social no Brasil.”⁸

A Campanha em Defesa da Escola Pública, lançada em São Paulo em 1960, levou-o a percorrer o país e manifestar-se inúmeras vezes. Publicadas como artigos por jornais e revistas, suas declarações tiveram grande repercussão nacional

Muitos são os exemplos que poderia escolher dentro do trabalho analítico de Florestan Fernandes sobre temas que cobrem todos os níveis e modalidades da educação brasileira. Muitos são também os exemplos de seu engajamento militante na luta em defesa da escola pública. Um exemplo significativo dessa luta, e que desperta um olhar muito amargo sobre o que ocorre nos dias de hoje, foi a Campanha em Defesa da Escola Pública, desencadeada durante a I Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública, ocorrida em São Paulo, em 5 de maio de 1960. Essa Campanha levou Florestan Fernandes a se manifestar inúmeras vezes, convidado por entidades de estudantes secundários e universitários, de professores, de jornalistas, de escritores e de operários que se juntaram num movimento inédito no Brasil.

Antonio Candido, que sempre esteve carinhosamente atento às atividades do amigo, apresenta a seguinte reflexão sobre esse momento: “Assim, o teórico que estava privilegiando cada vez mais a visão marxis-

ta se associava ao pesquisador que privilegiava cada vez mais o estudo dos problemas contemporâneos. Estava, portanto, pronto o terceiro Florestan Fernandes, o da maturidade, a partir dos anos 60. Este foi o da luta pela escola pública, em cuja defesa percorreu o país numa campanha memorável; foi o dos pronunciamentos de corte socialista, o que levou a ditadura a submetê-lo em 1964 a um inquérito policial-militar e, ante a sua firme reação de destemor e inconformismo, a detê-lo num quartel do Exército. O desfecho foi a aposentadoria punitiva em 1969, que o obrigou a viver tempos no exterior.”⁹

Nessas suas manifestações, que se transformaram em artigos publicados pelos jornais e revistas da época, ganhando grande repercussão nacional, Florestan fazia um balanço da educação brasileira que ainda é muito atual. Ele destacava diversos momentos anteriores à Campanha de 1960, como o papel desempenhado pelo “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932, que defendia a “necessidade de dar ao sistema nacional de educação um caráter orgânico e integrado, de modo a submeter as tendências à diferenciação e à descentralização do ensino a um conjunto de objetivos comuns e a um mínimo de princípios diretores fundamentais”. Ele afirmava que essa idéia foi incorporada na Constituição de 1934, que mencionava pela primeira vez a construção de um “plano nacional de educação”. Já a Constituição de 1946 mantinha essa conquista e estabelecia que competia “à União legislar sobre Diretrizes e Bases da

Educação Nacional”. No entanto, o caminhar da construção dessa lei foi demasiadamente lento. Florestan destacava que “só em 1957, em parte sob a pressão dos educadores e o clamor da opinião pública esclarecida e em parte sob a exigência de circunstâncias imperiosas, o assunto passou a tramitar com maior rapidez pela Comissão de Educação e Cultura do Congresso”.¹⁰

Assim, a Campanha em Defesa da Escola Pública de 1960, que estava relacionada principalmente com a educação básica, “surgiu como produto espontâneo das repulsas provocadas, em diferentes círculos sociais, pelo teor do projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado em janeiro de 1960 pela Câmara dos Deputados”. O projeto de lei aprovado era um substitutivo elaborado pelo deputado Carlos Lacerda, identificado por Florestan como “o inimigo público número 1” do ensino oficial. A iniciativa de Lacerda coroava a “imensa conspiração retrógrada contra o ensino público, nascida do estranho conluio dos proprietários de escolas privadas leigas e os mentores das escolas mantidas por iniciativa do Clero Católico”.¹¹

Florestan ressaltava naquela Campanha que a democratização do ensino só se realizaria quando fossem abolidas as barreiras extra-educacionais que restringem o direito à educação convertendo o ensino em privilégio social das classes dominantes. Destacava também a histórica escassez de recursos financeiros destinados à educação. E ainda diria palavras como essas

trinta anos mais tarde, quando da discussão da nova LDB que viria a ser aprovada, ainda não contemplando seus sonhos, em 1996.

É instrutivo lembrar o que dizia Florestan naquela época e aplicar sua análise aos acontecimentos dos dias atuais, em que o governo federal está empenhado na elaboração de um projeto de Reforma da Educação Superior que nada acrescenta em recursos às universidades públicas e que, ao contrário, enfatiza o papel das fundações e de outras formas de captação privada de recursos. Como expandir o ensino superior público, até mesmo segundo as metas do atual Plano Nacional de Educação, se o governo Lula não propõe a revisão dos vetos de FHC ao aumento de recursos?

Por outro lado, ao não assegurar que a rede particular de ensino superior — que prosperou como um ramo qualquer de negócios lucrativos no período FHC e continua crescendo no período Lula — será supervisionada com regras mais rígidas, visando garantir uma educação de qualidade que cubra um amplo leque de áreas do conhecimento, como falar em Reforma Universitária? A situação é agravada quando não é proposta a revisão da composição e das atribuições do Conselho Nacional de Educação (CNE), que constava do *Programa de Governo Lula*, fazendo com que esse órgão continue a ser submetido aos interesses das mantenedoras da educação privada, uma vez que seus representantes constituem a maioria dos membros do CNE.

**De acordo com Florestan,
“o ideal de uma universidade
aberta e democrática, fundida
aos interesses da maioria,
isto é, da massa da população
pobre e trabalhadora”, seria
“o desafio do fim do século
XX e da transição para
o século XXI”**

Arquivo UFSCar/cortesia Companhia da Memória



Homenagem a Carlos Marighella

de ensino superior praticada pelo governo Lula por meio do Prouni¹³. Dada a relevância da reflexão de Florestan e a similaridade com o que ocorreu no Congresso Nacional recentemente, reproduzo um longo trecho de seu trabalho *A democratização do ensino*, apresentado naquela I Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública: “... as bolsas destinadas a pagamento de anuidades escolares irão beneficiar camadas da população brasileira que podem custear a educação. (...) A alternativa que se impunha, para beneficiar os setores menos privilegiados da sociedade brasileira, seria a concessão de bolsas a alunos pobres — não para pagar anuidades, mas para permitir a frequência à escola pública gratuita. O sub-aproveitamento das oportunidades educacionais no Brasil resulta do nível de pobreza da maioria da população, que não está em condições econômicas sequer de aproveitar a escola pública gratuita onde ela exista. Essa alternativa chocava-se, porém, com os interesses egoísticos dos grupos de pressão, que exerceram influência na confecção do projeto de lei e, por isso, não foi considerada. Ela parece ser, não

obstante, uma das vias para as quais precisaremos apelar, para promover o desenvolvimento educacional nos setores pobres da população brasileira, em particular nas regiões menos prósperas do País.”¹⁴

Mas a defesa da escola pública não estava presente apenas nos escritos e intervenções de Florestan Fernandes na Campanha dos anos 60. Ela se estendeu ao longo das décadas seguintes com destacadas análises do que ocorria em nossas universidades. Muito poderia ser mencionado dos trabalhos de Florestan a esse respeito. Fecho este breve balanço com um trecho de um artigo que ele escreveu, em 1984, nos estertores da ditadura, para comemorar os cinquenta anos da USP, onde ele destacava o desafio da passagem do século XX ao século XXI:

“Nos dias que correm, no ano do cinquentenário, sobem à tona outros vínculos — com as classes trabalhadoras, o exército de miseráveis soterrados nas favelas e no campo, as exigências de conquista de um Estado democrático (como mero ponto de partida de um novo desenvolvimento histórico), do combate à dominação imperialista, etc.; e, como conse-

Em função desses fatos, cabe destacar a intervenção de Florestan Fernandes quando comentava o jogo de forças políticas que impeliram, naquele longínquo e, ao mesmo tempo, tão próximo ano de 1960, a Câmara dos Deputados a aprovar o substitutivo Carlos Lacerda. Ele dizia: “Os estabelecimentos de ensino particular converteram-se, em sua maioria, em grupos de pressão e compeliram os deputados a optar por soluções que representam um sério golpe na (...) nossa política educacional (...) As escolas particulares leigas (...) deram relevo à maior participação do Estado no financiamento de empresas de ensino lucrativas, por motivos estritamente pecuniários”.¹² E não é exatamente isso que pleiteiam as mantenedoras da educação privada atualmente?

Mais adiante Florestan Fernandes comentava a política de bolsas de estudos, na educação básica, para alunos carentes que lembra bem o que acontece com a política de bolsas para pagamento de mensalidades em instituições particulares



Deputado federal constituinte em 1988, Florestan posa com a bancada do PT, ladeado por Plínio de A. Sampaio e Olívio Dutra

quências menores mas urgentes, as exigências gritantes de recuperação institucional, de democratização da vida universitária, de conquista das eleições diretas, de repulsa à política econômica suicida acordada com o F. M. I., etc. Em conjunto, tudo isso põe à frente o ideal de uma universidade aberta e democrática, fundida aos interesses da maioria, isto é, da massa da população pobre e trabalhadora. Esse é o desafio do fim do século XX e da transição para o século XXI.”¹⁵

Notas

- 1 Florestan Fernandes, por Paulo de Tarso Venceslau. In: *Rememória – Entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, pág. 227.
- 2 Antonio Candido. *Florestan Fernandes*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, pág. 27. Muitas das informações incluídas neste artigo foram obtidas da leitura desse livro.
- 3 Referência da nota 1, págs. 228/229.
- 4 Fernando de Azevedo. *A Cultura Brasileira. Introdução ao estudo cultural no Brasil*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 4ª Edição, revista e ampliada, 1963, págs. 420/421.
- 5 Robert K. Merton. *Sociologia, Teoria e Estrutura* (Edição ampliada de 1968.). São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970, pág. 152.
- 6 Cefisma era a sigla do Centro dos Estudantes de Física e Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Após a reforma de 1971 surgiu o Instituto de Física e a mesma sigla continuou a ser utilizada, agora para designar o centro acadêmico dos estudantes de física.
- 7 Zilda Iokoi e Marcos Cripa. *Tudo na vida é sério, mas nada é definitivo* (Entrevista de Florestan F. Júnior e Heloísa R. Fernandes). *Revista Adusp*, nº 4, outubro/1995, pág. 25.
- 8 Referência da nota 1, pág. 239.
- 9 Antonio Candido, referência da nota 2, pág. 39.
- 10 Florestan Fernandes. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus Editora e EDUSP, 1966, págs. 355, 424/425.
- 11 Idem, pág. 346/347.
- 12 Idem, págs. 131/132.
- 13 O Programa Universidade para Todos (PROUNI) permite a concessão de bolsas de estudo para estudantes “carentes”, assim denominados aqueles estudantes cuja renda familiar per capita seja de, no máximo, 1,5 salários mínimos, em Instituições de Ensino Superior privadas, em contrapartida à isenção do pagamento de impostos e contribuições.
- 14 Referência da nota 10, págs. 132/133.
- 15 Florestan Fernandes. *A questão da USP*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984, pág. 20.

ESCOLA FLORESTAN FERNANDES, MARCO NA HISTÓRIA DO MST

Antonio Biondi
Jornalista

Daniel Garcia



No décimo aniversário da morte do sociólogo, a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema (SP), faz o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra avançar em seu projeto de educação popular e amplia o diálogo com as universidades públicas brasileiras, por meio de vários convênios

Inaugurada em janeiro de 2005, no município de Guararema (no Vale do Paraíba, a cerca de 60 km de São Paulo), a Escola Nacional Florestan Fernandes é tida como um marco nas conquistas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ao reunir em um mesmo espaço cursos de formação para integrantes do MST e de outros setores e entidades ligados ao campo e às lutas sociais, a escola, cuja construção foi iniciada em 2000, representa um importante avanço nas iniciativas de educação popular no Brasil.

A criação da escola permitiu a ampliação do diálogo entre diversas universidades públicas, especialmente a USP, e os movimentos sociais. Pensada e construída sob a concepção de que reforma agrária e direito à educação estão intimamente ligados, a escola juntou-se às várias iniciativas de homenagem ao sociólogo pioneiro, educador e militante destacado do Partido dos Trabalhadores que foi Florestan, realizadas em 2005 (**vide p. 23**).

Os cursos da escola vão dos livres aos de pós-graduação, passando pelos de graduação e especialização. As parcerias que viabilizam cada um deles são várias, contemplando desde financiamentos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Agrário até convênios com instituições de ensino médio e superior, que garantem a certificação das autoridades educacionais. A exceção são os cursos livres, elaborados e aprovados no âmbito da escola.



Instalações da Escola, que já conta com 4 salas de aula e um auditório para 200 pessoas



Em julho de 2005, a escola já oferecia nove cursos, ligados sobretudo à área de Humanas (**vide quadro**). Maria Gorete, da coordenação da escola, explica que o objetivo é abarcar todas as áreas, desenvolvendo uma educação voltada para o campo. Segundo ela, à perspectiva do acesso à educação, somam-se as possibilidades de “discutir métodos de formação e questionar a produção de conhecimento ligada às empresas e voltada a poucos”. Natural de Oeiras, no Piauí, militando no MST desde 1986, Maria Gorete explica que a escola também se propõe “permitir mudanças estruturais na qualidade de vida dos sem-terra”. Talvez por isso,

os cursos apresentam uma alternância de períodos concentrados de aulas na escola com atividades desenvolvidas pelos estudantes em suas cidades de origem.

Três elementos têm sido priorizados para organizar a escola: a auto-gestão, a disciplina consciente e a liberdade para produzir conhecimento. A escola conta com uma coordenação geral e com a coordenação pedagógica, ambas fixas; uma coordenação política; uma coordenação por curso; e um conselho que se reúne duas vezes ao ano. Possui, ainda, equipes ligadas à auto-gestão, dedicadas às áreas de cultura e segurança, por exemplo, cujos integrantes provêm dos cursos realizados a cada época.

Daniel Garcia



Alunos descansam. Ao fundo, os alojamentos

Cursos da Escola Nacional Florestan Fernandes

Curso	Tipo	Convênio/entidade
História	Mestrado	UFPB/Pronera
Educação no Campo	Especialização	Diversas
Agroecologia	Especialização	Fatec
Gestão em organizações sociais e cooperativas	Graduação	Fundação Santo André
História	Graduação	UFPB/Pronera
História da Luta de Classes	Graduação	Diversas
Pedagogia da Terra	Graduação	Diversas
Produção da Teoria	Graduação	Diversas
Sociologia Rural	Livre	—
Economia política na agricultura	Livre	—

Curso de Especialização em Agroecologia, dirigido aos técnicos que trabalham nos assentamentos e em pequenas propriedades, busca desenvolver um modelo de produção alternativo à monocultura

Os integrantes do movimento que colaboram permanentemente com a organização da escola (administração, cozinha, pedagogia, manutenção) são cerca de 20. Cabe-lhes a gestão de uma área que comporta quatro salas de aula, um auditório para 200 pessoas, um telecentro, uma biblioteca, um laboratório, uma sala de cinema, área de vivência, quatro alojamentos com capacidade total para 200 pessoas e um refeitório. Estão previstas, ainda, a inauguração de uma sala de cul-

tura, a construção de uma praça, de um segundo auditório para até 1.000 pessoas e de mais quatro alojamentos, dobrando a capacidade atual. A escola encontra-se em permanente construção, inclusive no que diz respeito aos programas dos cursos.

Marcelos Alves, de Chapecó, Santa Catarina, há dez anos no MST, faz o curso de Especialização em Agroecologia, dirigido aos técnicos que trabalham nos assentamentos e em pequenas propriedades. O curso busca desenvolver um modelo de produção alternativo à monocultura e que, portanto, não seja excludente. “Buscamos uma alternativa que considere os interesses dos agricultores e que dialogue com o meio-ambiente e com a produção de alimentos de forma saudável”, resume.

Em uma atividade do curso, os estudantes realizaram uma “mística” em que cada um plantava uma semente de feijão, às quais eram atribuídas características: “amor”, “vida”, “educação”, “agroecologia”, dentre outras. Como o nome sugere, as “místicas” são uma espécie de ritual inspirado nas práticas da Igreja Católica. A aula seguinte, sobre história da agricultura, foi ministrada pelo economista João Pedro Stédile, membro da coordenação nacional do MST.

Elizabeth Rocha, de Vitória da Conquista, na Bahia, há dezessete anos no MST, esteve em Guararema em junho, para o início do curso livre de Sociologia Rural. Foram duas semanas de aula. A segunda etapa do curso na escola estava prevista para outubro de 2005, e a terceira para 2006. “Entre as etapas, vamos relacionar o que é estudado aqui com nossas práticas nos assentamen-

tos e acampamentos”, explica. Segundo Elizabeth, os primeiros dias do curso são dedicados ao conceito de sociologia, com base na leitura de clássicos como Weber, Durkheim, o próprio Florestan e especialmente Marx. Ela reconhece que tem de fazer malabarismos para estudar tudo em pouco tempo, participar ativamente das aulas e ainda colaborar com a gestão da escola.

A estudante Regilma Santana veio de Imperatriz, no Maranhão, para cursar a Graduação em Gestão em Organizações Sociais e Cooperativas. Coube ao professor Jason Borba, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ministrar as aulas de história da economia, as primeiras do curso, e que, como relata Regilma, traçaram um panorama do surgimento do capitalismo e ajudaram a “lançar um olhar em direção às transformações sociais e ao socialismo que realmente queremos construir”.

A solidariedade do fotógrafo Sebastião Salgado permitiu comprar o terreno da escola. E um sonho com bóias-frias levou a professora Heloísa Fernandes, filha de Florestan, a voltar à atividade docente e apoiar a nova escola

Os tijolos aparentes utilizados na construção da escola foram produzidos no próprio terreno onde ela se localiza. Ele foi comprado com os recursos arrecadados com a venda de fotografias de Sebastião Salgado

Daniel Garcia



Maria Gorete



Heloísa Fernandes

em dezenas de países. A mão-de-obra e demais recursos empregados nas edificações vieram da solidariedade de militantes e entidades.

Em abril de 2005, um encontro que reuniu quase 200 intelectuais foi realizado no local, definindo o envolvimento inicial deles e abrindo espaço para sugestões e indicações de como os professores e professoras poderiam colaborar futuramente. Para a professora Lisete Arelaro, do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da USP, “o sentimento de solidariedade e coletividade presentes na escola refletem bem o que o MST acredita”.

O MST convidou a família de Florestan para participar da inauguração do espaço, em janeiro. Mas a filha do sociólogo, a também professora Heloísa Fernandes, que em meados da década de 1990 deixou de dar aulas no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filoso-

fia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH), hesitou em comparecer. Desde o falecimento de Florestan, Heloísa dedicava-se essencialmente a fazer teares. “Não dava mais aulas. Havia deixado de ser intelectual”. Heloísa conta que, na semana da inauguração, teve um sonho com o pai, que vinha conversar com ela, chegando em um caminhão de bóias-frias. “Estavam me chamando para comemorar meu aniversário, me dizendo para levantar”. O sonho terminou por provocar uma reviravolta na vida da professora.

Heloísa não apenas esteve na inauguração, acompanhada de sua mãe, Myrian Rodrigues Fernandes, como voltou às aulas, colaborando com o curso de Sociologia Rural. Também coordenou um seminário e participou de outras atividades sobre a obra de Florestan, voltadas aos coordenadores. Colabora com o esforço para vencer um dos mui-

**Marcelos Alves****Professor Jason Borba, da PUC-SP**

tos desafios postos para a escola: desenvolver capacidades para métodos e técnicas de pesquisa.

Para Heloísa, uma das mais gratas surpresas é como o inconsciente, a música, a dança e também determinados aspectos centrais da vida das pessoas dialogam com o conteúdo das aulas. “É uma educação voltada à organização deles, a gerar transformações, com um forte compromisso marxista e socialista”, destaca. “Mas não é nada dogmático. Me parece algo realmente novo, que seria muito interessante que acontecesse em outros lugares”.

No entender da professora Lisete, esses fatores fazem jus aos grandes inspiradores da linha pedagógica da escola, como Paulo Freire e o próprio Florestan, que “não escreviam para serem copiados, mas para serem debatidos”.

Na sala principal da Escola Florestan Fernandes, a professora Luciana Silva, da Universidade Fede-

ral de São Carlos, discorre sobre um texto de Weber a respeito dos tipos de dominação. Além das cadeiras, textos e lousa com anotações, o espaço comporta fotos de Sebastião Salgado, bandeiras de movimentos do Brasil, Moçambique, Cuba e outros países, além de imagens de personagens históricos da esquerda. A figura que mais se destaca, a lado da lousa, é justamente a de Florestan, em uma enorme foto com quase dois metros e meio de altura.

No auditório, há um grande *banner* com citações de Florestan. A presença do professor está em vários outros detalhes e ganha mais força nas conversas cotidianas e acadêmicas, nos grupos de estudo, na leitura de textos em aula e na utilização de frases nas místicas.

Maria Rodrigues cursou Letras na Universidade de Sorocaba e colabora com atividades de educação infantil do MST. Em Guararema, está organizando a catalogação e a

disposição dos livros que irão preencher as prateleiras da biblioteca, que também se chamará Florestan Fernandes. Na empreitada, é ajudada por duas bibliotecárias. Orgulhosa, destaca que o espaço terá a coleção completa do professor.

O nome da escola foi definido pela coordenação nacional do MST em 1997, conforme explica Maria Gorete. Segundo ela, havia uma grande admiração e identificação dos militantes do movimento com Florestan, por seu legado teórico na construção do socialismo e por sua defesa da educação como elemento fundamental nas transformações da sociedade brasileira, bem como por sua origem pobre e vida de muito esforço. Na avaliação de Heloísa Fernandes, ao homenagear Florestan a escola afirma não só essa identificação, mas possibilita uma auto-afirmação para os militantes.

Cerca de 50 docentes da USP colaboram com a escola. Na experi-

ência, inédita para a maioria deles, um dos aspectos mais destacados é o intenso envolvimento dos estudantes com as aulas. A origem humilde e a diversidade cultural e racial dos estudantes saltam à vista, bem como as lacunas na formação e o esforço por superá-las. São alunos capazes, por exemplo, de se indignar com um discurso do século XIX em que um liberal faz a defesa do escravismo no Brasil. “Eles querem participar, como se tudo lhes concernisse diretamente” conta Paulo Arantes, professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da FFLCH e que coordena em Guararema um curso livre de formação sobre o Pensamento Político Brasileiro.

Neste curso, o professor conta com a colaboração de 15 monitores, mestrands e doutorands da USP, sobretudo de sociologia. Entre os 17 docentes, vindos em sua grande maioria da USP, mas também da Unicamp, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade do Grande ABC (UniABC, instituição privada), encontram-se grandes nomes da universidade brasileira, como Francisco de Oliveira, Roberto Schwartz e Alfredo Bosi. As aulas trabalham de textos mais densos a obras do cinema, teatro e música. Arantes acrescenta que existe uma grande cumplicidade dos estudantes com os professores em compartilhar saberes. Para ele, essa química tem gerado um “verdadeiro curto-circuito, os professores se transformam, com aulas das mais brilhantes de suas carreiras”.



Elizabeth Rocha e Regilma Santana

Números da educação no MST

Atividade	Alcance
Abrangência do trabalho de educação no Brasil	23 estados
Escolas de ensino fundamental	1.200
Educadores voltados ao ensino fundamental	3.800
Estudantes no ensino fundamental	150.000
Jovens e adultos em cursos de alfabetização e outros	25.000
Educadores de jovens e adultos	1.500

Fonte: MST (dados referentes a julho de 2000)

Na avaliação de Arantes, o número de professores da USP envolvido no projeto é altamente significativo em termos de mudanças que podem ser geradas pela “irradiação acadêmica” de cada um deles, mas pequeno no que diz respeito ao universo de docentes da universidade (vide p. 22).

Após ponderar que “nem interessaria que toda a USP se dedicasse à escola” e a seus objetivos, Arantes registra que “é como se encontrássemos, cerca de meio século depois, o projeto da FFLCH, de uma faculdade que formasse cidadãos com pensamento humanizante e com capacidade profunda de intervenção na realidade, como se vo-

cê voltasse a juntar tijolinhos para a construção de uma nação brasileira verdadeiramente dita”.

A inação do Estado nas áreas rurais tem impulsionado a luta dos sem terra pelo direito à educação como fator destacado da reforma agrária, mas o MST não pretende substituir o Estado

A criação da Escola Nacional Florestan Fernandes consolida um novo momento do MST, que na década de 1990 passou a lutar não



Intervalo para o lanche: intercâmbio de experiências

apenas pelo direito à terra, mas também por direito à educação para os trabalhadores que vivem nas áreas rurais. Educação com realidades, cursos e dinâmicas bem específicos. A inação do Estado nessa área levou o movimento a ampliar as ações no setor, mas Maria Gorete, da coordenação da Escola, destaca que o MST não quer e não pode substituir o Estado nesse papel.

Por outro lado, a luta do movimento pela educação permite que suas ações e materiais de ensino estabeleçam a relação que visualizam entre reforma agrária, educação e socialismo. “Vários objetivos concretos ligados à educação no campo, para o MST e para outros setores, foram conquistados”, avalia Edna Rodrigues Araújo Rossetto,

da coordenação nacional do setor de educação do movimento. Por outro lado, ela afirma que “o objetivo central só será alcançado com a realização da reforma agrária, com a transformação efetiva da sociedade, com a construção do socialismo”.

Antes de inaugurar a Escola Nacional Florestan Fernandes, o MST contava com uma escola em Caçador, Santa Catarina, que oferecia cursos técnicos e de ensino superior. O espaço foi desativado com a criação da nova escola. O MST também possui instalações próprias de ensino em algumas localidades, e desenvolve atividades de educação em todos os níveis.

Entre os pensadores que fornecem a fundamentação teórica do projeto pedagógico do MST, e portanto

também dos materiais de ensino por ele produzidos, estão Paulo Freire, José Martí, Anton Makarenko. A realidade do campo brasileiro, com sua mescla de agronegócio, latifúndio, trabalho escravo e violência contra os trabalhadores rurais, está bem presente nesses materiais.

Boa parte das atividades de ensino do MST desenvolve-se em parceria com outras instituições, especialmente as universidades públicas federais e estaduais e as católicas, além de outros órgãos como a Unicef, Unesco, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Ministério do Desenvolvimento Agrário. A escola criada em Guararema permitirá ao movimento centralizar e potencializar uma parcela importante de tais atividades.

MST E USP, UMA RELAÇÃO COMPLICADA

Daniel Garcia

O MST tem realizado parcerias com diversas universidades públicas brasileiras, entre as quais destacam-se várias do Nordeste. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por exemplo, firmou convênios para oferecer dois cursos de História aos sem-terra, inclusive um de Mestrado. Estão em andamento cursos de gra-



Professora Luciana Santos, da UFSCar

duação em Pedagogia oferecidos em convênio com a Universidade Federal do Ceará (UFCE, duas turmas), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, que teve uma primeira turma formada em 2002).

Nas regiões Norte e Sul também há bons exemplos de cooperação. A Universidade Federal do Pará (UFPA) formou uma turma, e a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (Uergs) tem duas em andamento. O MST só tem encontrado resistência em instituições públicas do Sudeste, “onde os vínculos ainda se dão de forma pessoal ou junto a grupos mais específicos”. A análise é de Maria Gorete, da coordenação da Escola Nacional Florestan Fernandes, citando as dificuldades encontradas na relação com a USP.

A avaliação de Edna Rodrigues Araújo Rossetto, da coordenação nacional do setor de educação do MST, é de que as dificuldades na USP localizam-se em alguns órgãos de decisão da universidade, e não

podem ser atribuídas ao conjunto da instituição.

Na visão da professora Lisete Arelaro, da Faculdade de Educação, essa é mais uma das consequências da indiferença que a USP apresenta frente aos movimentos sociais e aos problemas do Brasil. A professora Zilda Iokoi, do Departamento de História da FFLCH, endossa a análise. A USP e os movimentos poderiam compartilhar muitos conhecimentos, mas para isso “será necessário que a universidade pense em outras formas de acolher os movimentos, reavaliando a questão do ingresso”. Zilda ressalta que terá de ser enfrentada a resistência dos grupos hegemônicos, contrários a essas mudanças.

O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, titular aposentado do Departamento de Geografia da FFLCH, estuda os movimentos sociais do campo desde a década de 1970. Hoje, orienta alunos na pós-graduação da USP e colabora com a Escola Florestan Fernandes. Em 2003, Ariovaldo desenvolveu na

Geografia o curso “Realidade Brasileira”, voltado aos militantes do MST. Na sua opinião, a iniciativa de trazer os integrantes do movimento para a universidade tem importância equivalente aos trabalhos de campo que organizava com seus alunos nas visitas aos assentamentos e acampamentos do MST.

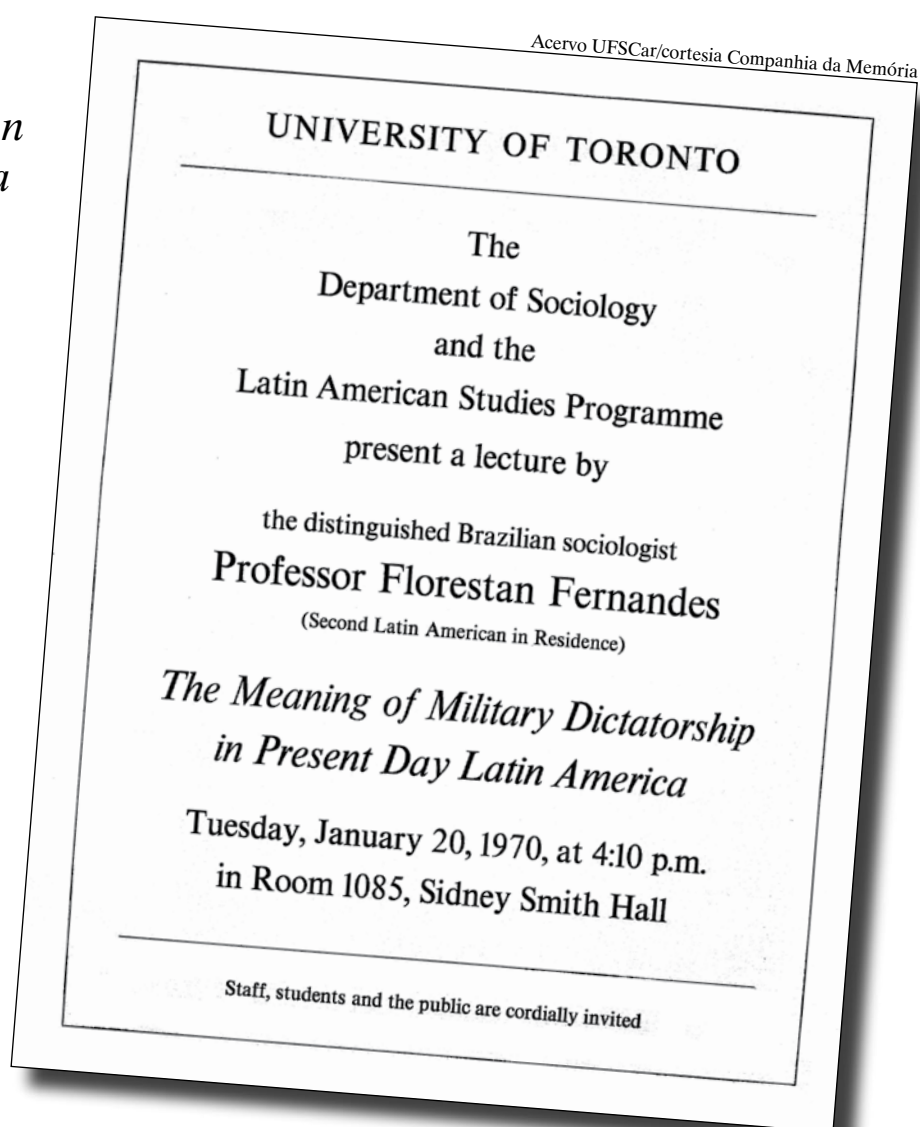
Desde 2004 a Faculdade de Educação da USP tenta aprovar nos órgãos superiores da universidade um curso de graduação denominado Pedagogia da Terra, desenvolvido em colaboração com o MST. O curso, aprovado na congregação da Faculdade, já é realizado pelo MST em parceria com outras universidades públicas do Brasil, mas na USP encontrou resistências na Coordenadoria Jurídica (CJ), importante órgão assessor da Reitoria e que costuma expressar a posição dos setores mais conservadores da universidade. A CJ vê inconstitucionalidade na proposta, mas o jurista Dalmo Dallari, consultado pela Faculdade, apresentou parecer em que afirma a constitucionalidade do curso.

O professor Francisco de Oliveira demonstra entusiasmo quanto às possibilidades trazidas com a criação da Escola Florestan Fernandes. “A universidade não foi ao movimento no campo, de modo que o movimento foi à universidade. Agora, ela tem obrigação de ampliar suas parcerias com os trabalhadores”, resume Oliveira.

UMA UNANIMIDADE, MUITAS HOMENAGENS

Antonio Biondi
Jornalista

A “aposentadoria compulsória” de Florestan em 1969 — na verdade a cassação, pela Ditadura, de seus direitos e sua condição de professor da USP — foi objeto de análise nas homenagens prestadas à sua memória, por ocasião do décimo aniversário de sua morte. Recordou-se que, após lecionar por algum tempo no Canadá (como registra o cartaz publicado nesta página), Florestan voltou a dar aulas no Brasil, mas optou pela PUC





Florestan com Gilberto Freyre, em Münster

Em 22 de julho de 2005, Florestan Fernandes completaria 85 anos, mas as homenagens se concentraram em agosto, mês em que a morte do mestre completava dez anos. De forma unânime, as solenidades louvaram o socialista, o homem de origem humilde e caráter ímpar, o pesquisador de capacidade de estudo exemplar e obra notável. Foi o que ocorreu na cerimônia que concedeu o nome de Florestan à Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH) e na sessão solene em homenagem a ele na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Ainda em agosto, o

professor recebeu homenagens no Congresso Nacional e em câmaras municipais de todo o Brasil. E, até o final de 2005, outros eventos deveriam ocorrer.

O governador Geraldo Alckmin não participou das homenagens. Mas foi lembrado, devido ao veto que impôs aos itens da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que destinavam mais recursos à educação. Na cerimônia na USP, o veto de Alckmin foi questionado por Bruno Ranieri, aluno de Ciências Sociais, que falou em nome dos centros acadêmicos da faculdade e do DCE. E na Alesp, pelo professor João Zanetic, vice-presidente da Adusp (**vide artigo na p. 6**).

Até a inauguração da Bibliote-

ca Florestan Fernandes, não havia rua, sala ou praça que levasse o nome do professor na USP. A lembrança foi feita por Heloísa Fernandes na cerimônia da FFLCH. A cerimônia também marcou o lançamento de um sítio sobre Florestan criado pela universidade (www.florestan.usp.br). Como destacou o reitor Adolpho Melfi na ocasião, a Biblioteca possui cerca de 300 mil títulos, além de aproximadamente 150 mil periódicos. O professor Antonio Cândido, que era amigo de Florestan, conclamou os alunos da USP a aproveitarem a biblioteca, “por excelência a casa dos jovens, de quem quer estudar” e a lerem como Florestan, “um verdadeiro devorador de livros”.



Na Universidade de Yale, em 1977

“O rememorar da vida do professor Florestan reforça a perspectiva de democratização da universidade”, declarou o pró-reitor Adilson Avansi. Para Sedi Hirano, diretor da FFLCH, “Florestan é a própria democratização da universidade”

A “aposentadoria compulsória” de Florestan em 1969 — na verdade a cassação de seus direitos de professor e cidadão pela Ditadura, apoiada por alguns órgãos e docentes da USP — foi objeto de análise nas

homenagens, que registraram que, após alguns anos no Canadá, Florestan voltou a lecionar no Brasil, mas optou pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Ao final da cerimônia na USP, o pró-reitor de Cultura e Extensão, Adilson Avansi, declarou à *Revista Adusp* que “o rememorar da vida do professor Florestan reforça a perspectiva de democratização da universidade”. O diretor da FFLCH, Sedi Hirano, foi mais enfático: “Florestan é a própria democratização da universidade”. Coincidentemente, na homenagem realizada na Alesp, Maria Gorete, do Movimento Sem Terra, destacou a importância da instituição como “espaço de debate para que a educação se torne efetivamente um direito”.

A atualidade de Florestan foi um tema recorrente nas homenagens, que destacam sua importância tanto para enfrentar a situação de crise que o Brasil e o Partido dos Trabalhadores — que representou na Constituinte, em 1988, como deputado federal por São Paulo — hoje enfrentam, quanto para que seja resgatada a capacidade de o povo brasileiro reagir e construir sua história.

Zilda Yokoi destaca que retornar à atualidade de Florestan é perceber a necessidade de voltarmos a ele e a clássicos como Gylberto Freire, Sérgio Buarque de Hollanda e Celso Furtado. “Tratam de questões de grande importância para nosso País sobre as quais precisamos nos debruçar e explorar radicalmente”.

TODO O PODER À AVALIAÇÃO!

José Chrispiniano
Jornalista

Implantada no governo de Fernando Henrique Cardoso, e pelo menos até agora mantida no essencial pelo governo Lula, nos últimos 10 anos a chamada “cultura da avaliação” passou a vertebrar e condicionar todo o fazer acadêmico nas universidades públicas, levando-as a operar com a mesma lógica do capital privado de aferição da produtividade



Avaliações, formulários, conceitos, publicações, indicadores que condicionam a carreira acadêmica. Programas 3, 4, 5, 6 e 7. Graduação A, B, C, D e E. Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Revistas indexadas A, B, e C, de circulação local, nacional, internacional. Fator de impacto. “Ninguém fala o que um cientista é, o que ele fez. Ele é um cientista 1A, 1B, ‘publicou na *Nature*’, mas as pessoas não sabem o que publicou. Não acho ruim publicar em revista internacional, acho importante. O problema é o excesso disso, a deturpação. E nossos jovens estão sendo treinados neste exemplo”. Opinião do professor Leopoldo de Meis, do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, externada em palestra na Faculdade de Odontologia da USP, em outubro de 2005. De Meis publicou ele próprio um artigo na *Nature* justamente sobre estresse e competição na comunidade acadêmica.

Nos últimos 10 anos, a chamada “cultura da avaliação” no ensino superior — graduação e pós-graduação, com impacto sobre a pesquisa — tornou-se tema corrente do discurso dos governos e dos gestores das universidades. Apesar de o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub) e similares existirem antes da gestão Paulo Renato de Souza no Ministério da Educação (MEC), e de a avaliação da pós-graduação pela Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) haver se iniciado em 1976, foi a partir do governo Fernando Henrique Cardoso que a obrigação de se notificar, ranquear, tabelar, hierarquizar, reduzir prazos e aumentar a produção de professores e alunos começou a tomar mais espaço e exercer crescente pressão sobre a vida acadêmica.

Um dos motores desta cultura produtivista, no governo FHC, era a percepção de que haveria gran-

*Mesmo
para Leopoldo
de Meis, que considera
excelente o trabalho da Capes,
o estrangulamento de recursos
está levando a pressão insuportável
sobre os que estão dentro do
sistema, e deixando gente
qualificada de fora*

de ineficiência e uma baixa relação número de alunos/professor nas universidades públicas. Percepção enunciada, por exemplo, no documento “Avaliação do sistema educacional brasileiro – Tendências e Perspectivas”, de 1998, assinado por Maria Helena Guimarães de Castro, então presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do MEC responsável pelos censos educacionais e pela avaliação de todos os níveis de ensino até

a graduação. “A expansão do setor público, para que pelo menos seja mantida a proporção atual (de 60% de alunos nas privadas e 40% nas públicas), passa necessariamente pelo aumento da eficiência do sistema, eliminando-se a capacidade ociosa existente”, pontifica Maria Helena naquele texto.

A era da “cultura da avaliação” tem resultado em número crescente de mestres e doutores formados e artigos publicados, ao mesmo tempo em que o contingente de docentes responsável por essa produção ascendente tem-se reduzido nas universidades federais e estaduais, que concentram, principalmente doze delas, a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Mas o diretor de avaliação da Capes, professor Renato Janine Ribeiro, considera que o “apelo ao voluntarismo” da dedicação docente chegou ao limite: “Não dá para continuar apertando a comunidade sem repor vagas, sem designar novas verbas” (**vide entrevista na p. 36**).

O acesso a bolsas e outros recursos financeiros para pesquisas depende da avaliação dos programas de pós-graduação, feita a cada três anos pela Capes. Para continuar funcionando, os programas precisam obter no mínimo nota 3, em escala que vai até 7. Há um peso relativo na importância da nota para concessão de bolsas, conforme o tempo e a localização geográfica do programa. Programas mais recentes ou situados em regiões mais afastadas têm um índice de compensação.

São vários os fatores da nota — estrutura curricular, atividades

de pesquisa, formação, integração com a graduação, infra-estrutura — que, no entanto, variam de peso em cada área de conhecimento da Capes, e são definidos pelos respectivos comitês científicos, os comitês de área. Essencial para se conquistar uma boa avaliação é o número de artigos publicados em revistas científicas de prestígio, que indicaria a qualidade da produção intelectual do programa.

Os artigos recebem uma classificação de acordo com a revista em que são veiculados. Os periódicos são classificados pelo *ranking* denominado “Qualis”, que é definido, em cada área, pelo mesmo comitê que avalia os programas. O peso maior é dado às principais revistas internacionais, em especial norte-americanas. Um dos fatores mais importantes na definição do Qualis, às vezes praticamente o único, é o *fator de impacto*, calculado pelo número de vezes em que um artigo é citado em outros artigos de revistas indexadas, um cálculo feito pelo The Institute for Scientific Information (ISI), uma divisão da Thomson Corporation, gigantesca empresa norte-americana avaliada em 2003 em US\$ 7,6 bilhões, e que se especializou em serviços para pesquisas e gerenciamento de conhecimento.

Em tese, segundo a empresa, o *fator de impacto* existe justamente para relativizar o valor de se publicar em um periódico de maior ou menor prestígio. Há quem acredite, como o pesquisador polonês Piotr Dobosz (*Folha de S. Paulo*, 8/10/2005, p. A8), que seu efeito é justamente o contrário, que ele se auto-referencia, ao concentrar

cada vez mais os melhores artigos em um punhado de revistas. O próprio criador do fator, Eugene Garfield, afirma que ele tem que ser usado em avaliações com uma série de precauções. “O fator de impacto não deve ser usado sem cuidadosa atenção para os muitos fenômenos que influenciam os índices de citação”, escreveu em ensaio disponível na página eletrônica da ISI/Thomson.

Para se obter bom número de artigos publicados, nas revistas tidas como relevantes pelo sistema de avaliação, é necessário possuir recursos para a pesquisa e bolsas de estudos para pós-graduandos, sendo importante a disputa pelos alunos com trabalhos mais promissores e dedicação exclusiva, capazes de, em tempo cada vez menor de mestrado e doutorado (em geral dois anos de mestrado, quatro de doutorado), publicarem o máximo possível. E contar com linhas de pesquisa afinadas com os conselhos editoriais das principais publicações do setor, definidas segundo os critérios acima.

Este é o ciclo: mais recursos, mais publicações, melhor avaliação, novamente mais recursos. Um ciclo virtuoso? “Ou você está dentro do sistema, ou está fora”, sintetizou a professora Suely Villela, meses antes de tornar-se reitora da USP. Mas qual é o tamanho do sistema? Suas regras? Quem as define? Com que objetivos? E quem exatamente está sendo colocado para fora do sistema?

Mesmo para Leopoldo de Meis, que considera a avaliação e o trabalho da diretoria da Capes excelen-

tes, o estrangulamento de recursos está levando a uma pressão insuportável sobre os que estão dentro do sistema, e deixando muita gente qualificada de fora. “A ciência brasileira, que é muito recente, corre o risco de entrar em declínio, antes de ter chegado ao seu apogeu”.

Para ilustrar, de Meis cita um edital do CNPq que teve 437 projetos apresentados, 267 deles considerados meritórios. Mas havia recursos para apenas 20. Neste ambiente de crescente gargalo da pesquisa e da pós-graduação, a diferença entre os que têm e os que não têm seus projetos aprovados reside em aspectos cada vez mais insignificantes. A busca de recursos e a aceitação ou não de artigos em revistas de prestígio, ambos diretamente vinculados, tornam-se uma pressão cada vez maior, uma constante validação ou não do *status* do pesquisador. “Ser ou não ser um cientista reconhecido é um ritual que se repete constantemente, a cada edital. Se parar de publicar, você perde a bolsa, não ganha mais auxílio. É ejetado do sistema, não interessa o que você fez no passado. O que interessa são os últimos dois, três anos”.

Segundo de Meis, o autor de um projeto rejeitado internaliza a culpa, como se fosse um fracasso pessoal. Quando, na realidade, a falta de concursos e recursos está barrando recursos humanos e projetos científicos qualificados, vitais para a expansão de um sistema de pesquisa e pós-graduação em um país como o Brasil.

Elisa de Campos Borges, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), entende

que a pressão da Capes também se reflete nos estudantes. “A quantificação exagerada de publicações para fins de pontuação vem promovendo um ambiente demasiadamente competitivo dentro da academia, nocivo às iniciativas criadoras dos estudantes e dos pesquisadores. Todos os alunos de pós-graduação vivem em seu cotidiano a dificuldade de conseguir publicar textos científicos em muitas revistas, pois o acesso a muitas delas é restrito a determinados pesquisadores, universidades, programas e temas”. Cobrança não só para publicar mais, como para concluir o curso cada vez mais rapidamente. “A pressão é imensa, principalmente por parte dos programas que não querem ver-se perdendo na pontuação geral da Capes e passam a pressionar o aluno a cumprir todos os prazos, independentemente de se a pesquisa vai ter qualidade ou não”.

“Ou você está dentro do sistema, ou está fora”... A frase de Suely Villela, dita quando ainda exercia o cargo de pró-reitora de Pós-Graduação da USP, adverte: o sistema, cada vez mais implacável, não aceita meios-termos e resistências. Mas não se pense que a Reitora da USP coloca-se entre os opositores da “cultura da avaliação”, pelo contrário.

Suely considera, por exemplo, que os avanços tecnológicos permitem a redução dos prazos de titulação. “Uma pesquisa de referências bibliográficas, que levava dias na biblioteca, hoje pode ser feita em minutos no computador”. O ambiente da pós-graduação atualmente é bem

diferente daquele em que ela própria fez o mestrado. “Fiz em quatro anos, comecei em agosto de 1977. Não havia naquela época esta pressão. Quando olho para os quatro anos do meu mestrado — não era necessário, fiquei um bom tempo perdida. Hoje tem um aspecto extremamente positivo. Quando o aluno chega, os programas colocam a realidade da pós-graduação, o contexto em que o programa se insere e o que se espera dele, porque o desempenho dele ali vai se reverter no conceito do pro-

“Os programas que não querem ver-se perdendo na pontuação geral da Capes passam a pressionar o aluno a cumprir todos os prazos, independentemente de se a pesquisa vai ter qualidade ou não”, critica a ANPG

grama. É extremamente importante hoje envolver o aluno neste contexto”, afirma ela, para quem “a avaliação está implícita em tudo aquilo que nós fazemos, porque há uma cobrança da sociedade de como você está investindo estes recursos”.

Mas os críticos do sistema, ou de suas distorções mais flagrantes, colecionam argumentos contundentes. Em entrevistas que realizou com estudantes dos chamados centros de excelência, de Meis identificou que

o rito de passagem, de conclusão do trabalho, é muito mais a aceitação do artigo pelo comitê editorial de uma revista, do que a aceitação da dissertação ou tese pela banca. O espaço de definição do valor acadêmico passa a ser outro: aquele ditado pelo Qualis, que começou e ainda é definido pela Capes como algo que surgiu apenas como uma ferramenta do processo trienal de avaliação.

Márcio Pochmann, professor do departamento de Economia da Unicamp, considera que na sua área a avaliação valoriza publicações de uma determinada linha de pensamento em relação a outra, com forte influência na definição da “qualidade” do pesquisador. “Há um predomínio da visão mais ortodoxa, e de métodos econométricos. Existe uma discriminação no Qualis. Uma publicação em uma revista norte-americana é mais importante do que um livro. É uma discriminação ideológica na avaliação.”

O poder da avaliação define as principais linhas de pesquisa, onde é mais importante publicar e em que ritmo. Definição que vai do topo do sistema até os estudantes, passando pela pressão por notas e validação sobre os programas e seus docentes.

Para Miriam Limoeiro, socióloga e professora aposentada da UFRJ, a avaliação é central para se entender a reforma universitária que vem sendo implantada já há alguns anos, mesmo sem ser anunciada como tal. “A avaliação é a ponta de implementação e fortalecimento de uma reforma do ensino superior. Ela veio legitimar uma ‘meritocracia supos-

ta', mas não está medindo qualidade da produção. Você está medindo produtividade do capital investido. Você está fazendo a universidade pública operar com a mesma lógica do capital privado, do ponto de vista mercantil. Máximo de alunos por turma, de orientados por orientador, redução do tempo. Legítima e controla ao mesmo tempo". A universidade passaria assim, a funcionar por índices de produtividade.

A avaliação se torna um espaço de poder: "Hoje um coordenador de pós-graduação tem mais poder do que um chefe de departamento. Estas burocracias criadas para fazer a avaliação retornam para reformar a universidade através desta avaliação. Sem ruptura, este modelo vem da Ditadura Militar. Ela começa a implantar isso, que é um projeto mundial".

Coincidência ou não, a atual Reitora da USP não apenas comandou a Pró-Reitoria de Pós-Graduação como foi quem criou uma avaliação interna para melhorar os conceitos da USP na avaliação da Capes. Acaba de anunciar que pretende estender a avaliação à graduação (*Folha de S. Paulo*, 12/12/2005, p. A14). Seu principal adversário na disputa sucessória, o vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz, chefia a Comissão Permanente de Avaliação da USP (CPA).

A CPA avalia os departamentos, com um assessor estrangeiro e outro de uma outra universidade brasileira. Já o Programa de Avaliação da Pró-Reitoria estabelece metas acadêmicas para que cursos aos quais a Capes atribui notas 3 e 4 melhorem sua posi-

ção (o que inclui treinamento para preenchimento de fichas) e metas de internacionalização para cursos 5, 6 e 7. Ou seja, nenhum programa escapa de ser avaliado. E o estímulo à internacionalização, com intercâmbio de docentes, projetos de pesquisa com universidades estrangeiras e publicação em revistas internacionais é uma recomendação política clara de ambas as avaliações, e cada vez mais da própria Capes.

Na USP a avaliação, individual e personalizada, e a revalidação cons-

tamentos, transferências, comissionamentos, nomeações, admissões, contratos, renovações de contratos e alterações de regimes de trabalho do pessoal docente da Universidade".

Dotada de poder discricionário, a CERT extrapolou a mera verificação do cumprimento dos regimes de trabalho, e passou a exigir desempenho acadêmico dos docentes com base em relatórios que também conferem forte importância à publicação, especialmente em revistas internacionais.

Em debate entre os candidatos à Reitoria, no processo sucessório de 2005 na USP, a CERT foi considerada por todos os cinco participantes, com diferentes gradações, possuidora de deficiências como a falta de democracia e da diversidade necessária para dar conta

"A avaliação é a ponta de implementação e fortalecimento de uma reforma do ensino superior. Ela não está medindo qualidade da produção, mas produtividade do capital investido", diz Miriam Limoeiro

tante do *status* dos docentes se dá pela atuação da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), que deveria fiscalizar exclusivamente o cumprimento ou não dos regimes de trabalhos pelos docentes. Com treze membros nomeados pelo Reitor, é a responsável, em tese, por uma extensa lista de funções, cabendo-lhe analisar e decidir, como reza sua página na Internet, sobre "ingressos, reingressos, permanências, exclusões, licenças, afas-



da complexidade da USP. Apesar disso, a natureza do órgão não foi questionada, sendo tais problemas dados como pontuais e passíveis de resolver na composição da CERT ou por meio da orientação a ser-lhe imprimida.

A avaliação torna-se um espaço de comparação internacional, o que se materializa na preocupação quanto a se o programa equipara-se aos seus congêneres nas universidades de ponta dos outros países, e inclusive na disputa de espaço nas mesmas revistas científicas. “Na hora em que colocaram a qualidade nestes critérios, internacionalizaram a ciência brasileira. Você tem que competir, sem os mesmos recursos, com os Estados Unidos”,



comenta de Meis. Outro problema seria a desvalorização dos próprios periódicos e espaços de ciência brasileiros. “Isso leva a uma cultura auto-depreciativa das revistas brasileiras, que não se fortalecem”.

“Hoje, a USP e a Unicamp se consideram seguras porque estão na frente deste sistema. Mas quando ele é internacionalizado, elas vão ter que ser comparadas com Harvard, Yale, Oxford, universidades que têm um projeto, querem formar conhecimento”, questiona Miriam Limo-

**A
avaliação
torna-se espaço de
comparação internacional, o
que se materializa na preocupação
quanto a se o programa equipara-
se aos seus congêneres nos outros
países, e inclusive na disputa de
espaço nas mesmas revistas
científicas**

eiro. “A gente tem que pensar em como nos inserimos neste mundo globalizado, o que esta sociedade requer de conhecimento e o que se está produzindo. E há um amesquinamento das discussões. Qual a importância destas universidades neste campo globalizado?”

É necessário equilibrar esta tendência, acredita Janine Ribeiro, sinalizando com a própria avaliação, quando se instaura um “indicador de solidariedade”. “É só considerarmos

e deixarmos claro que a cooperação entra positivamente na avaliação, então os programas não terão mais a tendência de virar as costas para o país”, arrisca ele. Janine considera essencial para a manutenção da expansão do sistema o estímulo à chamada “interiorização” da pós-graduação.

De Meis acredita que um dos fatores geradores de competição excessiva é justamente a tendência à disputa dos mesmos poucos lugares nas universidades de ponta, a pouca disposição dos jovens doutores em trabalhar em universidades menos tradicionais, fora dos grandes centros e possuidoras de programas mais recentes. Mas não é natural que os jovens pesquisadores, neste ambiente de *ranking*, procurem estudo e emprego nos programas 7 da USP, ao invés dos “nota 3” de uma universidade, seja ela em São Paulo ou na Amazônia, onde enfrentariam maiores dificuldades de recursos? Os jovens, observa Miriam, adaptam-se mais e mais a esta cultura da competição, classificação e produtividade. “Eles são mais suscetíveis a esta desqualificação. Eles têm mais medo. E por outro lado quem entra nisso tem vantagens materiais, recursos para sua pesquisa, viagens, carreira”.

As estratégias de competição (e mesmo de sobrevivência) geradas em tal ambiente começam a preocupar cada vez mais, tantas as distorções que se manifestam. “Você tem a formação de grupos que detêm o poder dentro das áreas, controlam os periódicos e práticas como a inter-citação (troca de citações para aumentar o fator de impacto do artigo), e

a produção em salame (fracionamento da divulgação da pesquisa para gerar o maior número de *papers* possíveis)”, aponta Miriam. A co-autoria pelo simples uso do laboratório também é uma prática crescente. “Tem gente que publica e não sabe nem o que publicou”, relata José Nicolau, do Centro de Pesquisa em Biologia Oral da Faculdade de Odontologia. “E isso foi produzido pelas agências”.

A Capes está tentando corrigir o que considera distorções do processo, procurando garantir a inclusão de livros na avaliação e dar maior peso às pesquisas com impacto em setores econômicos. Para impedir desvios e fraudes, confia na auto-regulação da própria comunidade científica. Entretanto, tudo indica que no governo Lula a concepção básica de avaliação, tanto na pós-graduação quanto na graduação, é essencialmente idêntica à da gestão FHC. É o que se depreende das declarações, colhidas pela *Revista Adusp*, de funcionários graduados do MEC.

“O governo passado conseguiu melhorar muito a pós-graduação”, declara o diretor de Avaliação da Capes, para quem o conflito político entre o governo atual e seu predecessor, na área da educação, resume-se à graduação e ao tratamento concedido às instituições privadas de ensino superior. Janine Ribeiro elogia a “fantástica” herança deixada por Paulo Renato: “Os professores começaram a orientar mais, a cobrar mais dos alunos e deu para aumentar muito o número de doutores que o Brasil titula por ano. O aumento

SOBRE O TEMA, REVEJA O QUE JÁ PUBLICAMOS!

- “Publicações, CERT e o Reitor: avaliação ilegítima, ilegal e persecutória”. *Revista Adusp* 22, março de 2001, p. 23.
- “Debate sobre Avaliação da Docência”. *Revista Adusp* 22, março de 2001, p. 33.
- “Fapesp, uma política controversa”. *Revista Adusp* 26, setembro de 2002, p. 6.
- “Capes em suspenso”. *Revista Adusp* 31, novembro de 2003, p. 6.
- “Certificação de professores: regulação e desprofissionalização do trabalho docente”. *Revista Adusp* 32, abril de 2004, p. 43.

Tudo indica que no governo Lula a concepção básica de avaliação, tanto na pós-graduação quanto na graduação, é essencialmente idêntica à do governo FHC

neste país tem sido de 10% a 15% ao ano no número de doutores e de mestres. Não tem país do mundo que faça isso”.

Assim, as mudanças levadas a cabo pela Capes no governo Lula, em particular na gestão de Jorge Guimarães, são pontuais e não colocam em questão o papel central conferido à avaliação pelos cânones do Banco Mundial. Mesmo a inexorável pressão para continuar reduzindo o tempo médio de titulação, pressão com a qual a

Capes afirma não ter mais nenhum compromisso, tem permissão para manter-se, caso assim resolvam os comitês de área.

Também Iara Xavier, coordenadora-geral de Avaliação Institucional e de Cursos do Inep, considera que o papel da gestão Paulo Renato na implantação da “cultura da avaliação” foi positivo: “Nós temos clareza de que hoje não estaríamos aqui se não tivéssemos estes oito anos”.

Na graduação, porém, os sinais emitidos pelo Inep são contraditórios com tal louvação. Dilvo Ristoff, diretor de Avaliação e Estatísticas da Educação Superior do Inep, anuncia claramente uma orientação oposta à adotada pelo governo anterior: garantir a educação como um direito e uma avaliação que não implique um *ranking* (vide p. 34).

“Há diferenças entre os governos”, considera Miriam, “mas eles encaminham esta questão da mesma maneira. Sempre priorizam a técnica, que mascara a questão do modelo”. Enquanto Janine Ribeiro considera que não há alternativas

para a avaliação de um sistema com 1.783 programas de pós-graduação e entre 30 mil e 40 mil artigos publicados por ano, para Miriam não se trata de discutir correções eventuais, mas de resolver uma questão de fundo. “Não é alternativa de modelo de educação, mas de universidade. Sou absolutamente contra fazer qualquer coisa que legitime este processo avaliativo. Esta avaliação veio do meio industrial. Até mesmo o uso deste termo, ‘avaliação’, eu sou contra. A gente tem que usar o termo qualidade do ensino, a defesa da qualidade do trabalho”.

A ANPG, por seu turno, defende maior abertura à participação dos estudantes de pós-graduação, inclusive nos comitês de área, que hoje não dispõem de representantes discentes, justamente por serem considerados de caráter exclusivamente técnico-científico. “Somente com análise numérica não se pode avaliar um curso. É preciso um acompanhamento sistemático de cada programa, ouvindo todas as partes envolvidas”, argumenta Elisa Borges. “É preciso levar mais em consideração na avaliação as instalações em geral, laboratórios, bibliotecas, número de bolsas do programa, as condições de trabalho dos professores, ou seja, avaliar todo o processo de produção e não só os resultados e as publicações. Isso no mínimo é uma visão limitada do desenvolvimento científico. Defendemos que haja critérios quantitativos mas também qualitativos”.

Segundo o sociólogo argentino Atilio Borón, os processos de refor-

ma em curso nas universidades latino-americanas repudiam a condição do intelectual e visam estabelecer critérios diferenciados de remuneração (Agência Carta Maior, “A academia abomina a condição intelectual?”, 31/8/2005). Um artigo publicado em revista norte-americana ou européia vale mais do que um livro publicado no país do autor, independentemente do conteúdo do artigo ou do livro. Um sistema de classificação mecânico, quantitativo, “objetivo” e cada vez mais poderoso.

Exemplo extremo de classificação de docentes por “castas” é a resolução do CNPq que estabelece novas diretrizes do Pibic, e que a USP “radicalizou” ao dividir os docentes em categorias de A a F

Exemplo extremo e didático de criação de sistemas de classificação de docentes por “castas” é a Resolução Normativa 015/2004 do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que estabelece novas diretrizes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Graças a essa norma, deixaram de ser relevantes para a concessão de bolsas de iniciação o histórico escolar e o projeto do bolsista, o aluno de graduação, sendo importante apenas a classifi-

cação do orientador. Concedeu-se prioridade a “bolsistas de produtividade” CNPq e a orientadores de pós-graduação com nota igual ou acima de 5 na avaliação Capes. Reduziu-se a prioridade de bolsas a um universo de 7.800 “bolsistas de produtividade”, número muito inferior aos 35 mil orientadores de pós-graduação. Desse modo, docente que não tiver bolsa de produtividade terá poucas chances de obter para seus alunos uma bolsa de iniciação científica.

Ainda em 2004, a Pró-Reitoria de Pesquisa, a quem cabe distribuir as bolsas Pibic na USP, radicalizou a nova norma. Ela dividiu os docentes em categorias de A a F, de acordo com a nota dos respectivos programas de pós-graduação, o que vedou o acesso às bolsas de iniciação científica de programas inteiros, e às vezes áreas inteiras do conhecimento dentro da universidade. Isso levou a que, por um lado, orientadores de pós-graduação fossem considerados inaptos para orientar iniciação científica. Por outro lado, criaram-se “feudos” concentrados em programas com notas altas, que passaram a controlar ainda mais recursos. E foi invertida a relação orientador-aluno. Se antes um aluno com um bom projeto poderia escolher o professor com quem tivesse afinidade acadêmica, e obter uma bolsa para iniciar sua carreira de pesquisador, agora é o orientador que poderá definir para que alunos e que projetos distribuirá as bolsas a que ele tem direito.

As novas regras foram aliviadas em 2005, diante dos protestos contra suas desastrosas consequências. Na Escola de Comunicações

AVALIAÇÃO NA GRADUAÇÃO: O PODER DO MERCADO

Na graduação, onde a maior parte da oferta de ensino é privada, a avaliação não está diretamente relacionada à liberação de recursos. Na realidade, até hoje ela sequer conseguiu ter o poder de fechar cursos. O professor Otaviano Helene, que presidiu o Inep no início do governo Lula, considera que o forte poder político do setor privado no ensino superior ainda exerce uma grande influência sobre a avaliação. Ele se manifesta principalmente no modelo de avaliação por comparação do desempenho, que confere a nota por agrupamentos de um determinado percentual de escolas com desempenho semelhante. “O que acontece por comparação? Os cursos de Matemática, por exemplo, são dominados pelas privadas, a maioria deles cursos noturnos, que não exigem presença. A média deles era uma nota de 2,5, em uma escala de 1 a 10.”

Para Helene, vários cursos que apresentavam no Provão notas A e B tinham, mesmo assim, qualidade inaceitável. “Se mudar a avaliação na graduação, vai mostrar a realidade do ensino superior brasileiro, especialmente nas privadas. E parece que isso não pode ser mostrado. Essa avaliação não tem problema algum para elas. Sempre

podem manipular, mostrar o curso em que foram melhor. Com esta comparação, no mercado, você apenas estabelece o preço.”

A avaliação de cursos, feita através da visita de comissões, era, nas condições do Brasil, muito mais importante e necessária, segundo Helene (a USP nunca participou das avaliações, pois universidades estaduais não estão legalmente obrigadas a isso). Mas este instrumento ficou bloqueado por uma contestação jurídica das instituições privadas, que se opuseram a uma taxa instituída pelo MEC na gestão Paulo Renato para financiar a avaliação. Desta forma, e também por conta da grande presença do *ranking* formulado por ele na mídia, o Exame Nacional de Cursos, o popular Provão, acabou sendo a ferramenta mais influente do MEC naquela época. Ferramenta baseada na idéia de ranqueamento midiático das instituições, de competição, de segmentação do “mercado” do ensino superior, com a “opção” do estudante pela instituição, e da avaliação do “produto” final do ensino (no caso, o aluno), e não do processo. Além de uma pretensa objetividade “fria” da prova e do sistema.

Em 2004 o governo Lula apro-

vou a lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), que substitui os instrumentos de avaliação implantados no governo FHC. O Sinaes prevê a utilização de vários instrumentos de avaliação, entre os quais as comissões externas e a criação, em todas as instituições do chamado Sistema Federal de Ensino (que compreende não só as universidades federais, mas também as instituições particulares de ensino superior), de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O Sinaes prevê a participação docente e discente, e um respeito maior à diversidade e aos projetos acadêmicos de cada instituição. Um aspecto interessante da lei que o institui é considerar como item da avaliação a “organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios” (artigo 3º, inciso VI).

O substituto direto do Provão no Sinaes é o Exame Nacional de Estudantes (Enade), que tem entre suas diferenças o fato de ser aplicado

e Artes, onde a nota 3 do programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação “rebaixou” um numeroso grupo de docentes, 31 deles ficaram sem bolsas Pibic

para seus alunos. No Instituto de Geociências, a Congregação decidiu encaminhar um recurso ao Conselho Universitário contra a iniciativa da Pró-Reitoria de Pesquisa.

“Esse foi o assunto que mais teve tempo de discussão no Conselho de Pesquisa. Nós diminuimos o peso da nota Capes, e nos critérios internos incluímos o projeto e o desempenho

em dois momentos: no primeiro e no último ano do curso de graduação. O professor Dilvo Ristoff, diretor de Avaliação e Estatísticas da Educação Superior do Inep, um remanescente da gestão de Helene no órgão, explica o que distingue o novo exame: “Os conceitos do Enade, diferentemente dos do Provão, são gerados a partir do desempenho de ingressantes e concluintes em uma prova de formação geral e do desempenho, com pesos diferenciados para os dois grupos na prova de conteúdo específico da área do conhecimento. O que interessa efetivamente é a diferença de desempenho, o crescimento na trajetória do aluno”.

O conceito atribuído ao desempenho dos alunos de um curso no Enade, esclarece Ristoff, fará parte do conjunto das dimensões utilizadas para avaliar o curso. “O conceito no Enade não é, pois, o conceito do curso, embora seja difícil, depois de oito anos de Provão, fazer com que algumas pessoas entendam isso. A padronização das notas justifica-se simplesmente pela necessidade de compatibilizar as diferentes culturas de nota das diferentes áreas do conhecimento com as especificidades de um exame de larga escala”. A professora Iara Xavier, coordenadora geral de Avaliação Institucional e de Cursos do Inep, completa: “No

modelo anterior, o eixo era o Provão. Hoje é a avaliação institucional, onde o mais importante é a auto-avaliação, feita pela CPA”.

Para Ristoff, o Sinaes encaixa-se no que ele afirma ser uma política do atual governo federal de expansão do acesso ao ensino superior com garantia de qualidade, da qual também faz parte na sua opinião o Programa Universidade para

Ristoff
sobre o Enade: “Somos
contra o ranking, não
fizemos ranking e declaramos e
escrevemos nos documentos oficiais
que consideramos errado fazer
ranking, principalmente com
base em uma prova”

Todos (ProUni, que oferece bolsas em instituições privadas em troca de isenção fiscal) e a abertura de novos *campi* federais.

Eventual desempenho insatisfatório no Sinaes forçará a instituição a firmar um termo de compromisso com o MEC. A não realização do termo de compromisso pode levar

a instituição ao descredenciamento, que fica sujeito porém à Câmara Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão onde permanece forte a influência das mantenedoras privadas.

Iara Xavier define o novo sistema como “transição paradigmática” do modelo anterior, como declarou em debate sobre avaliação promovido pela instituição privada UniFMU. “Nós não negamos a trajetória histórica. É uma evolução, sem negar o trajeto da avaliação”.

Instaurado recentemente, complexo, e de caráter mais cooperativo do que punitivo, não está claro se o que vai sobressair do Enade para a sociedade é um *ranking*, ou se o Sinaes conseguirá impor algum controle sobre a expansão e poder político do ensino superior privado.

Uma nova polêmica está posta. “Somos contra o *ranking*, não fizemos *ranking* e declaramos e escrevemos nos documentos oficiais que consideramos errado fazer *ranking*, principalmente com base em uma prova. Na divulgação do Enade, por exemplo, o Inep não fez *ranking*, mas sentimos dificuldades para convencer os representantes da mídia a não fazê-lo. A cultura do *ranking* é muito forte no Brasil e no mundo e vamos ter que aprender a melhor desconstruí-la”, fulmina Ristoff.

do aluno”, explica Raul Machado Neto, da Pró-Reitoria de Pesquisa. A escala agora vai de A a E, e outros tipos de indicadores, além de bolsa de produtividade, foram incluídos. Mas a

orientação básica que vem da norma do CNPq continua. Talvez a função didática, já que trata-se justamente de um programa de iniciação científica, seja ensinar que nesta “nova uni-

versidade” mais importante do que o mérito e a qualidade intrínseca de um trabalho é saber identificar e seguir o caminho dos professores marcados com a letra “A” e não com a “E”.

ENTREVISTA

Renato Janine Ribeiro

**“NO GOVERNO PASSADO A CAPES
CONSEGUIU APERTAR MUITO A ORIENTAÇÃO.
CONTINUA NECESSÁRIA ESTA IMPOSIÇÃO”**



**“REDUÇÃO DE TEMPO MÉDIO DE TITULAÇÃO
NÃO É MAIS PRIORIDADE DA CAPES.
FORÇAR A DEFENDER TESE
EM 2 OU 3 ANOS É MESQUINHO”**

Capes/MEC



O professor Renato Janine Ribeiro, diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), surpreende ao afirmar que o governo anterior “conseguiu melhorar muito a pós-graduação” ao estabelecer rígidos controles da produção docente, que continuam a ser entendidos pela agência e pelo atual governo como necessários. Apesar disso, ele reconhece que o “apelo ao voluntarismo” da mão-de-obra docente chegou ao limite e que daqui para a frente será preciso investir e contratar professores nas universidades federais.

“Não vou dizer que a avaliação não seja mal usada, não tenha sido mal usada e não possa ser mal usada. Mas como estamos lidando com recursos públicos, o dever que a sociedade tem é assegurar que eles sejam bem utilizados. Não posso verificar se a universidade está cumprindo seu papel social, se não tiver segurança de que ela está fazendo um bom trabalho”, justifica.

Professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH), Janine Ribeiro considera que competição e punição são aspectos menores do processo de avaliação dos programas de pós-graduação, mas admite funcionalidade na faceta punitiva. “Descredenciar e fechar um curso é extremamente importante. Este poder que a gente tem, que levou ao fechamento de 2% dos programas na avaliação passada, 36 em um total de 1819, é fabuloso, porque estes 36 garantem que os outros 1783 estão funcionando bem”.

*Janine Ribeiro expõe nas páginas a seguir algumas das novas diretrizes da Capes, entre elas a orientação aos comitês de área de que não mais exijam dos programas a redução do tempo médio de titulação. A Diretoria da Capes vem sinalizando aos comitês de área que reduzam a importância de tal item como fator de avaliação: “Forçar uma pessoa a defender uma tese em 2 ou 3 anos é ridículo, é mesquinho, não faz o menor sentido”. Concedida a **Américo Sansigolo Kerr, José Chrispiniano e Pedro Estevam da Rocha Pomar**, a entrevista foi realizada em Brasília, em setembro de 2005.*

Revista Adusp- Neste governo a Capes está em seu terceiro presidente. A impressão é de que há uma certa turbulência. Você assumiu faz um ano e meio. Com que “missão” veio para cá, qual é seu projeto, o que o fez aceitar este desafio?

Renato Janine Ribeiro- O fato de estar no terceiro presidente, no terceiro ano do governo Lula, não necessariamente indica uma turbulência. Houve uma troca, um primeiro presidente que saiu por questões pessoais. Um segundo que saiu porque saiu o primeiro detentor da pasta, Cristovam Buarque. Então, a grande mudança que tivemos foi da gestão do ministro Cristovam Buarque para a do ministro Tarso Genro. Quando assumimos a Capes, tivemos que preparar a avaliação trienal.

O que me levou a aceitar o convite foi o desafio. Eu tinha preparado para a USP, no ano 2000, um curso interdisciplinar de Humanidades, que acabou não sendo aprovado, em parte por causa da política reitoral, em parte por causa da política estudantil e sindical. A partir disso eu corri com um projeto para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SBPC. Então é uma série de idéias que eu tinha e tenho, sobre a universidade. Muitas delas reunidas no livro *A Universidade e a vida atual*, que publiquei em 2003, o subtítulo é “Fellini não via filmes”. A idéia é uma referência de Fellini, segundo a qual ele imaginava as imagens fílmicas lendo livros, e não vendo filmes. Uma das coisas necessárias para a universidade é ser capaz de abrir-se para

o que está fora dela. Isso tanto no plano da pesquisa quanto da extensão, da relação com a sociedade. Isso implica, por exemplo, pensar o aspecto interdisciplinar, que está crescendo, e vai contra toda uma cultura que fortaleceu muito as fronteiras entre as disciplinas.

Por exemplo, a grande revolução da ciência foi o uso da Geometria — que era uma técnica de agrimensor, por assim dizer — como matriz de toda a ciência moderna no século XVI. Você transfere algo que tem 2.000 anos em uma área para outra,

“Foi necessária uma pressão muito forte da minha Diretoria para que as áreas de Humanas avaliassem livros. Não queriam ler os livros e dizer se eram bons ou não”

você revolucionaria. Pega a Etnologia, transfere para a História, isso se chama História das Mentalidades e faz uma beleza de mudança ao longo do século XX. Esse é um ponto. Outro ponto é como a universidade vê o que está fora dela, como pensa a extensão. Então, o fato de ter estas duas questões, e o fato de ser convidado para fazer parte de uma agência que, mais do que de fomento, é uma agência que sinaliza caminhos para a pós-graduação no Brasil, me fascinou, e por isso aceitei.

Quando o professor Jorge Guimarães me convidou, eu coloquei dois ou três pontos. O primeiro era: o tempo médio de titulação causou muitos danos para as áreas de Humanas. Que é algo que foi sinalizado de maneira muito forte pela Capes, que sem dúvida foi benéfico em várias áreas, só que não considero ter sido muito positivo nas áreas de Humanas. Nas áreas de Humanas em especial o prazo de mestrado fixado em dois anos não funcionou muito bem. O professor Jorge concordou comigo, ele acha que levou também a algumas teses muito rápidas, como em Odontologia, teses de doutorado em 33 meses. Outro ponto foi a avaliação dos livros. Comentei que se os livros não fossem avaliados na área de Humanas seria uma coisa muito equivocada. A produção da área é principalmente livros.

Quando eu falo de Humanas estou me referindo a três grandes áreas no sistema Capes: Humanas, Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes. Três grandes áreas que reúnem umas 18 áreas do conhecimento. Nestas áreas a produção de livros é muito significativa. Equivale a algo como três vezes a produção *per capita* das outras áreas. Isso tudo acaba trazendo para o sistema um grande volume de produção científica que não é avaliada. O Jorge concordou e em função disso sinalizamos a avaliação do ano passado. E aí veio uma coisa muito curiosa. As áreas de Humanas disseram que os livros eram fundamentais, mas a maior parte não queria avaliá-los. Não queriam ler os livros e dizer se eram bons ou não. Foi necessária uma pressão muito forte

da minha Diretoria para que as áreas avaliassem. Algumas avaliaram com cuidado, principalmente Geografia. Outras fizeram numerologia.

É importante dissipar um grande mal entendido sobre a Capes. Todo mundo diz que a Capes só se preocupa com números, com quantidade etc. Isto está errado, porque a quantidade só faz sentido se expressar qualidade. Você só pode usar indicadores que de alguma forma possam expressar uma qualidade. Como por exemplo notas: são um indicador numérico, mas de qualidade. E a Diretoria quis e quer que a principal produção de Humanas seja avaliada pela sua qualidade. Significa que não podemos fazer como foi feito em uma área de Humanas que atribuiu notas: livro valia cinco pontos, orelha de livro valia 0,25 ponto. Quando eu vi que orelha de livro valia 0,25 ponto, protestei, porque eles não abriam mão desta metodologia. Olhar, ler e avaliar a qualidade do livro eles não queriam, impressionante. Então nosso ponto é esse, como fazer uma avaliação da qualidade dos programas. O básico é: o programa tem docentes que tenham produção científica? Os alunos da pós-graduação estão envolvidos dentro desta produção científica, estão participando desta produção?

Revista Adusp- Estas são as exigências que você colocou para aceitar o cargo?

RJR- Como assim?

Revista Adusp- Não foi o que...

RJR- Não, foi uma conversa.

Revista Adusp- Chamemos assim. Então, aparentemente a Capes continua operando com uma profusão de

rankings, tabelas, Qualis etc... É uma provocação que eu queria lhe fazer: não tem muito positivismo nisso?

RJR- O que você chama de positivismo?

Revista Adusp- Esse império dos números e quantificações, em detrimento da qualidade, este exemplo mesmo de orelha de livro valer 0,25.

RJR- A Capes é contra isso.

Revista Adusp- Mas isso não é o produto deste ambiente que a Capes...

RJR- Não é, não. Esse é um equívoco típico da área de Humanas, que

“A avaliação foi concebida a partir de áreas nas quais os números expressam muitas coisas. Exatas, sobretudo Biológicas. Mas as outras se adequaram bem”

acaba se sentindo entre dois pólos. As grandes áreas de Humanas acabam padecendo de vários problemas. A avaliação foi, de fato, concebida a partir de áreas nas quais os números expressam muitas coisas. Exatas, sobretudo Biológicas. Mas as outras se adequaram bastante bem. A avaliação não coloca maiores problemas em Biológicas, Exatas e Ciências da Saúde. E coloca alguns problemas em Agrárias e engenharias que têm setores de pesquisa de aplicação. Nas Agrárias e na Engenharia é

muito importante a aplicação prática do conhecimento. Isso gera um problema, que tem sido equacionado por eles, que é qual é o resultado prático. Por exemplo: não posso avaliar um programa de Zootecnia, se eles não estão mudando a criação de bovinos, caprinos etc. Então tenho que considerar a extensão.

No caso de Humanas, há dois problemas bem sérios. O primeiro é que livros não foram avaliados até hoje. Porque não é simples avaliar livros, não é coisa trivial, porque você terá provavelmente que lê-los. Será necessário que duas ou três pessoas leiam o mesmo livro e emitam uma nota — e você terá que evitar que uma pessoa só leia, para evitar um viés de simpatia ou antipatia. Esse é um problema muito complicado. Um segundo problema é que nas áreas de Exatas e Biológicas é muito comum as lideranças científicas serem lideranças políticas. Nas Humanas não há esta tradição. As Humanas não costumam eleger para suas lideranças políticas suas lideranças científicas. Algumas sociedades científicas têm nas suas cabeças grandes cientistas de Humanas, mas não todas. Isso cria um problema sério. Porque as lideranças que poderiam sinalizar o formato da área, os grandes pesquisadores, estão fora da discussão de política científica em Humanas.

Agora, para voltar à sua questão, todas as tabelas da Capes expressam qualidade, a começar com o Qualis. Que é? Inicialmente, se ele pega uma área de Medicina, é basicamente o fator de impacto. Os artigos estão sendo citados em outros artigos? Estão produzindo conhecimento? Isso é uma

coisa muito sofisticada. Porque não é apenas você ser citado. É haver uma média de citações em boas revistas. Você ser citado em uma revista ruim não resolve o caso. Que foi a criação do Qualis em outras áreas, como Humanas? O Qualis foi uma maneira de as áreas de Humanas poderem dizer, sem usar o fator de impacto, sem usar os índices de citação estrangeiros, quais são as revistas boas. Se nós pegarmos o ISI vai ter índices de citação para artigos de Filosofia e Sociologia, mas não confiamos neles. Isto vale para as áreas de Biológicas e Exatas, mas para Humanas não vale. Para Humanas, cada área estabelece o seu Qualis, examina as revistas e vê quais são as melhores e as menos boas. E isso vale também para as Agrárias. As revistas que têm maior citação internacional não são as que lidam com agricultura tropical. Então temos que corrigir, para dar um viés que seja favorável ao país. Como as grandes revistas são norte-americanas, elas podem não valorizar tanto a medicina tropical, a agricultura tropical.

Revista Adusp- Isso é bem limitado. Você pegou em um ponto, a questão do predomínio dos americanos. Você tem aí, de certa forma, a ciência norte-americana direcionando o que você vai fazer no resto do mundo, com este tipo de padronização...

RJR- Até certo ponto. Também não sei de que tipo de padronização você está falando.

Revista Adusp- Vamos pegar algumas áreas: que tipo de alternativa você vai ter para agricultura? A chamada orgânica? Ou você vai fortalecer — não estou dizendo que tenha que enfraquecer — a engenharia

genética? Então você aposta tudo ali, em projetos do tipo Genoma, e acaba deixando de dar apoio a outras áreas que em outro momento podem, inclusive, ser muito mais fortes. A ciência já mudou de campo, principalmente na área de Exatas, mais de uma vez. Se você pegar eletrônica, era tudo valvulado, hoje é transistorizado, circuito impresso, você está indo para outras áreas. E, na agricultura, você pode ir para linha de agrotóxico e interesse das grandes corporações, ou pegar pequeno e médio produtor, a capacidade dele de tratar a agricultura orgânica.

RJR- Há uma grande confusão científica aí.

Revista Adusp- O pequeno e médio produtor vai trabalhar com técnicas e processos que a monocultura não opera. Isso envolve ciências diferentes e a valorização delas, e como é que você vai conseguir entrar em uma revista dependendo do que você tenha feito nessa área? Existe conhecimento em uma área, que não é valorizado internacionalmente, porque não é uma linha que interessa às grandes corporações. Na área de Medicina, houve um problema agora, com a influência das grandes corporações fabricantes de remédio...

RJR- Quem levantou esta questão? Não foi a própria comunidade científica? Confiamos muito na comunidade científica. Não há melhor maneira de gerir estas coisas do que a própria comunidade científica, que corrigiu ou está tentando corrigir estas deformações bastante sérias que podem ocorrer na aceitação de artigos. Quanto à dimensão disso eu não sei qual é. Não parece ser tão grande. Quando eu disse que há uma confusão

científica é que você falou em agrotóxico e falou do Genoma, de engenharia genética, suponho que esteja também questionando os transgênicos. Os transgênicos foram uma tentativa de não utilizar mais agrotóxico.

Revista Adusp- Não entrei nesta discussão.

RJR- Você falou nas duas coisas e defendeu contra isso agricultura orgânica. Parte da opinião pública bem intencionada, mas ignorante em matéria científica, confunde estas duas coisas.

Revista Adusp- Perdão, não só não é o meu caso, como fiz a observação logo de início. Não estou dizendo que não tem que fazer pesquisa nesta área.

RJR- Entendi. Só não vejo alternativa a isso, a não ser a própria comunidade científica discutir, é o que ela faz. Por isso mesmo achamos importante criar novas revistas.

Revista Adusp- Mas tem que romper essa pressão do Qualis. Na própria página da Capes, você fala lá em relação ao Qualis...

RJR- Este texto não é meu, é da instituição. É um texto que está aí há alguns anos.

Revista Adusp- ...“A constituição de classificação destas categorias compõe nove alternativas indicativas da importância do veículo utilizado. E, por inferência, do próprio trabalho divulgado”. Então, você está associando a qualidade do trabalho à qualidade da revista. O que não é necessariamente verdade. Pode ter gente publicando em uma revista inferior, é lógico que com esta pressão toda você vai tentar publicar em uma melhor e acabou, mas você pode publicar um

artigo bom em revista inferior. E embaixo fala, “*não definir qualidade de periódicos de forma absoluta*”, mas faz um vínculo do trabalho com a revista. Se eu publicar em revista que tem um Qualis inferior, estou perdendo ponto.

RJR- Você tem uma proposta?

Revista Adusp- Da mesma forma que livros, o que você está fazendo em relação a livro?

RJR- Estou discutindo muito. E não é fácil.

Revista Adusp- Você vai criar um mecanismo de avaliação própria. Então, em relação ao trabalho, você tem que olhar o trabalho. Esta publicação é A, B, C e você acabou de carimbar o trabalho do rapaz que está na C, como C. Essa é a tendência do jeito que está sendo posto. E aí você fala “é C”, e o trabalho dele pode ser A?

RJR- Estou perguntando se você tem uma proposta. Isto não é uma proposta e vou dizer por quê. Você tem algo como 30 mil, 40 mil artigos publicados em periódicos por ano. Olhar um a um é impossível. Pense em alguma hipótese deste tipo, é impossível. Então temos um sistema, que internacionalmente é bastante aceito, que na maior parte das áreas funciona, que é considerar que a revista melhor publica os trabalhos melhores, e a revista pior, publica trabalhos piores. E abrir espaço para que as revistas que têm menor desempenho cresçam. Isto é feito através da avaliação. Todo ano, as revistas nas quais saíram artigos de pesquisadores que estão na pós-graduação brasileira são avaliadas pelos comitês de área. Os comitês

dizem se a revista é boa, se subiu, se melhorou etc.

Estou tentando pensar no caso de livros. Qual diferença tem? No periódico você tem um caráter mais ou menos constante, assegurado pelo fato de que ele tem uma comissão editorial. Você tem uma constância da qualidade na maior parte das áreas. Mesmo se pegar as áreas que não têm uma tradição de fator de impacto, há uma constância. A revista *Mana*, por exemplo, do Museu Nacional de Antropologia, provavel-

“Você tem 30 mil, 40 mil artigos publicados por ano. Olhar um a um é impossível. Então temos um sistema bastante aceito, que é considerar que a revista melhor publica os trabalhos melhores, e a revista pior publica trabalhos piores”

mente uma das melhores da área de Humanas. Mantém qualidade alta há muito tempo. A *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, idem. Agora, quando passamos para livros, qual o fator de qualidade? A editora? Algumas áreas estão operando com editora. É uma experiência possível. Outras estão pensando em outros critérios. Duas, que têm uma pequena dimensão de publicação, estão pensando em fazer um piloto de leitura de todos os livros da área. Se você pegar

Antropologia e Ciência Política, a publicação no triênio não chega a três dígitos. Então é viável. Agora, numa área que tem 800 livros no triênio, como Educação, e significando coletâneas, artigos em livros coletivos além disso, a leitura de tudo fica muito difícil. Nenhum critério é absoluto. Mas por enquanto estamos operando com os melhores critérios possíveis.

Revista Adusp- Ainda nesta questão do Qualis, este é um Documento de Área de Comunicação, de 2004. Eu queria ler para ouvir sua opinião: “*Não se deve, a este ponto, encorajar uma política orientada pelo princípio de que em publicação científica ‘o mais é o melhor’.* Melhor é publicar em periódicos e coletâneas de excepcional qualidade ou publicar livros de referência. Publicar não importa onde é uma péssima política científica. Campos científicos fortes só se formam se a publicação for competitiva, em poucos e excelentes veículos que todos lêem e citam. A área de Comunicação tem um excessivo número de periódicos, o que torna parte da produção intelectual publicada em condições de baixa competição (há sempre uma revista onde publicar o meu artigo) e, conseqüentemente, não lida pelos pesquisadores de ponta. Além do mais, ainda recorre ao expediente, felizmente sempre menos empregado, de coletâneas financiadas pelo Programa com o fim de desaguar produção intelectual não competitiva. Com o sistema Qualis implantado e funcionando a qualificação da publicação fica evidente e a área precisa melhorar consideravelmente sob este aspecto. Coletâneas sem rigorosa seleção editorial e periódicos com baixa

competitividade (Nacional C e Local A, B e C, por exemplo) precisam ser evitados a todo custo.” Queria saber se você concorda com este discurso, de competição.

RJR- Não concordo com o termo *competição*, e não concordo com a conclusão final de que os últimos três níveis devem ser evitados a todo o custo. Isto é um critério de cada pesquisador. Talvez o texto seja muito radical para o meu gosto, mas há um princípio muito importante. É importante que a publicação científica seja lida. E existe toda uma parte que não é. É enorme a parte que não é. Os últimos dados: havia 6 mil periódicos científicos no Brasil. Só o meu departamento, que é de Filosofia da USP, tem doze periódicos pelo menos. Isso torna muito difícil a leitura de textos. Pouco disso está no Scielo [*Scientific Electronic Library Online*], o Scielo não chega a 200 periódicos desses 2 mil. Cada programa de pós-graduação, muitas vezes cada departamento de graduação, quer editar a sua revista. Quem vai ler isto? É óbvio que se você publica artigos que não são lidos é um desastre. Esse artigos poderiam ser bons e lidos em outras partes e não são disponibilizados. Talvez a gente possa reduzir esta questão, se aumentar a publicação pela internet.

O problema que temos é com esta quantidade enorme de periódicos de ciência, a maior parte não é conhecida. Artigos bons podem ficar afogados em periódicos ruins. E aí tem uma outra consequência que tem a ver com o que o Américo colocou. Ele levantou a hipótese

de um artigo bom em um periódico ruim, ou vice-versa. Isso pode acontecer, mas acontecerá menos se a área tiver uma cultura, não diria da competição, mas da qualidade. Se você tiver uma cultura da qualidade, um periódico bom vai evitar artigos ruins. Por outro lado, um cientista que tiver qualidade vai procurar o veículo que tiver mais capacidade de submeter o artigo dele a uma leitura rigorosa. Quanto à observação de que verbas públicas não devem ser usadas apenas para fazer currí-

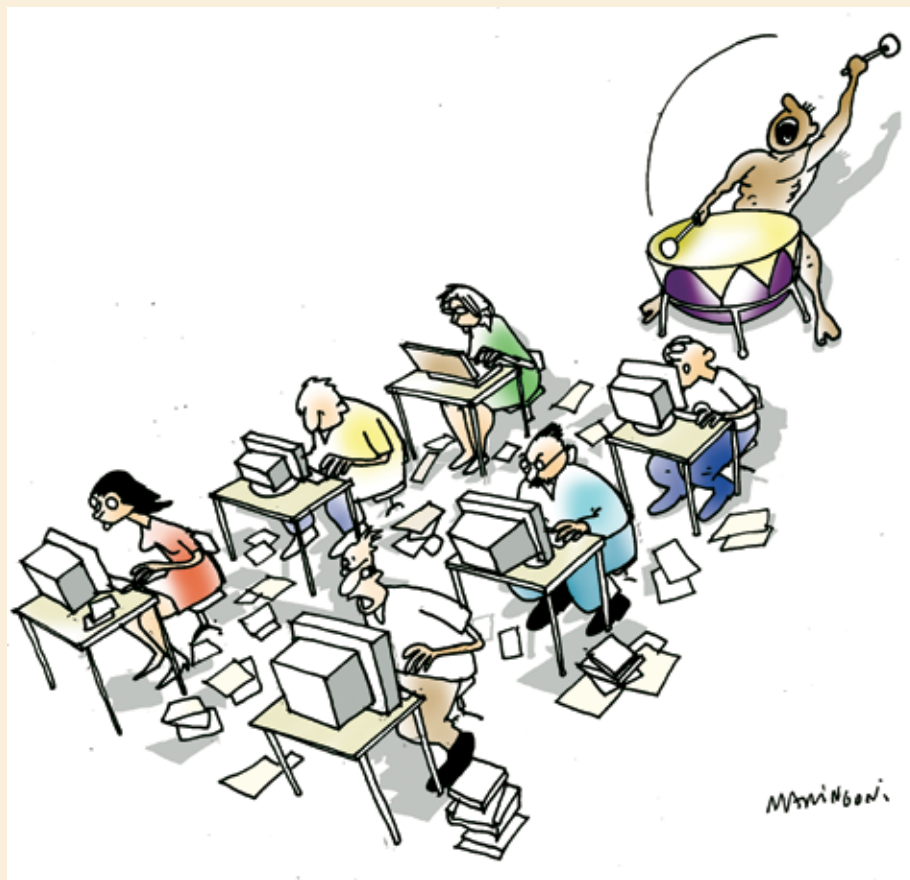
“Consideramos importante transferir conhecimento científico para a sociedade. Um bom trabalho em cana-de-açúcar seria um que não se concentrasse nos aspectos biológicos, mas considerasse os efeitos da monocultura, poluição, o êxodo rural causados”

culo das pessoas, eu concordo. Usar verba pública do tipo taxa de bancada, apenas para desovar uma produção que não tem ela própria qualidade científica, que não vai ser lida.

Revista Adusp- O problema não é necessariamente como fazer a avaliação, mas o contexto em que está posta. Este processo de avaliação tem sido muito mais um instrumento de controle e pressão, do que de estímulo à cooperação no trabalho, de fazer com que a universidade seja um

centro aberto e arejado de saber, e tradicionalmente artesanal. Você está criando uma pressão produtivista, trazendo o fordismo para dentro da universidade e centros de pesquisa. Este processo de avaliação, principalmente no Brasil, onde você tem junto uma carência de recursos, tem servido para exercer uma pressão de trabalho em que alguns grupos mais estabelecidos conseguem se promover e se desenvolver e outros ficam excluídos. Esta pressão toda tem gerado um objetivo, que é publicar.

RJR- A pressão houve, há e haverá. Mas não tem unicamente o sentido de gerar competição. Certamente há um momento competitivo na avaliação que é o momento de geração de notas, que é o momento trienal. Mas uma coisa que sinalizamos muito fortemente é: os cursos 6 e 7 deverão ter a obrigação de cooperar com cursos 3 e 4 situados em regiões geográficas menos ricas, mais subdesenvolvidas. Isso não chegou a ser uma obrigação, porque este é um ponto em que, como isso foi definido pelo CTC [Conselho Técnico Científico] já na metade do triênio, não podemos dizer que um curso perderá nota por causa disso. Mas é muito importante. Uma sinalização que a agência deu é que nenhum curso poderá perder sua nota por causa da cooperação com programas, neste espírito de solidariedade, se ele de alguma forma tiver um problema na sua produção interna. Ou seja, não pode haver uma guerra de todos contra todos. Isso é algo que a professora Ana Lúcia Gazzola, reitora da UFMG, e então presidente



da Andifes, defendeu como indicador de solidariedade.

Segundo ponto, cooperação. Vamos pegar a USP. Como se faz seleção de alunos em alguns programas de pós-graduação? Primeiro fazem um exame. Depois de um tempo, marca-se uma segunda prova. Um exame oral, ou alguma outra coisa. Isso tem várias razões, mas um efeito disso é tornar muito difícil um aluno de longe ser selecionado na USP. Isso não é uma mostra de solidariedade. E esse é um ponto que estamos sinalizando. Todas as vezes em que fui à USP, falei: esse é um ponto complicado. Programas que fazem, de forma indireta, uma barreira para a seleção de alunos de fora da sua instituição ou região geográfica não estão atendendo a uma demanda importante.

Outro ponto. Consideramos cada vez mais importante a transferência do conhecimento científico para a sociedade. Quais são os efeitos que você gera com o conhecimento? De que maneira a Agronomia pode melhorar a produção brasileira no campo? Tenho dado um exemplo de que maneira considerar isso. Um bom trabalho em cana-de-açúcar seria um que não se concentrasse nos aspectos biológicos, mas considerasse os efeitos da monocultura, a poluição, o êxodo rural que seu cultivo causasse etc... Estamos incentivando uma visão mais interdisciplinar nos programas. Se nós formarmos pessoas que saibam calcular um custo social, que pode ter um ganho tecnológico mas vai haver um custo social mais alto, teremos uma qua-

lificação melhor da sociedade brasileira para lidar com isso.

Não confundo o que você chama de produtividade com a produção científica. A produção científica tem que aumentar. Você tem que levar em conta que houve áreas inteiras que tiveram por muito tempo a tradição de não publicar nada. Acontece muito na Medicina. Havia professores titulares que não publicavam. Nas áreas de Humanas, por muito tempo publicou-se muito pouco. Há grandes nomes que jamais publicaram algo relevante. O fato de passar a publicar é importante. Agora, como vamos considerar isso? Tem que ser matizado por área. O Qualis de Filosofia, minha área, tem dois artigos em internacional A e 11 em internacional B no triênio passado. Muito pouco para uma área de 240 docentes. Então, mais importante é a publicação de livros. Os livros têm que ser avaliados. Dessa maneira você vai para a qualidade. Mas não vejo mal na publicação. É uma grande forma de a universidade, pública ou não, mostrar à sociedade o que ela está fazendo de pesquisa. E nas áreas de Humanas em geral a publicação tem um alcance muito maior que do que a comunidade acadêmica.

Vou propor para vocês um outro assunto. Uma coisa muito importante que estamos fazendo é deslocar o eixo da competição para a cooperação.

Revista Adusp- Como é que esse processo de avaliação aponta na direção da cooperação?

RJR- Por exemplo, cursos novos. Nós recebemos 470 propostas de programas novos. É difícil dar um número exato, porque uma proposta

de curso novo pode ter dois, três cursos embutidos, um doutorado e um mestrado. Que aconteceu? Recebemos várias propostas da Universidade Federal de Roraima, uma delas era um curso de Física. Tinha um corpo docente que dá conta do curso, mas vai ter dificuldades na relação com o resto do país. A questão é a distância. Estamos gerando um projeto chamado “Acelera Amazônia”, que visa fortalecer os programas de pós-graduação na região amazônica. A Capes vai alocar professor, verba para viagem, vai incentivar os cursos do Sul e Sudeste a cooperar mais com eles. Daqui a um tempo vai condicionar a manutenção das notas mais altas a isso. No Amapá tínhamos um projeto que estava com dificuldade de avaliação...

Revista Adusp- O INPA [Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia] teve a nota rebaixada.

RJR- É? Ele tem seis programas. Pode ser que um tenha sido. Havia uma proposta de curso novo no Amapá. A área de planejamento urbano visitou e propôs o apoio da Capes. Nós aprovamos. Com isso, foi o primeiro programa de pós-graduação do Amapá. Significa que a partir da semana passada, todos os estados brasileiros têm programas de pós-graduação. Não havia. Em Roraima havia um, desde a semana passada temos três ou quatro. Conseguimos ampliar o doutorado para oeste. Havia uma proposta de doutorado do professor Luiz Hildebrando, que é uma grande referência científica, e saiu do Instituto Pasteur, de Paris, para ir trabalhar em Porto Velho, Rondônia. Ele propôs um doutorado, foi uma coisa contestada, a

área não queria, no CTC discutimos detalhadamente e aprovamos o projeto de doutorado. Estamos assegurando a expansão da pós-graduação. Tínhamos o Minter, que era o mestrado fora de sede, quando você tem um mestrado, geralmente em uma instituição mais forte, pelo menos nota 4, e ele forma a turma *in loco*. Ao invés de mandar 20 alunos do Maranhão para a USP, você manda os professores para dar aula no Maranhão. Agora aprovamos o Dinter, doutorado fora de sede. Já havia cursos experimentais, a Universidade Federal do Pará tinha feito em Rondônia e no Amapá, e regulamentamos isso.

Revista Adusp- Estas regiões mais carentes estão todas com notas mais baixas.

RJR- Claro.

Revista Adusp- Este processo de avaliação está orientando a distribuição de recursos. Você acaba reforçando o que existe.

RJR- Não. Você está errado. Porque na distribuição de bolsas adotamos um critério que é o seguinte: dividimos o país em cinco regiões, como todo mundo divide. Só fizemos algumas correções. Se misturar o Distrito Federal com os estados da região Centro-Oeste, deforma a estatística. São Paulo também é uma região à parte, inclusive por ter características muito particulares, pelo enorme aporte de dinheiro que a Fapesp traz, embora muito pouco na forma de bolsas. A Fapesp praticamente não dá bolsas — bolsas quem dá é a Capes, 58% das bolsas do Brasil, em um todo que inclui a Fapesp, CNPq e as outras Faps e instituições privadas e fundos setoriais. Se você

faz esta geografia, atribui uma série de indicadores para concessão de bolsas. De fato, alguns destes indicadores têm a ver com a qualidade. Se um programa é 7 ele vai ter um multiplicador. Mas se é do Estado de São Paulo ele vai ter um redutor. Se é do Rio de Janeiro ou do Distrito Federal vai ter um redutor um pouco menor. Se é da Amazônia, Nordeste ou Centro-Oeste, vai ter, como eu diria, um inflator. Você estabelece correções na atribuição de bolsas por conta disso.

Revista Adusp- Mas se ele tiver nota baixa também vai ter um redutor.

RJR- Ele não tem o redutor, apenas não tem o inflator. Agora, você faz um *brand*, um *mix* de tudo isso. Você não tem que dar dinheiro para um programa só porque ele é nota baixa. Você tem que dar dinheiro para um programa se ele tem um projeto de crescimento. Por isso a gente quer fazer redes. Quando a gente tem uma rede que faz um programa 6 ou 7 apoiar um programa 3 ou 4 em uma região menos favorecida, tenho condições de dizer que este programa poderá ir bem. Agora, não é simplesmente porque o programa é fraco que ele é apoiado. Ele é apoiado se tem uma indicação de que pode crescer.

Revista Adusp- Refiro-me à retirada de bolsas, por exemplo, o programa de pós-graduação em Comunicação Social da ECA tem nota 3. Ele tem pouquíssimas bolsas.

RJR- Sim, é um programa da USP. A USP ter um programa 3 é uma coisa espantosa.

Revista Adusp- Então este programa foi punido pela nota.

RJR- Efetivamente foi. Mas o fato de um programa ter um desempenho fraco, como o da ECA, que desde 2001 tem nota 3, só agora começa a reagir, é a prova de que a avaliação é importante. Acompanhei muito o caso da ECA. A própria área diz que é o melhor programa da área no Brasil e o pior. Ele reuniu grupos muito dessemelhantes no seu seio. E precisa ter uma forma de se fortalecer.

Revista Adusp- Mas é problema ter grupos dessemelhantes? Este programa foi punido com a perda de bolsas, mas reúne praticamente um quarto dos doutores da área no Brasil. E titula a mesma quantidade. Quando vai fazer a sua avaliação o comitê diz que a área está uma maravilha, titula tantos doutores e mestres, e aí a instituição que com todos os seus problemas tem esta produção e quantidade de doutores, tem nota 3. E os alunos são punidos com uma brutal redução de bolsas, dos tempos de titulação, do prazo de qualificação.

RJR- O único ponto que a Capes tem a ver é com redução das bolsas. Quanto à redução de tempo de titulação esta Diretoria já deixou claro que não é uma prioridade da Capes. Se a área está querendo fazer, é decisão do programa, não é mais uma orientação da agência. Você perguntou qual o problema de ser dessemelhante o programa. A dessemelhança diz respeito, sobretudo, à qualidade do programa como tendo produção científica atualizada. É importante que os docentes estejam tendo produção atualizada, porque isso é que garante que os alunos de fato estejam sendo orientados por gente capaz.

Revista Adusp- Queria precisar mais duas questões que você falou. Uma delas é a pressão do tempo. Esta pressão do tempo está existindo há quase uma década.

RJR- É verdade, veio daqui.

Revista Adusp- Eu queria precisar muito bem esta mudança. Área de ensino, eu sou da Física. O pessoal está encurtando os tempos e isso é um problema. Porque tem professor da rede também.

RJR- Mas aí você está falando da área de Física ou de ensino de ciências?

“Não faz o menor sentido você estabelecer que uma pessoa que está na vida profissional tem que ter a mesma velocidade de tese de uma pessoa que está em tempo integral [na pesquisa]”

Revista Adusp- É uma área comum, mas a Física participa. Esta questão do tempo está sendo uma pressão em todos os lugares. Na Geologia, o pessoal teve uma perda de pontos na área deles, por causa desta pressão do tempo para titulação, que apesar de ter melhorado o pessoal quer que seja mais. E o que eles dizem? Que vocês estão criando uma pressão que prejudica muita gente que trabalha e quer fazer pós-graduação. Uma coisa é ter uma diretoria de redução do tempo, outra é você fazer

uma imposição, e é inclusive o que está acontecendo na USP: a USP está mudando os seus prazos, que deveriam ser mais longos, em função de uma orientação da Capes.

RJR- Até 2003, o tempo de titulação era o principal critério para atribuição de novas bolsas. No ano passado, a gente reduziu muito este critério. Na discussão dos critérios do triênio 2001-2003 para avaliar 2004, eu e Jorge falamos várias vezes que não era oportuno considerar tempo de titulação. Várias áreas quiseram manter. No fim, a coisa parece caminhar na maior parte das áreas para a seguinte definição. Primeiro, as áreas que quiserem manter tempo médio de titulação, a Diretoria não interfere. A Diretoria pode várias coisas, mas sobre cursos novos e notas quem decide é o CTC, que tem 17 representantes dos cientistas, quatro da Diretoria e um dos estudantes. Se as áreas quiserem considerar tempo médio de titulação, decisão delas. Mas a recomendação neste caso é levada em conta apenas para bolsista, e não para não-bolsista. Que atende justamente ao ponto que você está dizendo. Pois não faz o menor sentido você estabelecer que uma pessoa que está na vida profissional tem que ter a mesma velocidade de tese de uma pessoa que está *full time*, em tempo integral, trabalhando.

Aí, tem duas ponderações a fazer. Não temos condições de ampliar o tempo de bolsa. Nosso tempo de bolsa já é maior no doutorado. A Fapesp, por alguma razão que me escapa, limitou em três anos o doutorado, o que é realmente pouco viável para uma boa tese. Agora, não

podemos aumentar porque para aumentar seis meses um doutorado, temos que reduzir proporcionalmente o número de bolsas. Imagine a catástrofe. Tivemos uma dificuldade muito grande de aumentar o valor da bolsa, e ainda assim um valor inferior à inflação do governo passado, que tinha deixado congelado.

Um segundo ponto é a questão de depender da área. Você sabe, sendo físico, que a questão do laboratório na Física é crucial. Nas áreas de Humanas, não há o mesmo peso. Se em uma área o acesso ao laboratório é crucial, e o número de pessoas que podem estar em um laboratório é limitado, se dobramos o tempo de titulação reduzimos pela metade o número de alunos que podem usar este laboratório. Em uma área como História, ou Letras, o acesso aos livros não trará absolutamente problema. Então o tempo de titulação mais amplo pode não acarretar o mesmo problema. De qualquer forma, o que estamos dizendo é: o tempo médio de titulação não é mais um indicador importante.

Revista Adusp- Mas isso é diretriz da Capes?

RJR- Isso está sendo informado, o primeiro veículo informado foi a Rádio USP, há um ano e meio, dizemos isso constantemente aos representantes de área, mas queremos que seja discutido pela áreas.

Revista Adusp- Por que a pressão do tempo médio de titulação foi imposta sobre toda a pós-graduação?

RJR- Faça a seguinte avaliação: o governo passado conseguiu melhorar muito a pós-graduação. O grande conflito político entre o governo passado e o atual na área de educação se dá na graduação e no nível das

instituições privadas de ensino superior. O governo passado era altamente privatizante; estamos aumentando o número de universidades e de alunos. O governo passado puniu as escolas que saíram melhor no Provão, que foram as públicas; nosso governo não quer fazer isso. Não repôs vagas no ensino superior federal; nós estamos repondo. Enquanto no governo passado o número de professores nas federais se reduzia, a Capes com o apoio sim da comunidade científica, porque sem isso não conseguiria nada, conseguiu apertar muito a orientação. Os professores começaram a orientar mais, a cobrar mais dos alunos e deu para aumentar muito o número de doutores que o Brasil titula por ano. O aumento neste país tem sido de 10% a 15% ao ano no número de doutores e de mestres. Não tem país do mundo que faça isso, uma coisa fantástica. Temos um problema sério: o apelo ao voluntarismo, por assim dizer, para usar um velho termo trotskista, está chegando ao limite. Não dá para continuar apertando a comunidade sem repor vagas, sem designar novas verbas etc... Como se faz? Não é fácil. Temos dificuldades orçamentárias enormes. Estamos tentando.

Por que isso foi imposto a todo mundo? Porque a idéia era forçar a pós-graduação a ter um outro desenvolvimento. Continua sendo necessária esta imposição. Agora, o nosso anseio é entender a avaliação não como uma forma punitiva. Não entendo que a avaliação pode ser punitiva. Ela pode ser punitiva em alguns pontos. Descredenciar e fechar um curso é extremamente importante. Este poder que a gente

tem, que levou ao fechamento de 2% dos programas na avaliação passada, 36 em um total de 1819, é fabuloso, porque estes 36 garantem que os outros 1783 estão funcionando bem. Se tivesse isso na graduação brasileira, iria assegurar que fosse melhor. A graduação é muito ruim porque você abre qualquer faculdade, precisa de autorização do MEC, mas dificilmente ela é fechada. Agora, se o lado punitivo faz parte de um processo avaliativo, é uma parte menor.

Revista Adusp- Com o crescimento do sistema de pós-graduação, e o estrangulamento de recursos, a avaliação não acaba sendo punitiva? Fala-se em comunidade científica, “a comunidade científica fez esta estrutura”, quem é esta comunidade científica? Porque a comunidade é algo muito mais amplo. Uma parcela desta “comunidade” tem interesse pessoal na questão, no instante em que para aumentar seu trabalho você tem que ter publicação, produção, e a base da produção do trabalho está na pós-graduação. O encurtamento vem associado ao interesse de que o pós-graduando trabalhe, pegar o bolsista, que vai produzir rapidamente e dar logo um retorno. Como esta “comunidade”, que não é exatamente a comunidade, é construída para tomar conta do comitê? Não tem um processo democrático de construção. Tem o interesse de quem toma conta dos comitês neste processo do produtivismo, porque realimenta sua base de trabalho. Tem a questão do orçamento que tocamos aqui, que é a carência do recurso. Você tem criado na comunidade científica uma tensão muito grande. Eu produzo, eu recebo; você

não produz e não recebe. O Estado não tem investido em ciência e em tecnologia, como um país como o Brasil precisaria que investisse?

RJR- Aí vai muito além do que pode ser uma decisão da Capes. É um problema preocupante, você pode ver em um artigo que o Leopoldo de Meis publicou dois anos atrás. O Leopoldo de Meis, que sempre defendeu muito a cultura da competitividade, começa a perceber que em certos concursos o sucesso é quase por acaso. Você passa a ter pessoas muito boas, e o fato de uma vencer, outra não no concurso passa a ser um detalhe, uma fração de milímetro, entre uma e outra. De fato isso é preocupante. Mas tem muito mais a ver com a falta de orçamento, de maneira geral, para a ciência e tecnologia, e não com o que a Capes está fazendo. É um problema do sistema como um todo.

Revista Adusp- Parte da Capes esta orientação...

RJR- Como fazer? Se você tem recursos finitos e limitados, tem que fazer o melhor uso possível deles. Tínhamos 34,5 mil orientadores, aprovamos 174 cursos novos — calculando entre 8 e 10 por curso, devemos estar com 36 mil orientadores, praticamente todos doutores. Temos no Brasil 254 mil docentes no ensino superior, dos quais 54 mil doutores. Vamos lá: 36 mil orientadores, sobre uma base de 54 mil doutores, quer dizer que dois terços dos doutores estão na pós-graduação. Quando falamos de comunidade científica, estamos pensando principalmente nesse pessoal que está na pesquisa. É bom que a graduação tenha dou-

tores, mas infelizmente é um pouco difícil um ambiente de pesquisa se manter se não tem um grupo de pesquisa de pós-graduação. Daí a importância de expandir a pós-graduação, e especialmente expandir o mestrado. Gostamos muito quando um doutorado é criado. O Piauí criou o seu primeiro doutorado no ano passado. Mas enquanto não é criado, é fundamental o mestrado, porque ele estabelece para o grupo um ambiente de pesquisa. Temos 200 mil docentes sem doutorado,

“O nível de crescimento que no governo passado foi mantido pela pressão e pelo aperto, a gente quer que se mantenha também pela entrada de dinheiro novo, contratação de professores novos etc”

sendo que desses cerca de 90 mil têm mestrado. Temos 110 mil docentes do ensino superior que não têm titulação pós-graduada. Isso é extremamente importante. Quando pego o total do sistema, incluindo as privadas, comunitárias e as poucas municipais, realmente não há muita alternativa, a não ser maximizar os recursos. Agora, como maximiza?

Você tem uma cultura da competição e uma cultura da cooperação. Se pensar só na competição, vai fazer o possível para que, como aque-

la citação bíblica, “os que têm muito mais lhes será dado, e aqueles que têm pouco, até isso lhes será tirado”. É um termo esquisitíssimo para estar na Bíblia. Mas, se você tiver uma cultura só da competição, vai fazer algo que me parece desastroso em termos de sociedade brasileira e de comunidade acadêmica. Então temos que incentivar muito a cooperação. Hoje é possível sinalizar que certos recursos serão disponibilizados quando o curso oferece uma cooperação. É possível fornecer os recursos quando um programa quiser se recompor ou se reestabilizar.

Quais são os recursos? A gente tem um problema orçamentário muito sério. Essa é uma das traves em que a gente bate. O PNPG, Plano Nacional de Pós-Graduação, calcula R\$ 1,6 bilhão de dinheiro novo em cinco anos, não só na Capes mas em todas as instâncias, para você manter o nível de crescimento. Quer dizer que aquele nível de crescimento que no governo passado foi mantido pela pressão e pelo aperto, a gente quer que se mantenha também pela entrada de dinheiro novo, contratação de professores novos etc.

Quanto à questão do produtividade: há sinalizações que foram feitas que devem ter cumprido seu papel. O tempo médio de titulação algum papel cumpriu. Teve gente que se doutorou, fez mestrado, em muito tempo, era preciso reduzir. Agora, quando se chega a um certo resultado, você pode continuar a coletar e acompanhar o índice para se assegurar de que não tenha deformação. Mas não necessariamente

precisa fazer política em cima deste índice. Pode pegar outro índice. Por exemplo: um programa 6 e 7. O sistema atual não permitiria chegar a um 6 e 7 sem você ter uma segurança da nota dele. No ano passado acrescentamos uma coisa: quando a área propunha um programa para 6 ou 7, ela dizia quais eram as cinco principais produções. Assim posso comparar um programa de Filosofia com um de Engenharia, com um de Biológicas. Em Biológicas, pelas contas, a comissão de área já chega ao 6 ou 7. Mas isso basta? O programa de Biológicas produziu uma vacina? O de Saúde Coletiva revolucionou a saúde no sul da Bahia? O programa de História fez um trabalho notável? Pode ser de vários tipos, inclusive não só de pesquisa pura, pode ser um trabalho notável de capilarização pelo país. A área de História considera isso. Para ser nota 6 ou 7 você tem que ter doutor de norte a sul formado pelo programa.

Então, se tem os indicadores qualitativos, finais, na hora de comparar, você avança muito e adota uma sinalização diferente. Daí a importância, no caso da USP, a maior universidade com número de cursos 6 e 7. Nossa universidade coopera com o resto do país menos do que deveria. E isto deveria ser uma linha fundamental da pós-graduação, da pesquisa, da extensão, enfim de todas as áreas da USP.

Revista Adusp- Com o estrangulamento dos recursos a avaliação não corre o risco de se tornar um fim em si mesma?

RJR- São duas coisas diferentes.

Revista Adusp- Mas estão associadas.

RJR- Não, porque o correto da

avaliação é perguntar para a área quais são os critérios dela. E ser muito severo nesta pergunta. Se a área fugir pela tangente, é questionar pela comunidade acadêmica. Agora, dito pela área qual é o critério dela, você respeita. Então, aí, a avaliação não é um fim em si. É um meio de se promover uma melhora na área.

Revista Adusp- A autorização do governo para expansão da pós-graduação para programas à distância é, a nosso ver, muito preocupante. Como é que a Capes vai avaliar estes programas?

RJR- Com muito rigor.

Revista Adusp- Mas concretamente como ela vai fazer isso?

RJR- Não temos nenhum programa na casa que use educação à distância. Temos um programa, aprovado no ano passado no Ceará, que trata de tecnologia de educação à distância. Mas nada no projeto é não presencial. A pós-graduação envolve um contingente presencial muito grande, porque ela é imersão em um grupo de pesquisa. Eventualmente você pode, por outro lado, vir a ter alguma forma pela qual uma parte do trabalho se faça à distância, principalmente por vídeo-conferência. Quando a gente receber proposta vai analisar, não vamos aceitar pós-graduação que não tenha um componente presencial seguro.

Revista Adusp- Imagino o que vai ser um mestrado à distância, um doutorado a distância, porque ainda não existe regulamentação nenhuma.

RJR- Existe um decreto, encaminhado pelo MEC ao Presidente, e deixa muito claro que o credenciamento de programas à distância de pós-graduação é feito pela

Capes, pelos critérios que a Capes estabelecer. Um ponto para nós é pacífico: não dá para ser inteiramente à distância.

Revista Adusp- O setor privado está de olho, inclusive em parcerias com universidades do exterior. Eu tive um debate com Cláudio Moura e Castro, da *Veja*. Ele fala explicitamente que é a revolução industrial na educação. “Você vai pegar um aluno ruim, fraco, com um professor fraco, e vamos dar educação superior a ele”. Cita até você, pega uma aula sua e transmite para a sala onde o aluno é fraco, o professor é fraco, mas vai ter suporte forte de professores que estão em vídeo, na internet. Eles estão preparando uma máquina para vender isso como *franchising*. Ele diz isso, não eu. Ele diz que este aluno sabe que alguém com um diploma ganha três vezes mais: “Estou praticamente completando a alfabetização dele, com um professor ruim e faturando, porque o Estado não tem dinheiro para manter esta estrutura toda de universidade pública de boa qualidade”. Então é montar negócio. E como fica isso para mestrado e doutorado?

RJR- Não queremos isso... *franchising* etc. Dependerá da Capes e do apoio que a comunidade científica der à Capes. Porque é óbvio que a pressão virá e será forte. Então a avaliação tem que ser pela qualidade. A única forma de fechar uma instituição ruim, um curso ruim, a maior parte dos quais está nas privadas mas não só, é pela avaliação. Tenho que ter um sistema rigoroso. Do ponto de vista da Capes é esta questão.

Revista Adusp- Não existe formação sem convívio universitário, que não é só sala de aula. Porque dependendo de como é a sala de aula, ela já é ensino à distância, se tem 120, 150 alunos. O convívio no ambiente universitário não se faz à distância de jeito nenhum. Qual a necessidade de se fazer pós-graduação à distância?

RJR- Ficou claro por tudo que eu disse que a Capes não está convencida de que uma pós-graduação possa ser inteiramente à distância. Há um decreto-quadro que o Ministério está estabelecendo sobre todas as formas de ensino à distância.

Revista Adusp- O fato é que o governo propôs. Estamos sentindo duas coisas nisso. O interesse do mercado de educação, os empresários que estão de olho nisso. O próprio governo, que não está pondo recurso na forma como deveria, acaba tendo na educação à distância uma forma mais barata, mas que acaba tendo qualidade muito menor, não corresponde à formação que historicamente temos defendido.

RJR- Não posso discutir os projetos do governo nesta área porque não tenho acompanhado. Só posso repetir o que temos considerado na Capes. A imersão em ambiente de pesquisa é fundamental na pós-graduação.

Revista Adusp- O comitê de área define tanto o Qualis quanto a própria avaliação?

RJR- Os critérios e a própria avaliação.

Revista Adusp- Ela não tem um poder que pode ir além da autonomia universitária, para definir os rumos da pesquisa e da pós-graduação?

RJR- A autonomia universitária está definida na Constituição. Mesmo assim permite uma série de regulamentações. O governo definiu, no projeto de reforma, a autonomia da instituição universitária, não da mantenedora. Até então se entendia que a autonomia era do dono. Agora se entende que a autonomia é da instituição. Teve que haver concessões, não deu para apresentar o projeto como gostaríamos, mas de qualquer forma deu-se um passo conceitual muito importante. Autonomia além do mais não é independência. Você

“O credenciamento de programas à distância de pós-graduação é feito pela Capes, pelos critérios que a Capes estabelecer. Um ponto para nós é pacífico: não dá para ser inteiramente à distância”

precisa então definir a autonomia, quem é o sujeito, e quais os deveres que este autônomo tem. Ponto muito importante são os deveres em relação ao que está fora da universidade. Aí você tem desde o dever de pesquisa, para melhorar a qualidade da pesquisa brasileira, ao dever de formação de graduados e pós-graduados.

Revista Adusp- O poder do comitê de normatizar o que é a pesquisa dentro da área é muito grande?

RJR- Bastante grande. Isso é afe-

rido pelo CTC. Que se compõe de 16 representantes dos distintos comitês, ou seja, dois por área. Você tem 44 representantes, dos quais 16 têm assento nos comitês. E o CTC tenta padronizar. Estamos fazendo desde o ano passado discussões de conteúdo no CTC. Princípio de solidariedade, de transparência, a página *web*, todos estes pontos foram discutidos exaustivamente. Política industrial, políticas sociais, temos discutido muito estas questões.

Revista Adusp- Mas estes comitês de área são permeáveis a esta mudança de filosofia?

RJR- O CTC é extremamente permeável a isso, aceita muito bem.

Revista Adusp- Mas os comitês de área?

RJR- Os outros 28 que não têm assento lá. A maior parte é.

Revista Adusp- Qual a renovação?

RJR- Nós renovamos 36 de 44, oito se mantiveram.

Revista Adusp- No comitê técnico?

RJR- Quem tem mandato é o representante de área, o comitê pode se renovar inteiro. Nós renovamos 36 dos 44. Então a renovação foi bastante ampla. Nem todos puderam ser reconduzidos, havia 10 que estavam cumprindo segundo mandato. Mas alguns o professor Jorge é que nomeia, a partir de uma lista tríplice que o Conselho Superior monta.

Revista Adusp- Quando há um recurso ele vai para o mesmo comitê de área, ou vai para o CTC?

RJR- Recurso, a rigor, seria ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Porque você não pode recorrer à instância que deferiu. Pede que reconsidere. Há um

pedido para reconsiderar, o comitê de área é renovado para julgar o pedido de reconsideração. No ano passado pedi que cada comitê se renovasse em ao menos 50% para a reconsideração. Se não, são as mesmas pessoas. Depois disso vai para o CTC, onde eu encaminho para um parecerista diferente da visão anterior. Vai, e o CTC decide. Isso pode ir depois ao CNE, mas nunca aconteceu de o CNE revisar uma decisão da Capes. Mas de qualquer forma existe a perspectiva legal de que um recurso seria ao CNE, que é uma instância externa. Aqui dentro, o que a gente já procura fazer é renovar e arejar a percepção.

Revista Adusp- Retomando e insistindo: como é que você vê o papel da avaliação, da Capes dentro deste contexto de avaliação? Como uma coisa necessária e não como parte de um projeto que de certa forma foi imposto? Existe uma diretriz muito clara, as agências internacionais, principalmente o Banco Mundial, trabalham a avaliação como “espinha dorsal” da educação, com estes propósitos que foram elencados aqui: justificar insuficiência de verba, colocar de certa forma sob controle os professores. Você acha que apesar disso a avaliação da Capes tem um papel positivo e não tem nada a ver, que é um delírio nosso, ou existe isso, mas a Capes pode desempenhar um papel interessante apesar disso?

RJR- Não vou negar que exista isso. Há todo um elemento forte do que você está dizendo que tem a ver. Não vou dizer que a avaliação não seja mal usada, não tenha sido mal usada, e não possa ser mal usada.

Pode ser mal usada. Mas como estamos lidando basicamente com recursos públicos, o dever que a sociedade tem é assegurar que ele seja o mais bem utilizado possível. Agora, não posso verificar se a universidade está cumprindo seu papel social, se não tiver segurança de que ela está fazendo um bom trabalho. Qual o bom trabalho, é uma boa pergunta. Onde está e de que maneira se dá. E alguns princípios da avaliação são muito importantes. Primeiro, você pergunta à própria área qual é o critério dela. Segundo, você

*“Tenho insistido:
não deve a avaliação
ser a mera sobrevivência
dos bons grupos e deixar
perecerem os outros. Não
é esse o objetivo da
avaliação”*

aperta isso, confere, discute, verifica se os critérios são para valer, ou tudo isso é uma mistura, como é comum neste país, de princípios belíssimos na Constituição e um casuísmo enorme na prática. Então você tenta proibir o casuísmo. Você deduz, com rigor, as conseqüências dos princípios. Isso tem funcionado. Agora, depende muito do critério que é dado a ele. Por isso eu tenho insistido: não deve a avaliação ser a mera sobrevivência dos bons grupos e deixar perecerem os outros. Não é esse o objetivo da avaliação.

Revista Adusp- Tem gente que é excluída, em uma situação em que o Brasil deveria estar aproveitando todos estes recursos humanos. Está cheio de lugar que você tem professor que é desligado, que passa a ser colaborador, porque o permanente conta, o colaborador não. Aí ele vira co-orientador quando na verdade é orientador. Tem uma perversidade.

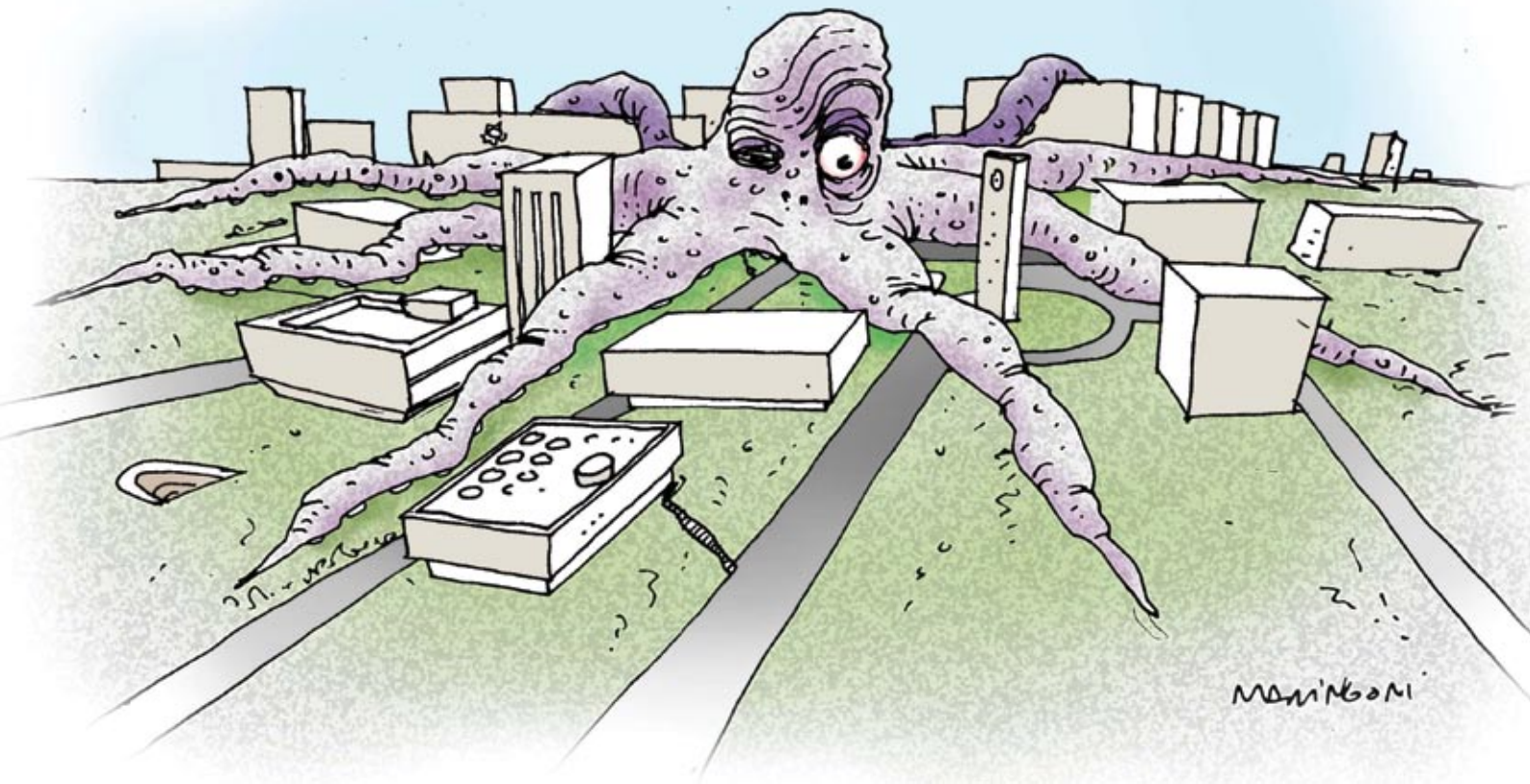
RJR- Maquiagem...

Revista Adusp- Que junta com a falta de recursos. Não deveria ter falta de recursos. Melhorar a estrutura de universidade e pesquisa no país custaria relativamente pouco. Está virando instrumento de legitimar: quem vai ter, quem não vai ter. Joga o conflito para dentro da universidade. Recebemos os recursos porque somos bons; aqueles que são ruins — mas ruins com doutorado, com condições de orientar gente, de desenvolver ciência e cultura em uma estrutura de cooperação — acabam excluídos, resultado de falta de recursos de um lado e perspectiva de competição de outro lado, que vem do modelo americano.

RJR- Com toda a falta de recursos, o governo atual aumentou os recursos alocados em universidade federais. Viajo bastante no Brasil e vejo que universidades que não estavam com verba para a própria sobrevivência de alguns departamentos, estão agora com verba para passagem de visitante, de professor para congresso. Isso é pouco. Mas garantiu uma possibilidade de sobrevivência. A avaliação ser utilizada para isso é o que procuramos evitar o máximo possível.

DOSSIÊ 2

FUNDAÇÕES 2



FIPT, A INVENÇÃO DO ESTADO PARALELO?

José Chrispiniano
Jornalista

Daniel Garcia



Fundação privada de apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT, que é uma empresa estatal), a Fipt seria “máscara jurídica” usada para captar recursos externos e destiná-los a um caixa separado. Seu presidente, professor da FEA, faz questão de diferenciá-la das fundações ditas de apoio existentes na USP. Nos entes federais, contudo, esse modelo tem sido combatido pelo TCU e pelo Ministério Público

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) passa por uma das mais graves crises da sua história. Setenta e um funcionários foram demitidos. Há uma meta da diretoria de reduzir a folha salarial em 10% em 2005 e 5% em 2006. Uma consultoria norte-americana, a AT Kearney, foi contratada por grupos privados como Natura, Villares e Votorantim, por iniciativa da direção do instituto, para elaborar um plano de reformulação do IPT. O governo estadual acena com a possibilidade de transformar o instituto em “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público”, uma Oscip. Em dez anos, a dotação orçamentária repassada caiu 50% em termos reais, e pelo segundo ano seguido, o governo contingencia R\$ 2,5 milhões em verbas para o instituto. A crise, portanto, tem origem na política adotada pelo Palácio dos Bandeirantes.

A Fundação Tropical de Pesquisas Tecnológicas André Tosello, uma instituição de fachada que era usada para contratar mão-de-obra para o IPT, driblando restrições governamentais, foi encerrada, com o corte de 117 funcionários. A maioria deles deve ser recontratada em caráter precário, através de cooperativas ou como autônomos, substituindo uma contratação improvisada por outra mais ainda, cortando benefícios como carteira assinada, FGTS, creche e transporte. E o processo de cortes e reestruturação do instituto ainda está longe de terminar.

Neste cenário atribulado, cresce dentro do IPT uma entidade criada em dezembro de 2002 por membros da sua Direção, muitos deles docentes com experiência em fundações privadas ligadas à USP, como o diretor-superintendente, professor Guilherme Ary Plonski. É a Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (Fipt), que começou suas atividades em novembro de 2003 (*vide Informativo Adusp* 186). Mas por que razão uma empresa estatal,

lidar com os recursos, e a possibilidade de um caixa separado, isento das complicações do orçamento de um órgão como a USP ou o IPT. Mas Campanário, um pesquisador do IPT que também é professor da Faculdade de Economia e Administração da USP, faz questão de defender a Fipt, diferenciando-a das fundações que atuam na universidade, e recorrendo a uma definição espantosamente clara da natureza destas últimas: “Não se pode traçar nenhum paralelo entre a Fipt e as fundações da USP. Elas têm fundamentalmente uma função de complemento salarial. Nenhum pesquisador do IPT ganha por projeto da Fipt”.

Campanário explica o que chama de “governança” da fundação e sua relação com o IPT. A Fipt seria uma “máscara jurídica” para o instituto, captando projetos junto à iniciativa privada, ao poder público e às agências de fomento à pesquisa (Fapesp, CNPq, Finep). Dotada apenas de serviço jurídico terceirizado, um enxuto quadro de pessoal administrativo próprio, sede oficial fora do campus, mas na realidade funcionando em uma sala no instituto, a Fipt trabalha na execução dos projetos contratando o próprio IPT, remunerando os laboratórios em acordos específicos em cada projeto, e sem pagar remuneração extra por isso para a mão-de-obra, celetista, do IPT.

Por isso, Campanário sustenta que a Fipt não compete com o IPT: “A Fipt e o IPT são complementares”. No documento “Modelo de operação de projetos do IPT em

*Dotada
de serviço jurídico
terceirizado, um enxuto
quadro de pessoal administrativo
próprio, sede oficial fora do IPT,
mas na realidade funcionando
no instituto, a Fipt contrata o
próprio IPT na execução de
projetos*

que tem personalidade jurídica de sociedade anônima e, portanto, fins lucrativos, e presta serviços à iniciativa privada, precisaria de uma fundação de apoio?

As razões apresentadas por Milton de Abreu Campanário, ex-diretor-superintendente do instituto e hoje presidente da Fipt, são semelhantes aos argumentos utilizados para justificar a existência de fundações “de apoio” nas universidades: agilidade, flexibilidade para

parceria com fundações de apoio”, esta relação é explicada da seguinte forma: “A reconhecida capacitação tecnológica do IPT está centrada em competências essenciais, não dispondo o Instituto de todos os recursos humanos, materiais e de gestão para o atendimento de diferentes demandas por serviços e desenvolvimentos tecnológicos das áreas pública e privada. Em muitas situações esses recursos podem ser obtidos em fundações de apoio ou por meio de contratação de autônomos ou outras modalidades. Caso este seja o caso, a parceria pode potencializar resultados de interesse comum”. Na prática, a Fipt é uma “via alternativa” de contratação de serviços do próprio IPT, serviços que o IPT, ao longo de sua história, sempre vendeu para a iniciativa privada sem precisar de fundações.

Campanário, contudo, garante que a entidade é uma forma de driblar as restrições estabelecidas não pela Lei de Licitações, mas pelo governo do Estado. “A independência do IPT é mais formal do que de fato. Qualquer compra acima de R\$ 150 mil tem que ser autorizada pelo Governador. Sempre que você tem uma situação que exige flexibilidade de recursos humanos, a Fipt completa a equipe do IPT com técnicos contratados no mercado. Hoje, para contratar um estagiário, nós temos que comunicar ao governo”. Sem autonomia, concursos e licitações do IPT têm que percorrer um caminho dentro da Secretaria de Ciência e Tecnolo-

gia e daí para o Planejamento e a Fazenda.

A “via alternativa” chega a ser usada inclusive pelo próprio governo estadual, cuja Casa Civil contratou a Fipt para oferecer cursos de inclusão digital para servidores do Estado, com grande presença de mão-de-obra temporária (e material didático cedido pela Fundação Vanzolini).

Para gerir os projetos, a Fipt cobra uma taxa de administração de 5% do valor total deles. Em caso de superávit do projeto, os

**Os
pesquisadores
do IPT que dão aulas nos
cursos noturnos de especialização
recebem remuneração adicional por
meio da Fipt. O IPT emite os diplomas,
mas a gestão dos cursos, inclusive
stricto sensu, e os contratos
com os alunos, migraram
para a Fipt**

recursos ficam em contas da fundação. Estas contas, de acordo com a nota técnica do convênio Fipt-IPT, têm seu ordenamento (a decisão sobre saques e pagamentos feitos a partir delas) definido pela Direção do IPT, que é também quem define quais projetos serão somente do instituto, e quais serão feitos em parceria. Tais recursos, chamados de “fundo de pesquisa”, só podem ser usados nas modalidades de gasto definidas como atividade de

pesquisa pela Fapesp: viagens, congressos, bolsas de estudo, compra de equipamento e livros etc.

O órgão máximo da Fipt é o Conselho Curador, com nove membros. Cinco deles são eleitos pelos funcionários do IPT em eleição direta, caso de Marco Giulietti, pesquisador do IPT, professor de Química da UFSCar, que é o presidente do Conselho. Os quatro restantes são indicados pelo Conselho do IPT. Dois são empresários, e os outros dois, docentes da USP: Francisco Nigro, vice-presidente, e Plonski (que foi o primeiro presidente do Conselho). Nigro é ainda diretor-financeiro do IPT. “A indicação de membros pelo Conselho [do IPT] mostra que ele reconhece e legitima a Fipt”, afirma Campanário, para quem este modelo assegura o controle da Fipt pelo IPT.

Tal modelo, presente em instituições federais de ensino e pesquisa, vem sendo no entanto duramente combatido pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público Federal, por violar o princípio da unicidade de caixa e por representar ingerência do poder público em entidades privadas (*Informativo Adusp* 174, Encarte).

No caso das agências de fomento, a “via alternativa” já se tornou a oficial. É a Fipt que representa o IPT na Finep. “Nenhum projeto mais será feito na Finep pelo IPT”, informa Campanário. Atualmente, tanto o IPT quanto a Fipt possuem projetos na agência federal. O maior deles, Projeto de Expansão da Capacidade de Quantificação Química do

Daniel Garcia



Casa da Rua Gastão do Rego Monteiro (nº 425) apresentada como “sede da Fipt”

IPT, no valor de R\$ 1.457.317. No caso dos projetos financiados por agências, as fundações não podem cobrar taxa de administração.

Apesar da afirmação de Campanário de que “nenhum pesquisador do IPT ganha por projeto da Fipt”, nos cursos noturnos de especialização eles recebem, sim, remuneração adicional por meio da Fipt. “Se eu ganhasse um real para cada carro estacionado aqui de noite, estaria rico”, comenta Régis Carvalho, da Associação dos Funcionários do IPT e representante do Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Diretas e Indiretas de Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia (SinTPq), em alusão ao intenso movimento de alunos. Em dezembro de 2004, os contratos com os alunos e a gestão dos cursos, inclusive os *stricto sensu*, até então a cargo do próprio IPT, migraram para a Fipt, embora o IPT continue emitindo os diplomas.

As maiores receitas e o maior interesse estão mesmo no *lato sensu*, que possui um mercado e trabalha com turmas de alunos maiores, mais ou menos 35, contra 15 do *stricto sensu*. Os cursos são anunciados em jornais, no Metrô, mala direta, e através de envio de correio eletrônico (o chamado *spam*). Os mestres recebem em geral R\$ 120 por hora aula, e os doutores R\$ 150, embora o valor não seja fixo. Como os funcionários do IPT são celetistas, alega-se que não existem restrições como as impostas pelo RDIDP da USP para o trabalho no período noturno. “Ao invés de darem aula em uma outra instituição de ensino, os pesquisadores dão aula no próprio IPT”, defende Campanário. “Faz muitos anos, décadas, o Instituto oferece cursos deste tipo, de especialização de 360 horas, ou de aperfeiçoamento de 180 horas, ou cursos de curta duração”.

O fato é que a oferta de cursos pagos no IPT fere o artigo 206 da Constituição Federal, que garante a gratuidade do ensino ministrado em estabelecimentos oficiais, e o artigo 246 da Constituição Estadual, que veda “a cessão de uso de prédios públicos estaduais para o funcionamento de estabelecimentos de ensino privado de qualquer natureza”.

Além dos custos e mão-de-obra, a Fipt “paga” 25% do faturamento bruto dos cursos para o IPT. As aspas são porque este dinheiro permanece em contas da Fipt, cujo ordenamento é feito pelo IPT. Com o volume de recursos sob sua gestão crescendo, a Fipt já discutia, em dezembro de 2004, a quem caberia a decisão sobre os recursos obtidos em aplicações financeiras com o saldo dos projetos do convênio.

O IPT pode não ter autonomia para fazer compras acima de R\$ 150 mil, ou contratar estagiários. Mas com a criação da Fipt por alguns de seus pesquisadores e dirigentes, e a simples aprovação pelo seu conselho de um convênio IPT-Fipt (com um número significativo das mesmas pessoas nas duas pontas da mesa), criou-se uma entidade que o representa na captação de recursos públicos para ciência e tecnologia, contrata cada vez mais pessoal terceirizado, vende serviços do instituto para a iniciativa privada, gerencia os cursos e armazena, fora do caixa oficial e das restrições legais a que está submetido o IPT, uma quantia crescente de recursos.

Trata-se, assim, de um “laranja” jurídico e de um “caixa dois”

criado e tolerado por ocupantes de cargos públicos nomeados pelo Governador. Sem que tal arranjo fosse sequer submetido ao crivo da Assembléia Legislativa, ou a uma audiência pública. A fundação chegou a colocar a lista dos seus projetos, com valores e clientes, no seu sítio na internet. Uma transparência impensável nas fundações ligadas à USP. Mas rapidamente a entidade recuou e retirou da rede as informações.

“Acredito que a proposta é muito boa para ajudar o IPT. Mas não é uma coisa clara para a comunidade. Não sei o grau de recursos que a Fipt traz para o IPT. Ninguém me explica como a Fipt faz aportes nas contas do IPT. O jurídico do IPT crê que as sobras de recursos são do IPT, e o da Fipt, que são da fundação. Enquanto não repassa dinheiro, a Fipt vai se enriquecendo e o IPT ficando cada vez pior?”, questiona Régis Carvalho. “Se a idéia era salvar o IPT, com o instituto nesta situação, porque este dinheiro não vai para o IPT, fica parado?”

Campanário, porém, garante que as regras para uso de recursos da Fipt são seguidas à risca, e que garantem um uso dos seus recursos em benefício do IPT, assim como a lisura nas compras e licitações da entidade. “Estamos lidando com uma ética diferente, no sentido weberiano do termo. É uma ética pública. É uma ética para atendimento público. Mas não estatal. Ela permite uma parceria mais intensa com a iniciativa privada. A gente discute muito o próprio



Anúncio de curso pago do IPT em vagão do Metrô

estatuto do IPT, há muitos anos. Batalhei muito por isso na minha vida profissional. A figura de sociedade anônima é no mínimo discutível. Mas certamente é pesquisa de área pública, que precisa de uma autonomia administrativa e financeira que não tem”.

Supostamente criada para dar esta autonomia, sem discussão pública, uma entidade privada fundada com capital de R\$ 6 mil fundiu-se com uma empresa estatal possuidora de um orçamento de R\$ 100 milhões por ano, tornou-se sua representante e gere, a cada ano, um caixa cada vez maior e

“Estamos lidando com uma ética diferente, no sentido weberiano do termo. É uma ética pública. Mas não estatal. Permite uma parceria intensa com a iniciativa privada”, teoriza Campanário

do qual o IPT deve ficar cada vez mais dependente. Na prática, implantou-se uma reforma institucional do IPT, mediante a criação da Fipt e o convênio com esta. Ao invés de conceder-se autonomia e recursos de fato para uma entidade de pesquisa, procedeu-se a uma reforma dotada de justificativas idênticas às fornecidas para a existência das fundações “de apoio” universitárias. Para “complementar” o Estado dito ineficiente, inventou-se uma espécie de “Estado” paralelo, “não estatal”. Um “Estado” privado, livre das “amarras” legais...

NOVA FUNDAÇÃO PRIVADA NO EIXO IPEN-IPT

Laura Giannecchini
Jornalista

Daniel Garcia



A entidade pretende “apoiar instituições de pesquisa em São Paulo, em especial o Ipen”, segundo Cláudio Rodrigues, superintendente do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares. Teria sede, contudo, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas, órgão público cujo superintendente, professor G. A. Plonski, está envolvido com diversas fundações privadas

Tramita na Promotória de Fundações da Capital, em São Paulo, o processo de criação de uma nova fundação privada, “sem fins lucrativos”, com sede no campus da USP. Quem está à frente do projeto é o principal dirigente do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares-Ipen, um órgão público: seu superintendente Cláudio Rodrigues, que se prepara para criar a “Fundação de Apoio e Fomento à Inovação Tecnológica, à Pesquisa e ao Ensino”, como revelou o *Informativo Adusp 200*.

Em 28 de setembro de 2005, o superintendente do Ipen enviou carta ao professor José Moura Gonçalves Filho, do Instituto de Psicologia da USP, comunicando que alguns “amigos e antigos colaboradores do Ipen estão se associando para instituir a ‘Fundação de Apoio e Fomento à Inovação Tecnológica, à Pesquisa e ao Ensino’, que tem por finalidade apoiar instituições de pesquisa em São Paulo, em especial o Ipen”, e consultando-o sobre a “possibilidade de um representante da família Moura Gonçalves se juntar a esse grupo de instituidores”.

O convite à família para que se tornasse instituidora da nova fundação está relacionado ao fato de o professor José Moura Gonçalves, já falecido, ter sido “figura importante na história do Ipen”, onde conduziu pesquisas na área de radiobiologia. “Não há nenhum compromisso por parte de V.Sa. a

não ser de subscrever a ata de instituição da fundação”, acrescentou o superintendente na sua carta ao professor Gonçalves Filho.

A família Moura Gonçalves rejeitou o convite. Em resposta enviada ao superintendente do Ipen, o professor Gonçalves Filho, após agradecer a lembrança do nome de seu pai, externou a convicção de que a organização de fundações vinculadas à universidade ou a seus institutos “conjugam-se sem dificuldade, ainda que involunta-

***Procurado
para explicar as
questões suscitadas pelo
estatuto, tais como a localização
da sede da fundação privada em
órgão público (o IPT) e o fato de criar
obrigações para órgãos públicos,
o superintendente do Ipen não
quis se pronunciar***

riamente, com movimentos de privatização da universidade pública e de enfraquecimento dos regimes docentes de dedicação exclusiva”.

Na mensagem dirigida ao professor da USP, Rodrigues afirmava que o estatuto da fundação já havia sido “aprovado pelo Ministério Público” e enviava, em anexo, o documento. Este estabelece a “Avenida Almeida Prado, 532, Prédio 56, 1º andar, São Paulo, Capital” como sede da Fundação. Trata-

se, curiosamente, do endereço do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), empresa pública estadual, estatutariamente definido pela USP como “órgão associado”.

O estatuto determina como objetivo primordial da fundação “o apoio e fomento às atividades de projetos relacionados ao ensino, pesquisa, desenvolvimento institucional e inovação tecnológica, especialmente o incentivo ao aproveitamento de técnicas nucleares e correlatas desenvolvidas para aplicação na medicina, na indústria, na agricultura, no setor energético e no meio ambiente, de interesse de órgãos e de instituições privadas e públicas com atribuições nessas áreas”.

Também prevê um Conselho Curador composto por sete membros, entre eles dois “indicados pelo Conselho Superior do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares-Ipen, sendo um pertencente ao quadro efetivo de Instituições de Ensino Superior ou de Pesquisas e um da Sociedade Civil, especificamente do segmento empresarial”, um “indicado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Governo do Estado de São Paulo”, um “indicado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN”, um “indicado pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares-Ipen”, e dois outros “com mais de cinco anos de atuação na carreira de Ciência e Tecnologia, preferencialmente do quadro de servidores do Ipen, indicados pelos servidores ativos”.



Painel anuncia curso do "Ipen clone"

O superintendente Cláudio Rodrigues foi reiteradas vezes procurado pela *Revista Adusp*, para esclarecer as questões suscitadas pelo estatuto, tais como a localização da sede da fundação privada em um órgão público e o fato de criar obrigações para órgãos públicos (indicações de membros do Conselho Curador a serem feitas por Ipen, CNEN e Secretaria de Ciências e Tecnologia), e a sua própria participação na instituição de uma fundação privada que pode vir a estabelecer parcerias e convênios com o Ipen, caso em que se daria conflito de interesses. No entanto, Rodrigues comunicou, por intermédio da assessoria de imprensa, que não se pronunciaria sobre o assunto.

De acordo com funcionários associados à Associação de Servidores do Ipen (Assipen), o professor Antonio Sérgio Torquato, também pertencente ao quadro de pessoal do órgão, talvez pudesse prestar tais esclarecimentos, já que, em meados de setembro de 2005, ele havia

feito uma exposição, a pedido da própria Assipen, sobre a instituição da Fundação de Apoio e Fomento à Inovação Tecnológica, à Pesquisa e ao Ensino. Torquato, porém, afirmou à *Revista Adusp* que não estava autorizado a se pronunciar sobre a fundação. Disse que só responderia às questões se a reportagem conseguisse um ofício formal da Superintendência do Ipen, autorizando a entrevista.

Sem esclarecimentos da parte dos instituidores da fundação, a *Revista Adusp* entrou em contato com o promotor Paulo José de Palma, da Promotoria de Fundações e responsável pelas entidades desse tipo vinculadas à USP. Palma explicou que não poderia responder a todas as questões referentes à fundação, pois não estava com o processo em mãos e precisaria estudá-lo antes de se posicionar. Mas negou que o estatuto da Fundação de Apoio e Fomento à Inovação Tecnológica, à Pesquisa e ao Ensino estivesse aprovado, contrariamente ao que o superin-

tendente Rodrigues informara na carta ao professor Gonçalves Filho dois meses antes.

Posteriormente, o promotor de fundações voltou a ser procurado várias vezes para falar sobre o caso. Disse, em uma dessas oportunidades, que não tinha como responder às questões porque os papéis encontravam-se com os instituidores, para que se pronunciassem "sobre o aporte patrimonial da fundação". O prazo para a devolução dos documentos era 2 de dezembro de 2005. Até o final de dezembro, a reportagem não obteve os comentários de Palma.

Odair Dias Gonçalves, presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) do Ministério da Ciência e Tecnologia, à qual o Ipen está subordinado, declara estar a par da possibilidade de criação da Fundação de Apoio e Fomento à Inovação Tecnológica, à Pesquisa e ao Ensino. Mas diz não se tratar de uma fundação "dentro do Ipen", já que o instituto tem "orientação explícita da CNEN para não criar uma fundação".

O presidente da CNEN afirma que, se o Ipen estivesse instituindo uma fundação, ele certamente saberia, pois isso precisaria da autorização da CNEN, o que não foi requerido. Por outro lado, sustenta que qualquer pessoa, inclusive funcionários do Ipen, por sua própria conta, pode criar uma fundação privada para celebrar contratos diretamente com o Ipen, tal como ocorre com o Centro Incubador de Empresas Tecnológicas (Cietec).

Gonçalves cita a Lei da Inovação Tecnológica (10.973/04), segundo a

qual a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento estão autorizados a estimular e apoiar a “constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas nacionais, ICT e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos e processos inovadores”.

O artigo 20º da lei 10.973/04 autoriza órgãos públicos a contratarem “empresas, consórcio de empresas e entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador”.

Assim, Gonçalves levanta a possibilidade de que a Fundação de Apoio e Fomento à Inovação Tecnológica, à Pesquisa e ao Ensino esteja surgindo na perspectiva de se adequar a essa lei. Mas adverte que qualquer acordo entre o Ipen e a projetada fundação terá que passar primeiro pela aprovação do Conselho do Ipen e depois da CNEN. Nesse sentido, pontua que a CNEN adota postura “bastante cautelosa” frente a fundações, pois “no Brasil, há fundações que deram muito certo, mas há também fundações que mascaram práticas ilícitas”. Também destaca que a CNEN

não aceita o oferecimento de cursos pagos no Ipen, e que projetos desse teor não serão autorizados.

O presidente da Associação de Funcionários do IPT (Afipt), Régis Norberto de Carvalho, disse desconhecer a criação da Fundação de Apoio e Fomento à Inovação Tecnológica, à Pesquisa e ao Ensino. “Para mim, essa fundação é uma novidade. As fundações são um assunto meio obscuro no IPT. Os funcionários não têm muita in-

além de ser coordenador de projetos na Fundação Instituto de Administração (FIA). Procurado para informar se a direção do IPT tem alguma relação com a projetada Fundação de Apoio e Fomento à Inovação Tecnológica, à Pesquisa e ao Ensino, Plonski preferiu não se manifestar.

A questão dos cursos pagos a que o presidente da CNEN faz referência remonta a novembro de 2003, quando a *Revista Adusp* 31 publicou denúncia da Assipen sobre o oferecimento, no Ipen, de cursos pagos de pós-graduação *lato sensu* e extensão universitária. A Assipen classificava essa situação como a “introdução do ensino pago nos órgãos públicos”. A matéria apontava também o uso não autorizado da marca Ipen na página eletrônica do Centro Brasileiro de Pesquisa e Capacitação. Essa empresa privada (que usava até mesmo a conhecida sigla “Cebrap”) divulgava, na Internet, que mantinha parcerias, que na verdade não existiam, com o Ipen e com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps). Por coincidência, o professor Aucyone Augusto da Silva, então coordenador de pós-graduação *lato sensu* do Ipen, era também coordenador geral da equipe do “Cebrap” e responsável pelo domínio www.cebrap.com.br.

De acordo com Wilson Roberto dos Santos, membro da Assipen, após a denúncia criou-se uma comissão interna de averiguação. Tratava-se de um Grupo de Traba-

A posição da CNEN quanto a fundações é “bastante cautelosa”, diz seu presidente: “há fundações que deram certo, mas também as que mascaram práticas ilícitas”. E destaca que não autoriza oferta de cursos pagos no Ipen

formação sobre isso”. E completa: “O que a gente sabe é que o Superintendente do IPT é chegado a esse tipo de abertura de portas para o que ele chama de *outras formas de parceria*”.

O professor Guilherme Ary Plonski, nomeado diretor-superintendente do IPT em 2001, preside o Conselho Curador da Fundação IPT (Fipt, **vide p. 52**), da qual foi um dos fundadores, e o Conselho Curador da Fundação Vanzolini,

lho (GT), nomeado pela portaria CNEN-Ipen nº 061, de 14 de outubro de 2003 e cujas tarefas foram concluídas em 5 de dezembro de 2003. Tinha por objetivo, segundo o relatório final, “analisar e propor recomendações ao CTA quanto à participação do Ipen em cursos de pós-graduação *lato sensu*, aperfeiçoamento e extensão”.

O GT questionou a pouca ligação entre os cursos oferecidos e as atividades desenvolvidas no Ipen, a competência do instituto em ser o órgão certificador na maioria das áreas enfocadas pelos cursos de pós-graduação *lato sensu* e a falta de controle na divulgação do nome Ipen em convênios e parcerias firmadas, “excetuando-se o convênio original com o Uniemp” (vide *Revista Adusp* 31, p. 99). Por outro lado, avaliou que “os cursos de pós-graduação *lato sensu*, aperfeiçoamento e extensão podem ser interessantes” para o Ipen. Como muitos cursos não eram regulamentados, sendo definidos ao bel-prazer dos coordenadores desses atividades, muitos deles funcionários do Ipen, o GT recomendou que os cursos fossem “regulamentados, atendendo a critérios pré-estabelecidos pela instituição e tratados como um negócio institucional (do Ipen)”.

Também sugeriu que apenas os cursos regulamentados pelo Ipen fossem por ele certificados, que a participação financeira do Ipen nos cursos (originalmente de apenas 5% da receita) fosse reavaliada e que fossem suspensos novos cursos até a implementação das mudanças.

Após a conclusão desses trabalhos, a presidência da CNEN criou, em 17 de maio de 2004, uma Comissão de Sindicância para “apurar fatos e possíveis irregularidades relacionadas com as Práticas de Ensino e Treinamento como Negócio” desenvolvidas no Ipen. Em 16 de julho, os trabalhos foram concluídos.

No final de agosto de 2004 a Assipen ainda não tivera acesso ao resultado oficial da sindicância. Por isso, endereçou uma carta à CNEN, e fez circular um texto intitulado

**“Não
há irregularidade
nem responsáveis por
se usar indiscriminadamente
as grifes ‘Ipen’ e ‘USP’, numa
propaganda enganosa?”, indagou a
Assipen ao comentar o relatório
da Comissão de Sindicância
da CNEN**

“Cursos particulares no Ipen terminam em coquetel”. No documento, bastante irônico, a Associação questionava: “não há irregularidade nem responsáveis por surgir, do nada, um *link* de uma empresa privada na página oficial do Ipen, um órgão público (...)? Foi um ‘grande equívoco que já foi resolvido’? Não há irregularidade e nem responsáveis por servidor (um dos ‘professores’) ficar meses e meses sem passar o cartão magnético, justificando estas ausências com códigos man-

jados (defeito no cartão, esquecimento, saída a serviço etc), e sendo sempre abonado pelo seu chefe, um diretor, e coincidentemente, o ‘professor’ mais importante? Não há irregularidade nem responsáveis por se usar indiscriminadamente nas propagandas dos ‘cursos’ as grifes ‘Ipen’ e ‘USP’? (...) Não há irregularidades nem responsáveis por se usar as instalações e a infraestrutura do Instituto para fins particulares, sem que se passasse por licitação?”. E conclui: “se tudo é regular, se não há nada ilegal, e se tudo não passou de fofocas, então por que foram obrigados a cancelar novos cursos?”.

No documento, os associados da Assipen solicitavam os documentos da Comissão de Sindicância da CNEN, que foram finalmente enviados ao presidente da Associação no mesmo dia. O relatório final da Comissão compreende a análise de convênios realizados diretamente entre o Ipen e instituições; do convênio entre Ipen e Instituto Uniemp, gerando acordos do Uniemp com outras instituições; e parcerias que não geraram projetos, e nas quais, portanto, não foram firmados acordos.

A Comissão, todavia, afirma não ter avaliado os aspectos legais dos procedimentos efetuados pela Diretoria do Ipen por duas razões intrigantes: “por falta de conhecimento dos aspectos legais”, e porque “a Lei 8.666/93 determina no parágrafo único do artigo 38 que ‘as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e



Utilização, pelo "Ipen clone", dos nomes USP e Ipen em outdoor

aprovadas por assessoria jurídica da Administração". Assim, "se o instrumento legal foi examinado pela área jurídica, não cabe a esta Comissão fazer qualquer questionamento".

Depois de se declarar, portanto, incompetente para avaliar os aspectos legais, a Comissão assegura por outro lado que não haver encontrado irregularidades nos convênios, "visto que a Diretoria do Ipen obedeceu a todos os procedimentos legais". Mais adiante, em nova reviravolta, assinala que, "se existem irregularidades nos termos firmados pelo Ipen junto ao Uniemp, a responsabilidade deve ser imputada à Assessoria Jurídica do Ipen, que analisou e aprovou o conteúdo legal dos termos firmados".

Por outro lado, o relatório destaca que o convênio firmado entre o Ipen e o Ceeteps foi indevidamente assinado por José Roberto Rogero, então diretor de Ensino

A Comissão de Sindicância viu irregularidades na assinatura de convênio entre Ipen e Ceeteps e na transferência, para o Cietec, da gestão de um mestrado do Ipen. Mas ninguém chegou a ser responsabilizado

do Ipen. Segundo a Comissão, o professor não tinha delegação de competência para firmar tal compromisso em nome do Ipen, em substituição ao superintendente Cláudio Rodrigues. Apesar disso, tal erro é minimizado no relatório, que termina por aceitar a justificativa de Rogero. Este alegou ter assinado o documento porque o

Superintendente estava de licença médica e seu substituto oficial doente. A Comissão de Sindicância julgou que o Diretor de Ensino havia assinado o documento em nome do superintendente "em caráter excepcional". Rogero teria agido "na melhor das intenções, não ensejando culpabilidade".

Quanto à chamada "prática de ensino como negócio", a Comissão entendeu que a Diretoria do Ipen "não cometeu qualquer irregularidade", pois todas as parcerias obedeceram aos procedimentos legais, além de que não existia "uma política de ensino dentro da CNEN estabelecendo diretrizes e prioridades, e regulamentando essas atividades". A Comissão ainda destacou ter havido "um grande investimento nas instalações e equipamentos na área de ensino do Ipen, gerando benefícios para todo o corpo de servidores daquele instituto".

Quanto ao controle de frequência de alguns funcionários, o relatório conclui que não foram encontradas “provas que estabelecessem vínculo entre as ausências dos servidores arrolados nessa investigação e suas participações nas parcerias no horário de expediente”, limitando-se a recomendar à CNEN que estabelecesse procedimentos mais rígidos de controle de entrada e saída dos servidores.

O relatório faz referência, ainda, a um caso obscuro: a gestão, pelo Centro Incubador de Empresas Tecnológicas (Cietec), do Mestrado Profissionalizante em Laser em Odontologia do Ipen, por determinado período, foi considerada pela Comissão “extremamente grave, pois o Ipen não apresentou qualquer instrumento legal que transferisse a gestão do Mestrado do Ipen para o Cietec”. Apesar disso, a Comissão não apurou as responsabilidades “em razão do exíguo tempo e da falta de maiores informações”. Sociedade civil sem fins lucrativos, o Cietec funciona em um prédio cedido pelo próprio Ipen (**vide Revista Adusp** 28, p. 11-13).

Finalmente, a Comissão reconhece não haver conseguido apurar quem autorizou e forneceu material para a utilização indevida do nome do Ipen e de sua logomarca em material de empresas privadas como o “Cebrap” e em páginas da Internet, nem a participação de funcionários do Ipen nessa prática. Tanto o Superintendente do Ipen como seu Diretor de Ensino negaram qualquer responsabilidade no episódio.

“EM QUAL IPEN VOCÊ TRABALHA?”

*Os inventivos negócios
que envolveram o nome do instituto*

Um ano após a publicação de reportagem sobre o uso indevido da marca Ipen por uma instituição privada — Centro Brasileiro de Pesquisa e Capacitação, “Cebrap”, que anunciava supostas parcerias com o Ipen e o Ceetesp para realização de cursos de especialização, divulgadas também no próprio sítio do Ipen na Internet — membros da Associação dos Servidores desse órgão de pesquisas, a Assipen, depararam-se, nas proximidades da USP, com *outdoors* que ofereciam cursos de graduação, pós-graduação e MBA no Ipen.

Só que, dessa vez, os cursos oferecidos não pertenciam ao Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, mas a um certo Instituto Paulista de Ensino (coincidentalmente, também um “Ipen”), com sede à rua Euclides da Cunha, 377, Osasco, mesmo endereço do Anglo Osasco. O logotipo dessa instituição assemelhava-se bastante ao do Ipen original. Além do uso da marca Ipen, o *outdoor* do “Ipen” incluía a frase “O melhor da USP está aqui”, e fotografias de alguns funcionários do Ipen original —

entre os quais o conhecido professor José Roberto Rogero.

A Assipen, então, publicou o boletim “Em qual Ipen você trabalha?”, que denunciou a “clonagem” da marca Ipen, com “o sentido deliberado de confundir e iludir, tentando associar o Ipen negócio ‘educacional’ com o Ipen, instituição séria de pesquisa”. Pediu esclarecimentos oficiais por parte da administração do Ipen e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). “Há vários anos, na época da ditadura militar, éramos acusados por uma parte da sociedade de trabalharmos num Instituto que fazia bomba”, lamentou a Assipen no documento. “Conseguimos com o passar do tempo desmistificar isso e agora não queremos ser confundidos e talvez acusados pelo mesmo motivo. Queremos que fique bem claro o Ipen em que trabalhamos”.

Após a publicação do boletim, em 10 de dezembro de 2004, a Superintendência do Ipen lançou um comunicado interno, o *Comunicado Ipen*, no qual manifestava “repúdio pelo uso indevido da sigla Ipen por uma instituição de ensino – Instituto Paulista de Ensino”. De acordo com o comunicado, a diretoria teve

conhecimento desse fato, pela primeira vez, em dezembro de 2003, através de material publicitário distribuído pela instituição e *outdoors* na região de Osasco.

A Superintendência anunciava que enviara ao Instituto Paulista de Ensino um aviso extra-judicial, para que deixasse de utilizar a sigla Ipen. Paralelamente, instaurara um processo administrativo (2.399/2003), para registrar a marca Ipen junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi). Ainda destacava que, à época, não estava ciente de que havia atividades de ensino associadas à marca Ipen.

Semanas antes da publicação do *Comunicado Ipen*, a Superintendência tomou ciência de que o Instituto Paulista de Ensino oferecia cursos de pós-graduação, graduação e “outros”. Dizia entender essa situação como uma “afrenta ao Ipen, pois a sua ‘sigla’ e ‘marca’ são conhecidas dos dirigentes daquela organização e também de vários de seus professores, muitos oriundos ou pertencentes aos quadros deste Instituto”.

A Superintendência comprometeu-se, em razão de tal informação, a tomar as seguintes providências: “Representação perante o Ministério Público Federal e Estadual, uma vez que a sigla Ipen é patrimônio público; denúncia junto ao Ministério da Educação; denúncia-crime, junto ao Ministério Público, da

propaganda enganosa configurada pelo material de divulgação propagado pela internet e outros veículos de divulgação”. Em 25 de fevereiro de 2005, a Assipen enviou correspondência ao Superintendente do Ipen, cobrando as providências prometidas.

Somente em dezembro de 2005 a Assipen obteve da Superintendência a resposta às suas indagações. Foi-lhe encaminhado um documento com data

***Ameaçado
de processo, o Instituto
Paulista de Ensino submeteu
ao Ipen uma nova proposta de
logotipo. Incluiu um “F” na frente
da sigla e passou a denominar-se
“Instituto Paulista de Ensino
– Fipen”***

de 15 de dezembro de 2003, enviado ao professor Mauro Langato, diretor do Instituto Paulista de Ensino. Nessa carta, Cláudio Rodrigues alertava aos responsáveis do Ipen “clone” sobre a “séria irregularidade” que configurava o uso da sigla Ipen, que lhe obrigava “com base legal, a notificá-los da gravidade dos fatos e exigir extrajudicialmente que, imediatamente, recolham e retirem da circula-

ção qualquer material publicitário onde conste a sigla Ipen, mesmo que composta com outras designações”. E advertia: “A inobservância desta exigência nos obrigará à denúncia junto ao Ministério Público e à Advocacia Geral da União”.

A Superintendência também encaminhou parte da ata de reunião do Conselho Técnico Administrativo do Ipen, de 31 de maio de 2005, na qual o superintendente Cláudio Rodrigues informou que a proposta de novo logotipo enviada pelo Instituto Paulista de Ensino havia sido “analisada e aprovada pela Procuradoria Federal do Ipen”, dando-se o caso por encerrado. De fato, no decorrer de 2005, o “Ipen clone” teve sua marca e logotipo alterados: incluiu um “F” na frente da sigla e passou a denominar-se “Instituto Paulista de Ensino – Fipen”.

O Fipen oferece curso de graduação de Administração de Empresas e diversos tipos de “MBA”, como “Gestão Ambiental”, “Gestão Pública”, “Gestão de Negócios da Saúde”, “Gestão de Negócios Jurídicos” etc, além de cursos complementares (Inglês para Executivos, Tópicos Avançados de Matemática e outros).

A coordenação geral dos cursos do Fipen está, conforme divulgado no próprio sítio da instituição, sob responsabilidade do professor José Roberto Rogero. Seu currículo no endereço revela

que ele foi “três vezes diretor do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares-Ipen: Diretor de Aplicações, Diretor de Materiais e Diretor de Ensino e Informação”, além de “coordenador do Programa de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e de Extensão do Ipen/USP” e “professor de disciplinas de graduação e pós-graduação da USP”, entre outros. Rogero coordena especificamente os cursos de Gestão de Negócios Educacionais e o MBA Gestão Negócios da Saúde no Fipen.

O professor Aucyone Augusto da Silva, “pesquisador do Ipen/CNEN, professor do Ipen/USP, coordenador de cursos de pós-graduação lato sensu do Ipen, IPT e Centro Paula Souza”, conforme seu currículo, responde pela coordenação do MBA “Gestão de Projetos”. O professor José Roberto Martinelli, “atualmente pesquisador do Centro de Ciência e Tecnologia de Materiais do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, e professor e orientador do Curso de Pós-Graduação do Ipen-USP”, também conforme currículo divulgado no site, coordena o curso MBA Gestão Ambiental.

O chefe da Divisão de Ensino do Ipen, Fernando Firmino Moreira, esclarece, por meio da assessoria de imprensa, que o professor José Roberto Rogero foi exonerado da Diretoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Ensino, e que, por ser aposentado da instituição, desligou-

se de quase todas as atividades. Ter-lhe-iam restado “apenas atividades de orientação de mestrandos e doutorandos”. A Diretoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Ensino estaria a cargo de José Carlos Bressiani.

Quanto ao professor Aucyone Augusto da Silva, Moreira informa que foi desligado da Divisão de Ensino e está vinculado ao Centro de Engenharia Nuclear (CEN) desde janeiro de 2005. “De acordo com o gerente daquele centro, Antônio Teixeira e Silva, após sua vinda para o CEN, Aucyone esteve de licença por seis meses e de férias por um mês, tendo retornado às atividades do centro no mês de agosto de 2005”. O próprio Moreira, porém, integrou os quadros do “Ipen clone”, pois, por intermédio da assessoria de imprensa do Ipen, avisou que “já não tem qualquer vínculo com aquela instituição”, isto é, com o Instituto Paulista de Ensino.

O presidente da CNEN, Odair Dias Gonçalves, disse à *Revista Adusp* que o processo foi “apurado, concluído” e que resultou na “demissão de até alguns servidores do Ipen”.

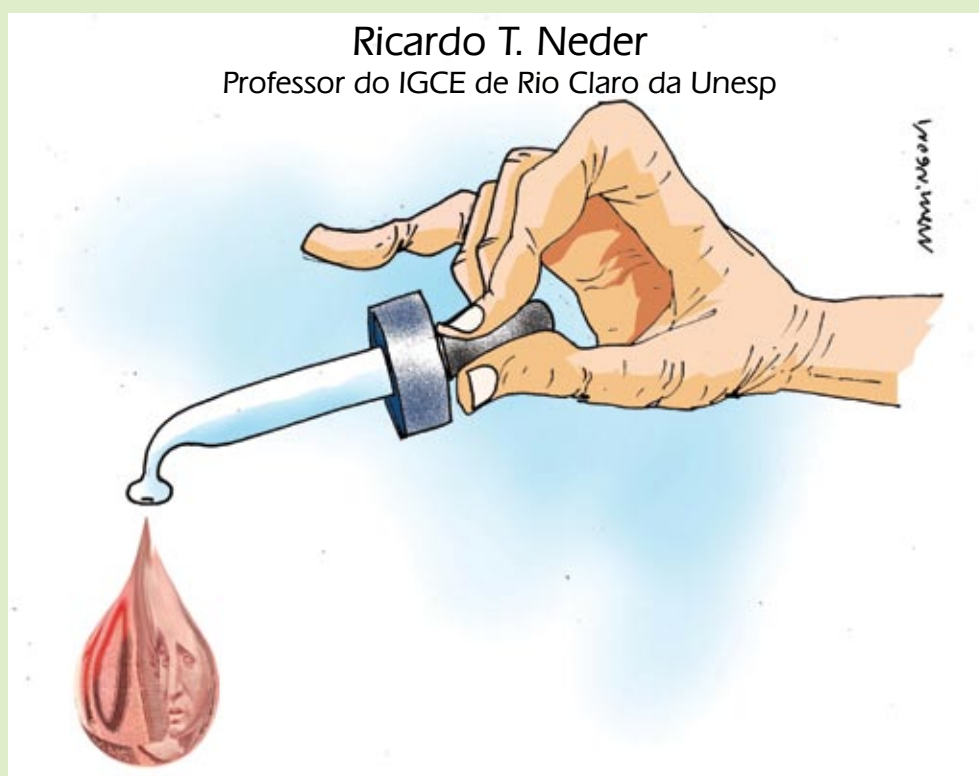
Walter Ricci Filho, sócio da Assipen, foi processado judicialmente pelo ex-diretor Rogero em meados de 2005, por distribuir o boletim “Em qual Ipen você trabalha?” e por “difamação”. Ricci Filho foi chamado à 23ª Delegacia de Polícia para depor. Mas, por enquanto, o processo está paralisado.

EXPLICAÇÕES DO PROFESSOR ROGERO

O professor José Roberto Rogero esclarece que não é dono do Fipen, mas coordenador acadêmico. Afirma que pediu exoneração do cargo de diretor de Ensino do Ipen em outubro de 2004, porque já estava aposentado e decidiu encerrar suas atividades no órgão. Apenas em fevereiro de 2005 é que teria passado a atuar como coordenador acadêmico do Instituto Paulista de Ensino, hoje denominado Fipen. De acordo com Rogero, a sigla “Ipen” era utilizada pela instituição privada desde 2001, quando foi criada. Explica que os donos do “Ipen” pediram autorização ao MEC para utilizar a sigla, e a obtiveram.

Quanto ao *slogan* “O melhor da USP está aqui”, em *outdoors* de divulgação do Instituto Paulista de Ensino, diz não ser utilizado mais. Ele admite que o *slogan* foi usado no início de 2005, fazendo referência a ex-professores da USP. Questionado sobre se isso não poderia induzir a erro os interessados nos cursos, Rogero afirmou que todas as pessoas que procuraram o Instituto Paulista de Ensino foram informadas de que o certificado oferecido não tem vínculo com a USP.

ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES E A AGENDA DE CT&I EM SÃO PAULO: QUAL SAÍDA?



Gestores universitários e de institutos públicos de pesquisa têm buscado incrementar uma política de inovação que une ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas com as atividades de pesquisa e desenvolvimento empresarial. Sinalizam que os institutos e centros de pesquisa devem impulsionar o aumento da capacidade gerencial de estabelecer sistemas de propriedade intelectual e patentes mais efetivos, mantendo com as universidades uma relação ambígua.

E tentam fazer parecer que essa é a única agenda possível.

A ampliação dos investimentos em educação pública e gratuita de qualidade pode abarcar a questão do controle social sobre esta agenda

Graças à conquista de um movimento da sociedade civil interno e externo às universidades temos hoje uma política pública de financiamento para o leque de atividades que compõem o orçamento estadual de Ciência e Tecnologia (universidades públicas, colégios tecnológicos e institutos de pesquisa). Garantiu-se há cerca de 15 anos, no Estado de São Paulo, um dispositivo constitucional de destinação fixa de parcela do ICMS para o ensino público gratuito e de qualidade e para fomento à pesquisa (Fapesp). Ao longo desse período, essa política tornou-se experiência consolidada, mas sua manutenção, no futuro, pode estar ameaçada por um conjunto de tendências que atende pelo nome de sociedade industrial de serviços.

No nosso caso, tem sido incrementada em São Paulo uma agenda de ciência e tecnologia formulada por dirigentes das universidades e institutos de pesquisa, além de dirigentes empresariais interessados na promoção de uma política de inovação entendida como aquela que une ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas com as atividades de pesquisa e desenvolvimento empresarial.

Essa agenda de política científica e tecnológica associada com inovações (CTI) envolve várias cadeias produtivas e segmentos que podemos chamar de produ-

tores de conhecimento nas universidades, institutos e centros de pesquisa. Aqui, porém, há uma questão central a debater: a definição do conteúdo e a gestão dessa agenda estão coerentes com os antecedentes históricos das lutas e reivindicações por ensino público e gratuito de qualidade?

Se considerarmos as orientações que vêm sendo dadas desde o primeiro governo Covas (1994), verificaremos que essa agenda

No sistema internacional de patentes, as patentes para indivíduos não chegam a 26%. No Estado de São Paulo, esse número é de 60%. E, entre as pessoas jurídicas, 74% são empresas transnacionais

passou a ser praticada como promoção do desenvolvimento pela transferência de conhecimentos e técnicas em bases consolidadas nas universidades e centros e institutos de pesquisa (CIP) isolados para os setores produtivos na economia (os quais, afirma-se, retribuem, com o pagamento dos direitos de propriedade e patentes).

Vejam os fatos sobre esse quadro a partir de levantamento realizados nos anos 2000:

1. Embora a tendência recente tenha sido um aumento na intensidade de expansão do ensino superior privado de graduação (elevou-se para 85% em São Paulo entre 1998/2002), essa tendência não tem sido acompanhada pelo aumento proporcional da demanda. São Paulo tem dado mostras de esgotamento na expansão do setor privado, revelado tanto pela duplicação do número de vagas ociosas como pela queda significativa da relação candidato/vaga nos processos seletivos.

2. Há um movimento de expansão e desconcentração do sistema público de pós-graduação no país: mais acentuado para o doutorado, em outros Estados brasileiros o número de matrículas, e de titulados, aumentou a taxas de 62% e 113%, respectivamente, muito superiores às taxas paulistas correspondentes (26% e 55% para matrículas e titulados).

3. Estimativas de gastos com a pós-graduação no Estado de São Paulo: R\$ 860 milhões por ano, dos quais 84% realizados pelas três universidades estaduais.

4. Entre as agências de fomento de P&D, a Fapesp, entre 1998 e 2000, investiu, em valores médios, R\$ 508 milhões (56% do total das agências federais e estadual juntas).

5. Os gastos públicos anuais com ciência e tecnologia no Estado de São Paulo atingiram um patamar em torno de R\$ 2,3 bilhões — dos quais 60% têm origem no orçamento estadual. Os 40% restantes vêm do governo federal. Confirma-

se, em São Paulo, o quadro inverso do que ocorre no País.

6. Do total aplicado em P&D no Estado, em 2000, 54% corresponderam aos investimentos realizados pelo setor empresarial e 46% tiveram origem no setor público. Também esse aspecto contrasta com o quadro nacional.

7. No tocante aos gastos empresariais com P&D no país, em 2000, 47% foram realizados em São Paulo.

8. Intensifica-se a tendência de deslocamento da graduação para fora das capitais e das regiões sudeste e sul.

9. No sistema internacional de patentes, as patentes para indivíduos não chegam a 26%. No Estado de São Paulo, esse número é de 60%. E, entre as pessoas jurídicas, 74% são empresas transnacionais.¹

Diante desses dados, como situar a agenda oficial?

Segundo os argumentos correntes na década de 2000,² sistematizados por pesquisadores de CT&I, tal agenda afirma que há um quadro de C&T mais complexo, com a presença do sistema de inovações. Fala-se recorrentemente da necessidade de profissionalização das atividades de gestão dos institutos e centros de pesquisa (ICPs) ou de profissionalização de seus ambientes gerenciais.

Como exemplos são apontados Embrapa, Fiocruz, IPT, Butantan, Tecpar. De fato, esse sistema traz para a primeira cena novos atores, que não participavam das universidades públicas. O quadro torna-se mais complexo porque as ativida-

des ligadas aos ICPs continuam beneficiárias dos encadeamentos de produção dos serviços geradores de conhecimento (estrutura destinada à pós-graduação e graduação do ensino público com suas redes de docentes, pesquisadores, alunos), cujo orçamento público em São Paulo é proveniente, majoritariamente, dos orçamentos públicos estadual e federal.

O novo sistema de pesquisa e desenvolvimento tem ainda outro componente, que envolve os insti-

financeiros e político-institucionais escassos. Ao mesmo tempo devem desenvolver formas de cooperação: redes especializadas, atividades de pesquisa e desenvolvimento com outras entidades; prestação de serviços; e atuar também na formação de quadros.³

Como se vê, essa competição — e ao mesmo tempo a necessidade de cooperação — parecem colocar os institutos e centros de pesquisa exclusivamente no centro de referência, sem que sejam explicitados os papéis e as relações com os atores na cadeia de produção de serviços de conhecimento na universidade.

Como não estamos falando de institutos e centros de pesquisa que têm existência histórica ou política própria, mas daqueles que surgiram como extensão das universidades públicas, fica a dúvida: que tipo de relação com as universidades (competitiva? cooperativa?) será dominante no futuro se essa agenda for completamente implantada?

Na minha visão a existência dessa complexidade (seja vista pelo lado da necessidade de controle social, seja pela ótica do sistema de inovações) já alterou o significado da vinculação do orçamento das universidades ao ICMS. A agenda oficial parece sinalizar precisamente esse ponto: os institutos e centros de pesquisa devem impulsionar o gerenciamento técnico, administrativo e financeiro das atividades de pesquisa e inovação, mantendo com as universidades uma relação ambígua.

*Que
tipo de relação
dos centros e institutos
de pesquisa (ICPs) com as
universidades será dominante
no futuro se a agenda oficial
for totalmente implantada?
Competitiva? Ou
cooperativa?*

tutos e centros de pesquisa. Trata-se de seu raio de autonomia para participar de redes de pesquisa e serviços, assim como para assegurar retornos de propriedade intelectual e patentes a pessoas jurídicas. (Esse ponto, deve-se notar, é corolário da profissionalização da gestão dos ICPs, ou da profissionalização proposta para seus ambientes gerenciais.)

Na visão dos analistas do setor, os centros e institutos de pesquisa competem por recursos humanos,

O Fórum das Seis vem ampliando o trabalho de difusão dos benefícios dos investimentos em educação pública e gratuita de qualidade, associados ao desenvolvimento de soluções para a sociedade. Tal ampliação pode abarcar a questão do controle social sobre esta agenda (o que pode se dar, por exemplo, pelos dispositivos infraconstitucionais e constitucionais, o que exigirá um longo percurso).

Na nossa perspectiva, esse cenário é altamente induzido e influenciado pelos executores dessa agenda no Executivo paulista, de forma a fazer parecer que essa é a única agenda (aumento da capacidade gerencial de estabelecer sistemas de propriedade intelectual e patentes mais efetivos).

Trata-se de uma estratégia que oferece credibilidade a uma proposta do tipo *tertius*. Explico. Diante da negativa em aprovar a ampliação do percentual do ICMS atual de forma a superar gargalos (enfrentados pelas campanhas 2000-2005), haveria outra saída? Se ela for negociada dentro da agenda, é possível. Ou seja, as reivindicações irão se encaminhar, então, para a demanda em torno de uma definição de um modelo híbrido de autofinanciamento. Esse híbrido seria composto de um lado, pelo critério de produtividade dos ICPs (via do sistema de registros de propriedade intelectual e patentes) e, de outro lado, pela via orçamentária tradicional.

Hoje a agenda de CT&I depende das universidades (além dos institutos e centros de pesquisa isolados) para superar um gargalo do modelo: sua concentração no registro de propriedade em mão de pessoas físicas em São Paulo (e no país). O calcanhar de Aquiles dessa agenda é incrementar os registros no campo das pessoas jurídicas. Com isso há consequências para o ensino da pós-graduação: se avaliarmos que os próprios ICPs já vêm alterando

***Se os ICPs já
vêm alterando o conteúdo
acadêmico de muitas áreas da
pós-graduação, pode-se prever o
que ocorrerá quando houver maior
pressão por resultados em áreas
estratégicas***

ou influenciando no conteúdo acadêmico de muitas áreas de ensino da pós-graduação, não será difícil prever o que pode ocorrer quando houver uma pressão mais explícita para resultados em todas as áreas de pós-graduação consideradas estratégicas.

Desse modo, há uma clara necessidade de redefinição político-institucional de regulamentos, controles acadêmicos e de valores de controle (éticos) para atualizar as relações desses grupos, tendên-

cias e entidades. De outro lado, há a necessidade de uma política da representação dos docentes, discentes e funcionários nas universidades diante das novas formas de atuação dos atores interessados na inovação.

Algumas questões poderão ser objeto de discussão num grupo de trabalho para atuar num horizonte de 12 meses:

a) há necessidade de um orçamento de CT&I para planejamento e controle social de caráter interinstitucional no Estado?;

b) como caracterizar as maneiras como os segmentos executores da política científica no Estado de São Paulo realizam a representação de seus interesses junto aos centros decisores?;

c) quais os montantes aplicados nos e pelos diversos segmentos, levando em conta recursos da LDO/SP, fundos setoriais, verbas federais e transações externas?;

d) qual o formato possível para um orçamento-síntese demonstrativo e qual sua utilidade diante da possível criação de um conselho estadual de C&T, e a gestão colegiada de um orçamento-síntese demonstrativo de investimentos para a atual política de CT&I?

Para finalizar, coloco algumas questões que têm relação com tendências mais amplas (não diretamente relacionadas ao tema acima) mas que poderão facilmente ser entendidas porque afetam o futuro da industrialização e do desenvolvimento brasileiro (nos quais pesa consideravelmente a agenda paulista de CT&I).

Observando o quadro histórico a partir do final dos anos 1970,

1. A maioria dos pesquisadores que acompanha criticamente as tendências do desenvolvimento capitalista no século 21 admite que *a modernização acabou*. Em outras palavras, a produção industrial dispensa a necessidade de ampliar seus tenazes e tubos para outras formas econômicas e outros fenômenos sociais.

2. Um sintoma dessa mudança se expressa nas alterações qualitativas no emprego. O processo de modernização ao longo dos séculos 19 e 20 foi marcado pela passagem ou migração do trabalho da agricultura e mineração (setor primário) para a indústria (setor secundário). Ao longo da segunda metade do século 20 e no 21 essa modernização está associada ao crescimento (com precariedade) do emprego em serviços. A convergência entre produção no campo e na indústria no século 21 é o processo dominante de modernização (pois não há como reduzir ainda mais o emprego nas atividades agrícolas). O carro chefe desse novo processo é a automação microeletrônica ou informatização da produção e dos serviços conjugadamente em ritmos desiguais ou acoplados.⁴

3. Essa mudança tem ocorrido nos países capitalistas dominantes (sobretudo nos Estados Unidos) a partir dos anos 1970. Os serviços a que me refiro compõem um vasto leque de atividades, que vão de assistência médica, filantropia, educação e finanças a transportes, entretenimento e sobretudo à toda-poderosa propaganda. Os

empregos são “(...) altamente movediços, e envolvem flexibilidade de aptidões. Mais importante, são caracterizados em geral pelo papel central desempenhado por conhecimento, informatização, afeto e comunicação (...)”!⁵

4. Segundo os analistas desse quadro, a modernização acabou e impetra uma economia global. Contudo, esse processo de pós-modernização, que ocorre em direção a uma economia da informação, “(...) não significa que a produção industrial será

**Dois
modelos básicos
têm sido apontados pelos
pesquisadores: “economia
baseada em serviços” e “economia
infoindustrial”. Eles representam
distintas estratégias de transição
para a sociedade e para as
classes assalariadas**

descartada, ou que deixará de desempenhar papel importante até nas regiões dominantes do globo. Assim como os processos de industrialização transformaram a agricultura e a tornaram mais produtiva, a revolução da informação transformará a indústria, redefinindo e rejuvenescendo processos de fabricação”.

5. O novo imperativo administrativo é: “(...) trate o fabril como se fosse um serviço. (...) a divisão entre a atividade fabril e os serviços

torna-se vaga (...) toda a produção tende a produzir serviços, e tornar-se informatizada. (...)”.

6. Dois modelos básicos têm sido apontados pelos pesquisadores:

a) a economia baseada em serviço, que implica o rápido declínio em número de postos de trabalho industriais e o aumento correspondente em número de postos de trabalho no setor de serviços;

b) o infoindustrial, no qual o número de postos de trabalho industrial diminui mais lentamente do que no primeiro modelo e, mais importante, o processo de informatização é estreitamente integrado à produção industrial. Serviços diretamente ligados à produção industrial, portanto, continuam importantes neste modelo, em relação a outros serviços.

Esses dois modelos representam duas estratégias de transição para a sociedade, os trabalhadores e classes assalariadas, e as opções são diferenciadas dependendo do tipo de gestão do Estado sobre políticas específicas — entre elas as de CT&I para administrar e obter vantagem na transição econômica. Contudo, deve ficar claro que ambos caminham resolutamente na direção da informatização da economia e da elevada importância dos fluxos e redes de produção.⁶

Notas

1. V. Fapesp. *Indicadores de ciência tecnologia e inovações São Paulo 2004*. Volumes I e II.
2. V. SALES FILHO, S. e BONACELLI, M.B. “Uma agenda para a promoção da inovação”. Campinas: *Jornal da Unicamp*, 29ago – 4 de setembro 2005.
3. *ib.id.* 2005.
4. NEDER, R.T. et al. - *Automação e movimento sindical no Brasil* (resposta sindical e operária às novas tecnologias). São Paulo: PNUD/CEDEC/Hucitec. 1988.
5. HARDT, M. e NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001:306-307.
6. *Id. ibid.*, p.306-307.

UNESP TERÁ DE COBRIR DÍVIDA CONTRAÍDA POR FUNDAÇÃO “FANTASMA”

Ana Maria Barbour
Jornalista



Sentença do juiz Norivaldo de Oliveira, da 1ª Vara do Trabalho de Jaboticabal, revela que a universidade criou uma entidade de fachada, a Fundação de Apoio aos Hospitais Veterinários da Unesp (Funvet), sem patrimônio próprio e sem fontes de receita, apenas com a finalidade de utilizar serviços de professores em horário extraordinário

Convênio que mantém com a Fundação de Apoio aos Hospitais Veterinários da Unesp (Funvet) colocou a Unesp em situação complicada perante a Justiça do Trabalho. Isso porque está condenada a pagar uma dívida de cerca de R\$ 10 milhões a 28 médicos veterinários, integrantes do seu corpo docente, que deixaram de receber da fundação o pagamento de seus direitos trabalhistas.

O caso teve início em 1996, quando os professores ajuizaram uma reclamação na 1ª Vara do Trabalho de Jaboticabal, contra a universidade e a Funvet. Os docentes afirmaram na ação que a Funvet estava deixando de lhes pagar devidamente, já que não eram registrados.

A sentença proferida em 1998 pelo juiz do trabalho Norivaldo de Oliveira assinala que, embora tanto a Funvet quanto a Unesp tenham negado a existência de vínculo empregatício entre os professores e a fundação, os reclamantes alegaram que foram contratados pela Funvet para a realização de plantões no Hospital Veterinário, em função de convênios firmados entre a fundação e a universidade.

A Funvet foi criada em 1996 por decisão do Conselho Universitário da Unesp (Resolução 71, de 19 de dezembro). A universidade alega que a fundação teria surgido com o intuito de permitir a melhoria das condições gerais e administrativas do Hospital Veterinário do curso de Medicina

Veterinária, principalmente no que se refere ao sistema de plantões.

O advogado dos reclamantes, José Orivaldo Peres Júnior, explica que a Resolução 71 possibilitava que tanto professores da Unesp quanto outros profissionais não-docentes trabalhassem no Hospital Veterinário, em regime de plantão, por intermédio da Funvet. Na Resolução 37, de 7 de agosto de 1996, a Unesp já tentara simplificar as exigências relativas ao sistema de plantões.

Na sentença, o juiz define a criação da Funvet como uma forma que a Unesp encontrou de utilizar os serviços dos professores em horário extraordinário. Oliveira caracteriza

ram pagos pela universidade, de modo que a Funvet não seria empregadora, mas apenas uma intermediária.

O juiz, porém, descreve que não houve voluntariedade na adesão aos plantões, pois a cláusula 3ª do convênio referente à contratação de docentes deixou claro que *os plantonistas serão designados pelos chefes dos respectivos departamentos...* Já nas cláusulas 1ª e 2ª do convênio, não se fala em extensão das atividades universitárias, mas sim em contratação de médicos veterinários.

Sendo assim, a sentença judicial reconheceu a existência de vínculo trabalhista entre os reclamantes e a Funvet. A fundação foi condenada a fazer o registro dos docentes em carteira, pagar adicionais de horas-extras e adicionais noturnos, férias em dobro, gratificações natalinas, descansos semanais remunerados e, ainda, a fazer os depósitos do Fundo de Garantia (FGTS).

A decisão também declarou a universidade solidária no processo. Ou seja, caso a Funvet não possuísse recursos para cumprir a sentença, a obrigação recairia sobre a Unesp. Foi exatamente o que aconteceu. Como a Funvet está desestruturada financeiramente, e não possui patrimônio, a responsabilidade pelo pagamento da dívida recaiu sobre a Unesp.

No decorrer do processo, a Unesp questionou a competência da Justiça do Trabalho, pois os reclamantes são servidores estatutários e as atividades de plantão decorrem de convênio e não poderiam ser “confundidas com contrato de trabalho”. Nesse caso, a

A decisão judicial reconheceu existência de vínculo trabalhista entre os reclamantes e a Funvet, condenou-a a registrá-los, pagar horas-extras e férias, e declarou a Unesp solidária no processo

a Funvet como “fundação fantasma”, já que era mantida pela universidade, foi criada sem patrimônio próprio e sem fontes de receita. No processo, a Unesp afirmou que a Funvet era uma pessoa jurídica distinta da universidade, com patrimônio e estatuto próprios.

Disposta a negar o vínculo trabalhista entre os professores e a Funvet, a Unesp declarou no processo que os plantões fazem parte de atividades de extensão universitária na forma de prestação de serviços à comunidade. O convênio entre as duas instituições não caracterizaria a relação empregatícia. Os salários dos professores fo-

causa deveria ser levada para a Justiça Comum. Esse argumento também foi rejeitado pelo juiz Oliveira e por tribunais de segunda e terceira instância.

A Unesp não pode mais recorrer da decisão e o processo se encontra em fase de execução (**vide quadro**). A assessoria de imprensa da universidade informa que a dívida será paga, mas o valor está sendo questionado na Justiça do Trabalho.

A Unesp afirmou estar revendo seu convênio com a fundação, que ainda administra cursos de especialização *lato sensu* na universidade. A Funvet não quis se manifestar.

De acordo com o presidente da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), Milton Vieira do Prado Júnior, os professores reclamantes não poderiam ter prestado serviços para outra instituição, uma vez que eram contratados pela Unesp em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa (RDIDP). “Acredito que os professores foram mal orientados por seus advogados, já que eles afirmaram ser empregados da fundação. Essa situação declarada é ilegal diante do tipo de vínculo que eles mantinham com a Unesp”, ressalta Prado Júnior.

A Adunesp é contrária à remuneração dos plantões médicos. Isso porque, por meio desse sistema, o docente acaba recebendo mais do que os outros professores, quebrando a

isonomia salarial na universidade. “Esse trabalho de emergência tem de estar incluso no salário do profissional”, defendeu Prado Júnior.

Para o advogado dos professores, José Orivaldo Peres Júnior, o entendimento de Prado Júnior é inconsistente, já que os direitos conquistados

a fundação. O advogado Peres Júnior, porém, considera absurdo afirmar que houve vínculo ilegal. Isso porque a Unesp mantinha financeiramente a Funvet e tinha pleno conhecimento de todas as contratações e atividades desenvolvidas. “Os professores prestavam plantões como médicos veterinários em horários compatíveis com as atividades de docência”, lembra.

Ele salienta que a Constituição Federal permite a acumulação de cargos de professor e de médico, conforme o artigo 37, inciso XVI, letra “b”. “Sendo assim, a Unesp não pode alegar a própria torpeza, pois isso pode configurar até mesmo imoralidade administrativa”, conclui.

Na sentença, apesar de o juiz Norivaldo de Oliveira apontar indícios de que a Unesp fraudou a legislação administrativa com a criação de uma fundação de fachada, ele reconhece não lhe caber fazer o juízo a respeito do assunto. Isso porque não houve qualquer provocação das partes nesse sentido. Entretanto, expediu ofício ao Ministério Público Estadual, para conhecimento da decisão.

A promotora de justiça de fundações do Ministério Público Estadual em Jaboaticabal, Etel Cipeli, informou que há cerca de dois anos foi instaurado inquérito civil para estudar o caso. Como não foi constatada nenhuma irregularidade na criação da Funvet, o inquérito foi arquivado.

Histórico do processo

Ano	Etapa	Resultado
1996	Inicial	-----
1998	Sentença	Condenação da Funvet
1999	Recurso ordinário da Unesp ao TRT	Negado
2000	Recurso de revista da Unesp ao TRT	Não foi admitido pelo TRT da 15ª Região
2001	Recurso da Unesp ao TST (agravo de instrumento)	Negado
2005		Fase de execução

O advogado dos docentes, Orivaldo Peres Júnior, salienta que a Constituição Federal permite acumular cargos de professor e de médico, conforme definido no artigo 37, inciso XVI, letra “b”

por seus clientes tiveram reconhecimento judicial. “Houve uma decisão favorável em primeira instância pela Vara do Trabalho de Jaboaticabal, com amplo direito de defesa para Funvet e Unesp. Essa decisão foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região, bem como pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília”, diz ele.

Diante do duplo vínculo assumido pelos 28 docentes, uma das alternativas em estudo pela Unesp, segundo sua assessoria de imprensa, seria a de processá-los, exigindo reembolso dos salários que receberam enquanto mantiveram contrato simultâneo com

FDTE MANTÉM EM SIGILO TOTAL SUA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Almir Teixeira e Vinícius Rodrigues Vieira
Equipe da Revista Adusp

Daniel Garcia



Única a não enviar dados ao GT Fundações da Reitoria em 2003, a fundação privada vinculada à Escola Politécnica nega-se pela segunda vez a prestar informações à Revista Adusp, agora alegando orientação do Promotor de Fundações (na foto acima, nossos repórteres entrevistam os diretores da FDTE). O segredo tem a cumplicidade de autoridades da Poli, como o vice-diretor Ivan Falleiros, que recusou-se a fornecer cópia dos convênios com a fundação. A receita da FDTE pode ter superado R\$ 22 milhões em 2004

A Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE) pode ter movimentado, somente em 2004, R\$ 22,5 milhões, dos quais apenas 7% teriam sido repassados à USP. Só em projetos e cursos ligados à Escola Politécnica (Poli), as cifras chegariam a R\$ 10,3 milhões, segundo cálculo feito pela reportagem com base em dados fornecidos pela direção da unidade. Do total, cerca de R\$ 8 milhões (77%) referem-se aos cursos do Programa de Educação Continuada em Engenharia (Pece) da Poli, administrados pela fundação desde 2003 e entre os quais predominam os cursos do tipo MBA (*Master of Business Administration*) (vide p. 78).

A *Revista Adusp* viu-se obrigada a estimar o total movimentado pela FDTE, pois a fundação, repetindo o que já fizera em 2001, recusa-se a fornecer os dados relativos às suas receitas e despesas. Desta vez, Edith Ranzini, professora aposentada da Poli e sua presidenta, alega que a fundação foi orientada pelo promotor Paulo José de Palma, do Ministério Público Estadual, a não divulgar sua movimentação financeira. “O Paulo falou assim: *Olha, não vamos alimentar*”, diz a professora Ranzini, em entrevista que concedeu à *Revista Adusp* ao lado do professor Marcos Barretto, diretor-tesoureiro da FDTE, na sede da fundação, que ocupa um andar inteiro de um prédio comercial da Avenida Bri-

gadeiro Faria Lima, uma das zonas mais valorizadas da capital.

“A gente está prestando uma série de esclarecimentos ao doutor Palma, que não só fez reuniões com todas as fundações, mas também solicitou por escrito as informações, dizendo que o levantamento de dados está correndo em segredo de justiça”, declara a presidenta da FDTE. “Talvez, se não houvesse essas investigações que estão ocorrendo, a gente ia [sic] dar uma série de outras informações. O problema é a conjuntura”, argumenta. Em 2001, o então diretor-presidente da fundação, o professor Nelson Zuanella, também não forneceu dados à reportagem da

A fundação considera muito altas as taxas cobradas pela USP e pela Poli sobre os projetos e cursos administrados por terceiros e que “afugentaram muitos projetos”

Revista Adusp (edição 24), alegando que, “como instituição privada, que mantém contratos com empresas privadas e estatais contendo as habituais cláusulas de confidencialidade, a FDTE não divulga os dados econômico-financeiros solicitados”.

“Vocês são contra tudo”, critica a docente, referindo-se às posições políticas da *Adusp*. “Se acham que as coisas estão erradas, não adianta ir em cima das fundações”, acrescenta, elogiando em seguida a decisão da entidade de encaminhar ao Ministério Público Estadual denúncia contra os cursos pagos. “Deixa os órgãos que estão investigando

trabalhar com calma”, afirma a professora Ranzini. “Para que ficar alimentando para gerar mais ruído?”, pergunta, porém, questionando reportagens publicadas no *Informativo Adusp* e na *Revista Adusp*.

A nova recusa da FDTE a fornecer informações a respeito de sua movimentação financeira levou a *Adusp* a levantar alguns dados registrados em cartório ou fornecidos pela diretoria da Poli. A reportagem teve acesso ao “Relatório anual de atividades 2001”, arquivado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da capital paulista, em que há um quadro completo das movimentações da FDTE naquele ano. Entre outros dados, o relatório apresenta uma receita anual de R\$ 12.813.278,61 e um superávit de R\$ 880.251,83, maior do que os repasses efetuados à USP no período, que totalizaram R\$ 767.869,40.

Atualmente, devem ser repassados à escola 13% da renda obtida por todos os projetos e cursos desenvolvidos na unidade, mas administrados por terceiros. O percentual é repartido da seguinte forma: 5% cabem à Reitoria, enquanto o restante permanece na própria unidade, sendo 3% para a diretoria e 5% para o departamento onde o projeto foi realizado. Tomando como base as normas acima descritas e o valor repassado em 2001, pode-se calcular o valor administrado pela fundação nesse ano, só em projetos com a universidade, em R\$ 5,9 milhões.

Tal quantia (R\$ 5,9 milhões) corresponde, por sua vez, a 46% do total

Tabela 1 - Arrecadação FDTE (2001-2004) em R\$

Ano	Projetos ¹	PECE ²	Total movimentado c/USP	Total movimentado pela FDTE ³	Superávit FDTE ⁴
2001	5.906.687,69		5.906.687,69	12.813.278,61	880.251,83
2002	5.258.165,67		5.258.165,67	11.430.794,93	788.724,85
2003	869.400,00	6.748.446,00	7.617.846,00	16.560.534,78	1.142.676,90
2004	2.365.920,00	7.990.000,00	10.355.920,00	22.512.869,57	1.553.388,00

(1) Estimado, para 2001, com base nos repasses feitos à USP no mesmo ano, considerando que estes corresponderam a 13% do total movimentado com a universidade. Para os demais anos, valores estimados a partir dos repasses à direção da Poli.

(2) Em 2001 e 2002, o Pece foi administrado pela Fusp. Valores repassados pela diretoria da Poli

(3) Estimativa para 2002, 2003 e 2004 feita considerando que o valor movimentado pela fundação com a USP é de 46% do faturamento total no mesmo ano, tal como ocorreu em 2001.

(4) Estimado para os anos de 2002, 2003 e 2004, considerando-se, tal como ocorreria em 2001, 6,9% do faturamento global da fundação em cada um dos anos citados.

movimentado pela FDTE no mesmo ano (R\$ 12.813.278,61). Considerando a mesma proporção, pode-se estimar a movimentação total da fundação em 2004 em cerca de R\$ 22,5 milhões, já que as cifras referentes à Poli alcançaram R\$ 10,3 milhões, incluída a arrecadação do Pece (**Tabela 1**).

Ainda em 2004, a FDTE repassou à USP R\$ 1,5 milhão, ou seja, só 7% de seu faturamento global estimado. Além desse valor, a diretoria da escola informa também ter recebido cerca de R\$ 500 mil, referentes ao superávit do Pece, sem considerar os equipamentos adquiridos em virtude dos projetos desenvolvidos. Em taxas de administração, a FDTE recolheu cerca de R\$ 600 mil em 2004 (**Tabela 2**).

Também é possível estimar o *superávit* da FDTE para 2004 com base naquele obtido em 2001, que foi de R\$ 880.251,83 ou 6,9% das receitas auferidas no ano. Tomando-se a mes-

ma proporção, chega-se, em 2004, a um *superávit* estimado em R\$ 1,5 milhão, igual ao valor repassado à USP.

Apesar das cifras vantajosas, a fundação considera muito elevadas as taxas cobradas pela universidade e pela Poli sobre os projetos e cursos administrados por terceiros. “Essas taxas afugentaram muitos projetos”,

“Até taxas não cobradas a gente pagava. Nós fomos pioneiros nessa história de pagar taxa”. Houve também a doação de equipamentos, bem como a compra de outros necessários ao desenvolvimento de projetos, que acabaram sendo incorporados ao patrimônio da Poli.

A docente ainda menciona um programa de bolsas em iniciação tecnológica mantido com recursos da fundação. O regimento interno desta determina que as bolsas sejam concedidas a alunos carentes de escolas de engenharia. Ela ressalta que a oferta é reduzida e que o programa não

é amplamente divulgado “porque a procura seria muito grande”, não havendo condições de atender a todos.

“E tem a parte intangível. Hoje, se você for relacionar os professores da Escola Politécnica, vai ver que muitos deles começaram como estagiários em projetos da FDTE, depois a gente contratava como engenheiro”,

A “parte intangível” da contribuição da FDTE à Poli seria, segundo Edith Ranzini, que “muitos professores começaram como estagiários em projetos da FDTE, depois a gente contratava como engenheiro”

protesta a professora Ranzini, “principalmente quando os patrocinadores são as empresas privadas”. Ela ressalta que questiona o valor das taxas, não a sua existência. “Desde o primeiro convênio com a Escola Politécnica, a gente fez questão de escrever que haveria recolhimento de taxas”, diz a docente.

Tabela 2 - Repasses da FDTE à USP (2001-2004) em R\$

Ano	Fundação ¹	Repasses à USP				Total movimentado c/USP
		Departamentos ²	Diretoria-Poli ³	Reitoria ⁴	Total	
Projetos						
2001	354.401,26	295.334,38	177.200,63	295.334,38	767.869,40	5.906.687,69
2002	315.489,94	262.908,28	157.744,97	262.908,28	683.561,54	5.258.165,67
2003	52.164,00	43.470,00	26.082,00	43.470,00	113.022,00	869.400,00
2004	141.955,20	118.296,00	70.977,60	118.296,00	307.569,60	2.365.920,00
Pece						
2003	401.030,00	520.695,30	202.453,38	337.422,30	1.060.570,98	6.748.446,00
2004	459.130,00	584.471,00	239.700,00	399.500,00	1.223.671,00	7.990.000,00
Total						
2001	354.401,26	295.334,38	177.200,63	295.334,38	767.869,40	5.906.687,69
2002	315.489,94	262.908,28	157.744,97	262.908,28	683.561,54	5.258.165,67
2003	453.194,00	564.165,30	228.535,38	380.892,30	1.173.592,98	7.617.846,00
2004	601.085,20	702.767,00	310.677,60	517.796,00	1.531.240,60	10.355.920,00

(1) A FDTE cobra uma taxa de administração de 6% do volume de recursos arrecadados por cada projeto curso. Os valores referentes à projetos foram calculados com base nessa informação

(2) De acordo com as regras da Poli, os departamentos devem receber 5% dos recursos referentes a projetos desenvolvidos em suas dependências. Foi com base nisso que se chegou aos valores sobre projetos citados nessa coluna da tabela.

(3) A diretoria da Poli fica com 3% dos recursos. No que se refere a projetos, os dados de 2002 a 2004 aqui publicados foram repassados pela Assistência Técnico-Financeira da unidade. O referente a 2001 foi calculado com base no valor repassado à USP registrado no balanço contábil da fundação no mesmo ano.

(4) A Reitoria recebe 5% do total arrecadado em projetos e cursos com a universidade.

completa. Porém, ela reconhece que nem todas as fundações contribuem tanto para a universidade.

“A gente se orgulha dos trabalhos que fez”, entre os quais estaria o primeiro computador nacional, o *Patinho Feio*, surgido nos anos 1970. De acordo com a dirigente da FDTE, as “sobras” da verba desse projeto permitiram adquirir, em 1974, o imóvel da Avenida Faria Lima que hoje abriga a sede da fundação. O professor Barretto destaca que, à época, o local não era tão valorizado quanto hoje.

O espaço foi alugado por algum tempo. Desde 1988, abriga toda a administração da FDTE. A professora Ranzini não acha estranho a fundação ter conseguido adquirido móveis pouco tempo após o início de suas atividades em 1972. “Aliás,

quanto mais patrimônio e recurso uma fundação como a nossa consegue manter, mais coisas a gente conseguiria fazer de benefício. Eu gostaria de ser uma Fundação Ford, uma fundação sei lá o que, para dar bolsa, para realmente ajudar”.

Entre os objetivos da FDTE expressos no Estatuto de 1972 estava o de “colaborar, pelos meios adequados, com os institutos educacionais, com as universidades e com as instituições públicas e privadas, em programas de desenvolvimento tecnológico a serem realizados na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo” (Artigo 1º, item a).

Enquanto demonstrava o interesse da fundação em trabalhar com outras universidades e empresas pri-

vadas, o Estatuto cometia o deslize de determinar que os programas devem ser realizados “na” Escola Politécnica. Nova redação, em agosto de 1995, inseriu a palavra “prioritariamente”, para indicar o grau de dedicação da FDTE à USP.

Por 29 anos, coube ao Conselho Técnico Administrativo (CTA) da Poli, antigamente denominado Conselho Interdepartamental, a obrigação de indicar os membros do Conselho Curador da FDTE. Tratava-se de uma clara interferência de uma entidade privada em um órgão público, formado por funcionários públicos — os docentes que compõem o CTA da Poli. O dispositivo foi retirado do estatuto em 2001.

O vice-diretor da Poli, professor Ivan Falleiros, recusou-se a fornecer

PECE ARRECADOU R\$ 8 MILHÕES EM 2004

O Programa de Educação Continuada em Engenharia (PECE) arrecadou, em 2004, 16% a mais do que no ano anterior. Foram quase R\$ 8 milhões, frente aos R\$ 6,7 milhões em 2003 (Tabela 3). Trata-se de um programa da própria unidade, a qual sempre entrega sua administração a alguma fundação vinculada à universidade. De acordo com o diretor da Poli, professor Vahan Agopyan, a FDTE foi escolhida para administrar os cursos em 2004 devido à taxa proposta, de 6% do faturamento. Nesse ano, isso correspondeu a R\$ 460 mil.

O professor Agopyan explica que todo ano “briga” com as fundações por uma taxa mais baixa: “Neste ano eu acertei 6%”. O professor diz que tem dificuldades com a Fusp, que em 2004 “de novo, queria 10%”. Esse foi o índice anual cobrado pela fundação para administrar o PECE entre 1996 e 2002. “De vez em quando a Vanzolini, para algumas coisas, abaixa o valor”, acrescenta o diretor da Poli.

O PECE teve, em 2004, um lucro de quase R\$ 930 mil (11,6% do faturamento), valor que, segundo o diretor da Escola Politécnica, professor Vahan Agopyan, foi integralmente repassado à unidade. Isso representa um aumento de 35% em relação ao obtido no ano ante-

rior (R\$ 600 mil). Porém, ambos os valores são inferiores ao obtido em 2002 (R\$ 966 mil).

Além do que, a Poli recebeu, em 2004, cerca de R\$ 825 mil referentes aos repasses que a FDTE é obrigada a fazer à unidade, com base em parâmetros determinados pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão para cursos de extensão.

O PECE oferece 13 MBAs e cinco programas de especialização. Tem cerca de 1.000 alunos, dos quais 75% freqüentam os MBAs. Nesta modalidade, cada aluno desembolsa em torno de R\$ 17 mil para cursos com carga mínima de 420 horas/aulas e duração de dois anos. Segundo a diretoria da Poli, 500 alunos recebem diplomas de especialização por ano.

Embora os cursos de especialização custem em média 30 parcelas de R\$ 600, o professor Agopyan considera que os valores do PECE são relativamente baixos. Segundo o professor, metade do corpo docente é de fora, mas os responsáveis pelas disciplinas são sempre professores da USP. “A Poli foi uma das pioneiras em educação continuada. Toda boa escola de engenharia costuma ter mais alunos de educação continuada do que aluno de graduação, porque, é lógico, em engenharia você não pode parar”.

Tabela 3 - Programa de Educação Con

Item	
Receita	
Despesas diretas*	
Despesas indiretas**	Coordenador Geral
	Material Permanente
	Publicidade
	Outros
Total Desp. Indiretas	
Fundação	
USP	Reitoria
	Poli (Diretoria)
	Poli (Departamentos)
Total de repasses à USP	
Saldo	

Fonte: Escola Politécnica. Nota: até 2002, o Pece era

Sobre o motivo da cobrança dos cursos, o professor Agopyan diz que é impossível realizar a educação continuada sem receber dos alunos. “Eu posso não cobrar”, diz, “só que a USP precisa me dar mais 100 professores e mais 50 funcionários”. Ele argumenta que, mesmo que a USP lhe desse os professores, haveria o problema de contratar docentes externos. Segundo o professor, “a universidade não possui um mecanismo para contratações esporádicas”. Além do que, prossegue, a especialização deve ser cobrada por atender a profissionais e empresas que podem custear os cursos.

tinuada em Engenharia (Pece), 1999-2004 — Receitas e despesas em R\$

2001		2002		2003		2004	
Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
4.082.000,00	100,0%	6.276.305,00	100,0%	6.748.446,00	100,0%	7.990.000,00	100,0%
Despesas							
1.793.593,00	43,9%	2.815.719,00	44,9%	2.917.465,00	43,2%	3.435.963,00	43,0%
72.780,00	1,8%	78.753,00	1,3%	80.400,00	1,2%	88.440,00	1,1%
170.000,00	4,2%	134.928,00	2,1%	168.738,00	2,5%	285.877,00	3,6%
125.000,00	3,1%	150.620,00	2,4%	214.225,00	3,2%	205.189,00	2,6%
906.184,00	22,2%	965.396,96	15,4%	1.304.918,00	19,3%	1.365.446,00	17,1%
1.273.964,00	31,2%	1.329.697,96	21,2%	1.768.281,00	26,2%	1.944.952,00	24,3%
Repasses							
352.684,00	8,6%	500.364,00	8,0%	401.030,00	5,9%	459.130,00	5,7%
188.316,00	4,6%	82.335,00	1,3%	337.422,30	5,0%	399.500,00	5,0%
76.405,00	1,9%	188.289,15	3,0%	202.453,38	3,0%	239.700,00	3,0%
210.534,00	5,2%	393.815,25	6,3%	520.695,30	7,7%	584.471,00	7,3%
475.255,00	11,6%	664.439,40	10,6%	1.060.570,98	15,7%	1.223.671,00	15,3%
186.504,00	4,6%	966.084,64	15,4%	601.099,02	8,9%	926.284,00	11,6%

administrado pela FUSP.

Por outro lado, ele defende que a Graduação permaneça gratuita, porque “o país precisa de uma elite pensante, para não ser dependente de conhecimento pelo resto da vida. Nunca se pode

comprar uma ‘caixa-preta’. Temos de ter pessoas que entendam de determinada tecnologia, ainda que não se tenha domínio sobre ela”.

Chama a atenção o fato de que a despesa com o item *coordenador geral* corresponda, entre 2001 e 2004, a um valor entre 1% e 2% do total arrecadado pelo Pece. O

“Por decisão do CTA da Poli, coordenador nenhum pode receber acima de um limite, atualmente o salário base de um MS6 [R\$ 7.800]”, informa o diretor Vahan Agopyan

professor Agopyan esclarece que o item “não é uma pessoa única, tem todo ano dezenas de coordenadores” e que “por decisão do CTA da Poli, nenhum coordenador pode receber um valor acima de um limite estabelecido, atualmente o salário base de um MS6 [cerca de R\$ 7.800 em dezembro de 2005], in-

dependentemente do sucesso do seu curso”.

Ainda sobre a remuneração dos profissionais que trabalham no Pece, inclusive professores, a professora Edith Ranzini, diretora-presidente da FDTE,

declara, sem citar valores: “O que eles pedem é aquilo que a gente ouve que o pessoal que dá aula aí fora ganha”. Procurado pela reportagem, o coordenador do Pece, Gilberto Fernandes da Silva, solicitou que a diretoria da Poli fosse procurada para se pronunciar sobre qualquer assunto relacionado ao programa.

cópia dos convênios firmados entre a USP e a fundação. “Eu prefiro que você os peça à FDTE”, disse, recorrendo a um argumento original: “A Poli não tem dificuldade nenhuma em conversar sobre questões que concernem à Poli. Esses convênios concernem a outra entidade. A gente precisa ter reservas”. O diretor, professor Agopyan, prometeu fornecer os documentos, mas afirmou que, antes, teria que solicitá-los à Reitoria. Até o fechamento da edição, porém, a reportagem não teve acesso ao convênio.

Em 2004, a principal atividade da FDTE em relação à USP foi a administração financeira do Pece. Os projetos de pesquisa e prestação de serviços representaram apenas cerca de 22% do valor movimentado pela fundação em atividades que envolvem a USP. A professora Ranzini alega que isso se deve ao fato de 2004

ter sido um ano de entressafra, pois havia poucos projetos que vinham da nova Lei de Informática e ainda não havia aqueles dos Fundos Setoriais, vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que só começariam em 2005, e os da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “A gente cansa de fazer proposta. De repente, eles aprovam um monte de projetos”, justifica.

O professor Falleiros relatou à reportagem que são poucos os projetos da Poli com a FDTE. Já o professor Barretto contesta, apontando que são “40 projetos ativos com a unidade”. Porém, ele mesmo

afirma que, em 2004, “apenas 30% de nossos projetos eram com a Poli”. “Basicamente os projetos que a gente toca na Poli são projetos de extensão [prestação de serviços], não projetos de pesquisa”, esclarece a professora Ranzini.

A redução dos projetos com a Poli parece ser uma constante, conforme se pode concluir de algumas declarações dos diretores da FDTE. Mas, perguntada sobre a importância, no orçamento da fundação, de projetos desenvolvidos sem a Poli (vide **Tabela 1**), a professora Ranzini informa que é “sazonal”. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, sustenta que foi por ter muitos projetos sem a

“A Poli não tem dificuldade em conversar sobre questões que concernem à Poli. Esses convênios concernem a outra entidade”. Explicação dada pelo vice-diretor para esconder o convênio USP-FDTE

participação da Poli que a FDTE negou-se a enviar informações ao GT Fundações em 2003.

“Como a gente não tem atividades só com a Poli, e temos muitos projetos com empresas privadas, a gente não iria enviar informações que deveriam ser sigilosas”, argumenta. “E as informações que envolvem a USP estavam todas com o diretor da unidade. Nós enviamos todo ano um relatório para a Poli com as informações que envolvem a universidade”.

“Nos últimos sete anos, sem exceção, nós recebemos os relatórios da FDTE. Antes disso não sei, porque não acompanhava”, garante o pro-

fessor Agopyan, que destaca que não foi solicitado à Poli o repasse, ao GT Fundações, dos dados referentes à entidade. O diretor ressalta que, caso tivesse recebido pedido dessa natureza, teria repassado as informações, “sem problemas”.

Um indício do aparente distanciamento da fundação em relação à USP é o oferecimento de cursos próprios, particularmente os chamados *in company*, cujas aulas ocorrem na empresa que contratou o serviço para seus funcionários. A professora Ranzini afirma que não depende de iniciativa da USP para a realização de treinamentos em empresas.

Ela também acredita que os alunos de cursos *in company* buscam formação, não diplomas. “Se a empresa privada quer treinamento, ela está pagando, você pensa que a empresa privada está muito preocupada com que cada aluno ganhe um certificado? Ela quer é que você treine a equipe dela. O objetivo não é dar currículo para o funcionário”.

O aumento da presença das fundações, que se deu nos últimos vinte anos, é resultado, para o professor Agopyan, das dificuldades impostas à realização de projetos na universidade e do pequeno montante de recursos públicos disponíveis para investimentos. “Ela usa as fundações para sua agilidade. Sem as fundações estaríamos numa crise total”, afirma o diretor da Poli. Paradoxalmente, acredita que a USP não depende das fundações.

“No passado, nós tínhamos até mais recursos”, lembra o profes-

sor. “A mudança do governo nos últimos anos afetou muito a gente. O país não priorizou ciência e tecnologia. Não daria para tocar uma escola de engenharia de ponta, como nós estamos querendo, sem recursos extra-orçamentários”, argumenta. “Fico muito preocupado porque nós não temos na USP recursos de fato para investimento”, diz o professor. “Uma universidade que gasta 85% com mão-de-obra e sobra 15%, está mal. A universidade do meu sonho é: mão-de-obra no máximo 65%, 25% de custeio e 10% de investimento”.

Segundo o professor Agopyan, em 2004 a FDTE doou à unidade cerca de R\$ 800 mil em pequenos equipamentos e instalações. Para ele, é melhor que a fundação doe equipamentos do que dinheiro à Poli, para que a USP não divida os saldos com outras unidades. “A USP é meio senatorial”, diz. “Os recursos são distribuídos para todas as escolas na mesma proporção”. O repasse anual de verbas para aquisição de equipamentos seria de R\$ 70 mil para cada unidade. Como a Poli tem muitos alunos, o dinheiro é insuficiente, argumenta ele, fazendo-se necessário o repasse das fundações em equipamentos, pois, se houver entrada de numerário em caixa, há a necessidade de se fazer licitações, geralmente demoradas.

O professor destaca que a maioria dos recursos investidos na Poli vem ainda de projetos de pesquisa. “O grosso é o que a gente consegue através de projetos. Em média,

investimos mais de R\$ 10 milhões por ano”. Ele conta que, atualmente, a maioria dos investimentos não vem de recursos públicos. “É mais da iniciativa privada. Eu não estou preocupado em como é que entra”, afirma.

No caso dos recursos públicos, principalmente aqueles oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), fomentadores principalmente de atividades de pesquisa, o professor Agopyan conta que a intermediação da fundação dificilmente pode ser dispensada. Em caso de financiamento de projetos através de fundos públicos, porém, lembra, as fundações não podem cobrar taxa de administração de recursos, segundo

Sobre os valores pagos aos docentes da USP que atuam em projetos geridos pela FDTE, a direção da fundação diz apenas que são vencimentos “de mercado”

exigência da União. A ausência do intermediário, segundo o diretor da Poli, só é viável em grandes projetos, para os quais é possível contratar funcionários administrativos.

Questionado sobre o porquê da manutenção de um intermediário, no caso uma fundação, na relação entre a universidade pública e empresas, o professor Barretto responde que isso é necessário já que a questão está além da competência normativa da universidade. “Na verdade, a gente tem de começar reformulando a própria Constituição”, propõe o tesoureiro. “O problema é um pouco mais complicado do que isso. Há uma possibilidade agora

com as PPPs [Parcerias Público-Privadas] quando essa história andar um pouco mais”, completa.

“A fundação surgiu como um mecanismo para viabilizar, porque na época [anos 1970] era muito complicado trazer recursos extra-orçamentários para eles entrarem na USP e serem canalizados para o desenvolvimento”, explica a professora Ranzini, que reiterou várias vezes na entrevista as supostas contribuições da FDTE à Poli e ao desenvolvimento tecnológico do país, entre os quais o “Patinho Feio”, que teria permitido consolidar a área de sistemas digitais dentro da área elétrica na Poli, o sistema de controle de trens metropolitanos, desenvolvido em parceria com

a Fepasa, e os trabalhos com a Telebrás. “Na área de engenharia, é essencial que você tenha projetos com entidades de fora, sejam elas estatais ou empresas privadas, para trazer esse conhecimento para dentro [da universidade]”, argumenta ela.

Aos professores que atuam em projetos gerenciados pela FDTE, a diretoria da fundação informa que são pagos vencimentos “de mercado”. Sobre os critérios da Cert, responsável por autorizar a participação de docentes em atividades externas à USP, o diretor Barretto sugere que sejam mais restritivos: “Devia só permitir para quem tem atividade na graduação. Isso não quer dizer a Cert não deva cobrar pesquisa”. “Qualquer atividade que não seja a docência, acaba prejudicando a graduação de certa forma”, conclui a professora Ranzini.

CONVÊNIOS COM NAIPPE PERMITEM A EMPRESAS OFERECER CURSOS “USP”

Vinícius Rodrigues Vieira
Equipe da Revista Adusp



Parcerias irregulares com o Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégia (Naippe-USP) têm permitido a diferentes entidades privadas comercializar cursos pagos de pós-graduação à distância, do tipo MBA, oferecendo selo USP no certificado. O caso mais recente envolve a “organização social” KAM e uma faculdade privada do Paraná, a Facinter. Um caso anterior envolveu a Educon, também uma empresa paranaense, e está pendente de solução na Pró-Reitoria de Pesquisa, cujas explicações são insatisfatórias

Uma “organização social” localizada na Grande São Paulo, e uma faculdade particular de Curitiba, Paraná, divulgaram até dezembro de 2005, em seus sítios na internet, um curso MBA com o selo USP. A Knowledge Academy Management (KAM, www.kam.com.br), sediada em Alphaville, Barueri, afirma possuir um convênio com o Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégia (Naippe-USP). Porém, a Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP), a quem os núcleos de pesquisa subordinam-se, nega a existência de qualquer convênio com a organização.

“A Facinter-Faculdade Internacional de Curitiba e a KAM-Knowledge Academy Management, conveniada ao Naippe-USP Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégias da USP, firmaram uma parceria para desenvolver um ambicioso Projeto Educacional de MBA em Gestão Empresarial, na modalidade de EAD (Ensino a Distância)”, relata texto disponível numa das pá-



Fac-símile 1: página do MBA Kam-Facinter, utilizando logos da USP e do Naippe

ginas da área do sítio da Facinter dedicada à divulgação do curso que seria realizado pela KAM em parceria com a USP (http://www.facinter.br/mbaempresarial/index.php?edicao_id=1&menu_id=4). A página, que na primeira quinzena de janeiro continuava disponível na rede, traz, em sua parte superior, as logomarcas da Facinter e da KAM acompanhadas da do Naippe-USP (fac-símile 1).

Já o vínculo “Quem somos” do sítio da KAM trazia o seguinte texto: “Formada em 2003 por iniciativa de professores, pesquisadores e profissionais do mercado corporativo, a equipe da KAM já acumulava 4 anos de experiência consistente em educação via satélite, pela participação nas primeiras experiências com ensino a distância da USP (...). Em 2003 foi firmado convênio com o Naippe-

USP (...), o que veio consolidar a imagem de organização séria e competente, ciente da amplitude de seus propósitos” (**fac-símile 2**).

Embora o sítio da KAM divulgasse 10 MBAs, apenas o de “Gestão Empresarial” era oferecido. Ao preço de R\$ 11 mil à vista, tem a duração de 550 horas/aula. Outro curso de especialização era oferecido, de Matemática Financeira, mas tem menor duração (apenas 48 horas/aula) e menor preço (R\$ 1.100 pagos em uma única parcela). As aulas do “MBA em Gestão Empresarial”, que teriam começado em novembro de 2005, seriam dadas no sistema de “centros associados”, uma dezena de entidades parceiras que divulgam e comercializam o curso e retransmitem seus conteúdos.

Ainda em seu sítio, a KAM declarava que sua mantenedora principal é a Alcântara Machado Feiras e Negócios

(AMFN), conhecida empresa que organiza alguns dos principais congressos e eventos do país. *A Revista Adusp* apurou que o endereço de ambas é o mesmo, na área empresarial do condomínio fechado Alphaville, localizado em Barueri.

“Não consta nenhuma informação sobre isso”, afirmou o então pró-reitor de Pesquisa da USP, professor Luiz Nunes, quando questionado pela reportagem acerca da eventual existência de convênios com a KAM. Tampouco isso poderia ocorrer somente com a anuência do Naippe, diz Nunes, já que os convênios devem passar pela Reitoria. De acordo com a Resolução 5.072/03

do Conselho de Cultura e Extensão Universitária (CoCex), artigo 15, “os cursos de extensão universitária poderão contar com a participação de Instituições externas à Universidade de São Paulo, desde que devidamente justificada”, porém, reza o parágrafo único, “nessa hipótese, o projeto deve ser instruído também com a minuta de convênio ou contrato, devidamente aprovada pelos órgãos competentes”.

O fato: a KAM anunciava que os concluintes do curso receberiam “certificado pós-graduação *lato sensu* emitido pela KAM/Naippe-USP”. Em janeiro de 2006, no entanto, a referência ao Naippe-USP desapareceu. Procurada pela repor-

KAM e AMFN “não são credenciadas para oferecer cursos superiores”, nem para ofertar “cursos de especialização em nível de pós-graduação à distância”, informa o MEC

tagem, a Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC) informou, através de sua assessoria de imprensa, que a KAM e a AMFN “não são instituições credenciadas (...) para oferecer cursos superiores” e que “também não foram identificadas entre as entidades especialmente credenciadas para oferta de cursos de especialização em nível de pós-graduação à distância”. Além do que, ainda relata a Sesu, “não foi identificado pedido de credenciamento no Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior” por parte de nenhuma das duas entidades.

Já a Facinter, prossegue a resposta da Sesu, “conforme Parecer do Conselho Nacional de Educação MEC/CNE/CES nº 304/2004 e Portaria Ministerial nº 4210/04 de 17/12/2004, tem autorização para a oferta do Curso de Normal Superior e do curso de Tecnologia em Gestão de Sistemas Produtivos Industriais, além de autorização para oferta de cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu* nas áreas em que possui competência técnico-acadêmica, todos na modalidade a distância”. Entre as áreas de competência estão as ciências administrativas.

À pergunta sobre se o fato de a faculdade organizar salas de aula para assistir ao curso da KAM faz com que essa especialização seja reconhecida pelo MEC, a Sesu esclarece que “no caso, como a Facinter é credenciada, ela deve ser a responsável direta pelos cursos (...) uma instituição credenciada não pode ‘delegar’ [a terceiros] competência acadêmica nem a responsabilidade didático-pedagógica”.

O diretor de finanças, José Nunes Santa Maria, foi indicado pela Facinter para falar à *Revista Adusp*. Santa Maria limitou-se a dizer que a Facinter é apenas retransmissora do conteúdo do curso MBA, não tendo responsabilidade alguma sobre ele. Solicitou à reportagem que procurasse o professor titular José Augusto Guagliardi, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP) e diretor de pro-

jetos da Fundação Instituto de Administração (FIA). Segundo Santa Maria, o docente é o responsável pela KAM.

De fato, de acordo com o sítio *registro.br*, onde estão disponíveis informações sobre cada um dos domínios de internet registrados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, o professor Guagliardi consta como responsável pelo sítio da KAM.

Em 26 de outubro de 2005, a reportagem ligou para o telefone da KAM, fornecido por Santa Maria, e perguntou à secretária que atendeu à chamada pelo professor Guagliardi. Ela respondeu que ele não se encontrava no local. Um mês depois, após responder a mensagem enviada para seu endereço eletrônico na USP, o docente entrou em contato com a *Revista Adusp* e concedeu entrevista, negando qualquer envolvimento com a KAM.

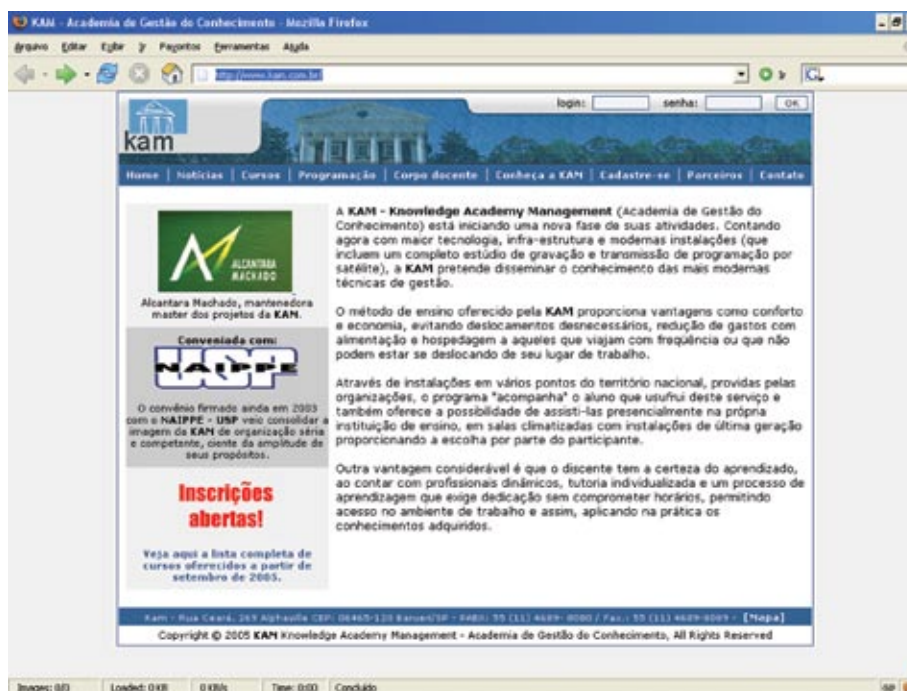
Quanto ao fato de seu nome figurar como responsável pelo sítio da organização, ele diz que “alguém deve ter colocado” sem que ele soubesse. “O Naippe, se não me falha a memória, tem

naram em cursos pagos de fundações, sobretudo os da FIA.

O caso Naippe-KAM teria, ao que parece, conexões com outro caso de apropriação do selo USP por interesses privados: o ainda mal explicado episódio Naippe-Educon. “Posso imaginar duas coisas: que essa empresa [a KAM] esteja

fazendo propaganda indevidamente, sem respaldo [da universidade], ou que seja uma das empresas conveniadas à Educon”, arrisca Guagliardi, em referência ao curso à distância “MBA em Gestão Empresarial Estratégica” que era oferecido pela Educon, empresa localizada em Curitiba, até abril de 2005, em parceria com o Naippe.

De fato, o nome do curso mais divulgado pela KAM (“MBA em Gestão Empresarial”) é quase idêntico ao daquele transmitido pela Educon. Mas não há qualquer menção a esta empresa na página eletrônica da KAM. A única ligação visível entre os dois MBAs, além do Naippe, é o próprio professor Guagliardi, que é coordenador acadêmico do curso da Educon, e foi testemunha do convênio entre esta empresa e a USP.



Fac-símile 2: página da Kam utilizando logo Naippe-USP, já retirada do ar

A ligação mais visível entre os MBAs da KAM e Educon é o professor Guagliardi, da FEA, que tem registrado em seu nome o domínio da página da KAM e é coordenador acadêmico do curso da Educon

um acordo de cooperação técnica [com a KAM]”, diz o professor Guagliardi. “Isso daí foi feito ainda no tempo do professor Braz [de Araújo, coordenador do Naippe até dezembro de 2004, quando faleceu]. E até o professor Nunes tinha falado sobre esse assunto. Agora precisa saber como vai ficar esse acordo”, emenda o docente do Departamento de Administração da FEA, que até dezembro de 2005 constava do denominado “corpo docente” da KAM. Dentre os demais professores listados no sítio da KAM, vários fizeram pós-graduação na USP ou já lecio-

CASO EDUCON PERMANECE MAL-EXPLICADO

Ainda está pendente a emissão de certificados aos alunos das turmas de 2004 e 2005 do curso de especialização à distância “MBA em Gestão Empresarial Estratégica”, oferecido pelo Naippe-USP em parceria com a Educon entre 2003 e 2005. A USP deu início ao processo de denúncia (rompimento) do convênio com a empresa em abril de 2005, e ele foi concluído em julho. Principal motivo da denúncia: a Educon, responsável pela transmissão das aulas e organização de turmas para o curso, contratou terceiros para fazê-lo — os denominados “centros associados”.

A Educon argumenta que a USP deve certificar os alunos que começaram o MBA nas turmas pendentes, porque o convênio, assinado em 28 de novembro de 2003, com duração inicial de cinco anos, estabelece que, entre outras obrigações, o Naippe-USP deve “emitir o Certificado de Conclusão do Curso desenvolvido a partir da presente parceria”. O à época Pró-Reitor de Pesquisa, citando a Resolução 5.072/03 do CoCEx, sustentou que o convênio, por si só, não garante a emissão de certificados: “Essas versões do curso não foram aprovadas pelo Conselho de Cultura e Extensão”.

A Resolução 5.072/03 estabelece que o “procedimento de criação de curso deve ser adotado a cada nova edição, podendo ser dispensada a apresentação do projeto caso não

haja alteração nele” (artigo 4º), e que será “considerada nova edição de um curso cada nova oferta de vagas com abertura de inscrições” (parágrafo único). No caso de um curso à distância, como o MBA Naippe-Educon, cada ano em que são abertas inscrições corresponde a uma edição, esclareceu o professor Nunes. Assim, para que os alunos das turmas de 2004 e 2005 recebam o certificado da universidade, o CoCEx terá de aprovar uma espécie de “autorização retroativa”. O CoCEx já recebeu da Educon os documentos necessários à análise da situação pela Câmara dos Cursos de Extensão, a quem cabe submeter um parecer ao conjunto do colegiado.

“O ver do nosso jurídico é que a certificação deve ser dada [pela USP]”, afirma João Batista, da Júnior Consultoria, “centro associado” da Educon em Campinas, contando com uma turma de 15 alunos que teve início em 2004. Assim como a empresa de Curitiba, ele argumenta que o convênio estabelecia a emissão de certificados pelo Naippe. Quando informado da posição da Pró-Reitoria de Pesquisa, de que era necessária uma autorização para cada edição do curso, Batista afirma que “se existem cláusulas internas à universidade, elas deveriam estar no contrato”, e que a “expectativa dos alunos é que a USP cumpra o contrato com a Educon”.

Ana Paula Moreira, da Magister, “centro associado” sediado em Belo Horizonte, diz que o rompimento do convênio da USP vem preocupando a empresa. A Magister ofereceu todas as turmas do MBA, reunindo 50 alunos ao longo de três anos. Até agora nem mesmo os alunos da turma de 2003 (única, segundo a Pró-Reitoria de Pesquisa, a contar com autorização do CoCEx) receberam certificado de conclusão, pois ainda não defenderam a monografia exigida para obtê-lo.

Se não aprovar as turmas de 2004 e 2005, a USP terá que devolver o dinheiro pago pelos alunos, opina o professor Guagliardi, que ressalta que os trabalhos finais da turma de 2003 estão sendo analisados e defendidos. “Nós temos uma riqueza de trabalhos e experiências de todos os lugares do Brasil”, comenta. Cerca de 200 alunos vão concluir o curso, acrescenta. “Estou pagando para trabalhar nesse projeto. Não larguei porque, quando começo uma coisa, eu vou até o fim”, afirma.

“Estou trabalhando sem receber nada”, defende-se. “Por quê? Porque precisa fechar esse negócio [a turma de 2003]. Se eu não estiver aí, não sei o que vai acontecer. Vai vir outra pessoa. Quem é que vai vir? Você acha que alguém vai trabalhar de graça? Eu recebo meu salário [da USP] para trabalhar aqui [na FEA]”, reclama.

“O curso só vendeu porque é USP”, reconhece Ana Paula. “É claro que você tendo um sêlo forte como o da USP é um diferencial”, afirma Batista, já que o mercado de cursos de MBA é “pulverizado”, com ofertas de variadas especializações por diversas instituições. Estima-se, com base no número de alunos que começaram o curso em 2003 (entre 200 e 300), que o MBA da Educon tenha arrecadado, por turma oferecida, cerca de R\$ 1,1 milhão com as mensalidades cobradas (*Informativo Adusp* 183, p. 3).

Os representantes dos “centros associados” queixam-se do tratamento que USP e Educon lhes dispensam. Ana Paula diz que a empresa “fala uma coisa”, e a universidade outra. Acredita que, caso não haja a emissão de certificados, alunos do MBA poderão ingressar com ações judiciais contra a USP para recebê-los.

Apesar de o convênio entre a USP e a Educon mencionar apenas a emissão, por parte do Naippe, de um certificado para o curso, o sítio da empresa, localizado através do buscador *Google*, anunciava, em 2004, três opções de certificação. A primeira, destinada aos alunos que concluíssem o curso sem apresentar monografia, consistia unicamente de um certificado da própria Educon, regis-

trando a conclusão dos módulos do MBA.

A segunda opção de certificação, reservada aos que cursassem todos os módulos obrigatórios, realizando a prova final do curso e entregando a monografia, com-

deixasse claro aos alunos que, junto, haveria a emissão do da USP, e ressalta que a universidade não poderia assinar o diploma da empresa, onde há um espaço para a assinatura dos coordenadores do Naippe.

O convênio entre USP e Educon foi assinado em 28 de novembro de 2003. Porém, há indícios de que as aulas do MBA começaram muito antes, na verdade no primeiro semestre. Divulgação do curso feita na Internet por um “centro associado”, a Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente (SP), previa o início das aulas em 22 de fevereiro. Porém, o curso começou efetivamente em maio, segundo informação de um funcionário da entidade “associada”. Já a própria Educon divulgou um calendário que apontava o início do MBA em 29 de março de 2003. “Não sei quando



Fac-símiles 3 e 4: modelos de certificado oferecidos pela Educon



Estima-se, com base no número de alunos que começaram o curso em 2003 (200 a 300), que o MBA da Educon tenha arrecadado, por turma oferecida, cerca de R\$ 1,1 milhão com as mensalidades

prendia dois certificados: um da Educon, registrando a conclusão do curso, e outro da USP (**fac-símiles 3 e 4**). A terceira opção era destinada àqueles alunos que cumprissem os mesmos requisitos da segunda, só que com a defesa da monografia.

Informado pela reportagem a respeito da existência inicial de várias opções de certificação, o então Pró-Reitor de Pesquisa garantiu que os alunos não receberiam “diplomas intermediários”. Porém, ele diz que não havia problema em a Educon prometer a emissão de certificado próprio, se

começou”, responde Guagliardi quando perguntado a respeito. Ele sugere que o início não ocorreu antes da assinatura do convênio, mas lembra que talvez já estivesse “em testes”.

“Em agosto [de 2003], acho que [o curso] já tinha sido aprovado”, disse o professor Nunes. “Então”, prosseguiu, a partir desse momento “o curso poderia ter início”, mesmo que o convênio ainda não tivesse sido assinado. “O convênio estabelece as condições que a empresa pode usar, financeiras, utilização de logo da universidade. Tudo isso estaria em suspenso até o convênio ser aprovado”, explicou. Assim, o curso poderia ser anunciado, mas sem o uso do nome da universidade.

Diante de informações tão confusas, a reportagem pediu para ler os documentos referentes ao caso. À solicitação, o professor Nunes respondeu que “o processo é só para pessoas da USP”. A *Revista Adusp* insistiu, argumentando que as informações sobre o curso deveriam ser públicas, já que dizem respeito a uma universidade pública. “Público não quer dizer que todo mundo tem acesso”, retrucou o Pró-Reitor.

Outra questão obscura relacionada ao oferecimento do MBA Naippe-USP em parceria com a Educon refere-se à participação da Fundação de Apoio para o Desenvolvimento das

Artes e da Comunicação (Fundac). “Nesse contexto, nunca vi a palavra Fundac”, descartou o professor Nunes. No entanto, numa das páginas de seu antigo sítio a Educon relata que “está ofertando a seus centros associados um dos cursos mais procurados do país, o MBA Executivo Gestão Empresarial Fundac-USP, com diploma expedido pela própria instituição de ensino a um valor acessível”. O “centro associado” de Presidente Prudente chegou a divulgar o curso desta forma — portanto, antes da autorização da universidade.

A Revista Adusp pediu ao então pró-reitor Nunes acesso aos documentos do caso. Ele respondeu que “o processo é só para pessoas da USP” e que “público não quer dizer que todo mundo tem acesso”

O professor Guagliardi confirma as tentativas de oferecimento do curso por intermédio da fundação. O MBA, relata, começou a ser discutido em 2002. “A negociação começou com a Fundac. Depois, me parece que ficou inviabilizado o prosseguimento do programa com ela”. Diz não saber qual das partes abandonou o projeto. “O Naippe veio depois”, acrescenta.

Porém, o relatório de atividades 1998-2002 do Naippe aponta que o núcleo, “desde setembro de 2001, reorienta sua busca de parceria empresarial em EAD [Edu-

cação à Distância], buscando-se empresa de brasileiros (...). Esta empresa é a Educon. O Conselho Deliberativo do Naippe-USP aprovou a idéia de parceria Naippe-Educon (...). *As iniciativas recentes de convênios serão submetidas às instâncias competentes da USP*” (grifo no original).

É necessário lembrar que tal convênio só foi estabelecido em 28 de novembro de 2003, com a anuência da Reitoria. Portanto, considerando as regras da Resolução 5.072/03 do CoCex, qualquer iniciativa do Naippe anterior àquela data envolvendo a Educon ocorreu sem a autorização da universidade.

No mesmo relatório, entre as metas do Naippe explícitas em seu programa de atividades estava a implementação do “curso de Pós-Graduação (Especialização) à

Distância em Gestão Empresarial Estratégica em cooperação com instituições acadêmicas do Brasil, sistema das Associações Comerciais, Sebraes, ONGs, e com a iniciativa privada (Convênio USP/Naippe-Educon)”.

O atual coordenador do Naippe, professor Eduardo Massad, da Faculdade de Medicina, foi procurado pela reportagem, mas não respondeu aos contatos até o fechamento da edição. A Educon não respondeu aos contatos da *Revista Adusp* até o fechamento da edição.

EXPLODE A CRISE NA FUNDAÇÃO ZERBINI

Vinícius Rodrigues Vieira
Equipe da Revista Adusp

Daniel Garcia



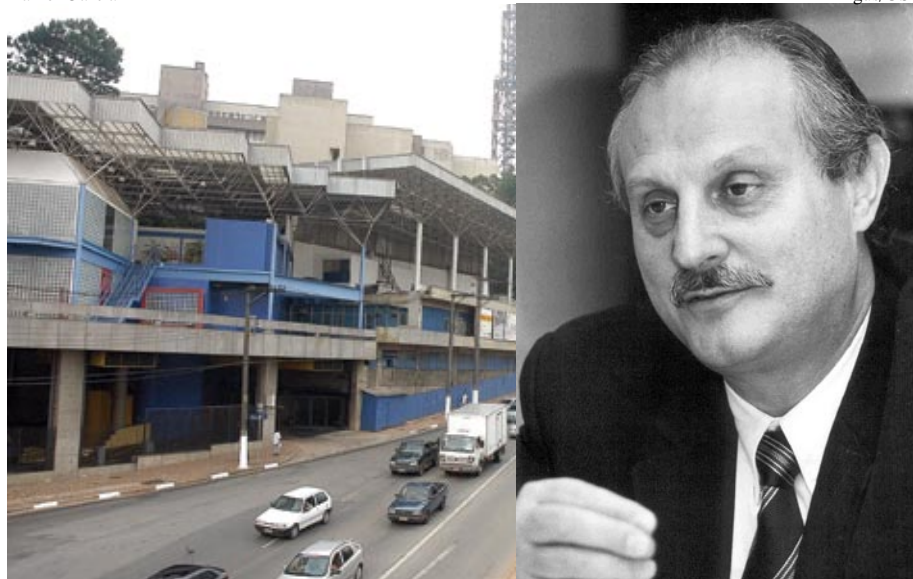
A disputa que opõe a cúpula do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP à direção do Instituto do Coração (InCor) e da Fundação Zerbinini torna públicas as distorções provocadas pela privatização daquele complexo hospitalar. Os meios de comunicação descobriram que a dívida da instituição privada ultrapassa R\$ 200 milhões

Noticiada em primeira mão pelos veículos de comunicação da Adusp, a crise da Fundação Zerbini, que administra os recursos do Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas (HC) da Faculdade de Medicina da USP, finalmente ganhou espaço nos grandes jornais e demais meios de comunicação em massa, no início de dezembro de 2005. Rapidamente o caso ganhou contornos escandalosos.

Em decisão surpreendente, o Conselho Deliberativo do HC destituiu do cargo de diretor do InCor o professor José Antonio Franchini Ramires, titular de Cardiologia da Faculdade de Medicina e vice-presidente da Comissão Especial de Regimes de Trabalho da USP (CERT). Entre os motivos alegados, as dificuldades financeiras da fundação, cuja dívida já ultrapassa R\$ 200 milhões, e um *modus operandi*, atribuído a Ramires, independente dos colegiados e excessivamente centralizador. Porém, Ramires obteve uma liminar na 7ª Vara da Fazenda Pública e permaneceu no cargo, criando-se assim uma situação inédita na USP e possivelmente no serviço público em São Paulo.

Na troca de acusações posterior, nas páginas dos jornais, soube-se que uma denúncia contra o diretor do InCor foi encaminhada à Promotoria de Fundações. Ramires teria usado recursos da fundação em proveito próprio. Diante de tudo isso, a USP... não se manifestou até o fechamento desta edição, em 12 de janeiro de 2006.

Daniel Garcia



A primeira reportagem publicada em jornal de circulação nacional saiu na *Folha de S. Paulo* de 3/12/2005 (p. C12). O texto, que se baseava em declarações do professor Giovanni Guido Cerri, diretor da Faculdade de Medicina e presidente do Conselho Deliberativo do HC, conta que a destituição de Ramires ocorreu devido a “problemas administrativos no instituto e questões financeiras na Fundação Zerbini”. Cita que a Fundação Zerbini possui uma dívida de R\$ 40 milhões.

Esse é apenas um dos dados discrepantes publicados nos jornais. Em outubro de 2005, o *Informativo Adusp* 201 revelou que a Fundação Zerbini devia R\$ 115 milhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), finan-

O Ministério Público recebeu representação contra o professor José Franchini Ramires, principal dirigente do InCor e da Fundação Zerbini, acusado de desmandos administrativos

ciado por recursos públicos, como os oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em 2001, conforme declarou o então presidente da fundação, Fernando Menezes, à *Revista Adusp* 24, a dívida com o banco era de R\$ 70 milhões. Entre 2001 e 2005 houve, portanto, aumento nominal de 64% no montante, apesar de, em dezembro de 2003, ter havido uma renegociação com o BNDES.

O empréstimo com o BNDES, contraído em 1997, teria sido de R\$ 69 milhões (e não de US\$ 55 milhões, nem R\$ 55,6 milhões, como citado na *Revista Adusp* 24, p. 84). No final de 2002, a Zerbini devia ao banco R\$ 115 milhões. Em 2003, as cifras chegaram a R\$ 120 milhões. Como resultado da negociação, ficou acer-

MEMÓRIAS DE UM ESCÂNDALO

Fundação Zerbini procura superar turbulência financeira
(Revista Adusp 24, dezembro de 2001)

“Isso aqui tem sido um trem fantasma: cada curva tem um esqueleto”

(Revista Adusp 24, dezembro de 2001.

Entrevista com Fernando Menezes, presidente da FZ)

Em crise, Fundação Zerbini deve R\$ 115 milhões ao BNDES
(Informativo Adusp 201, 31/10/2005)

Cúpula do Hospital das Clínicas decide afastar diretor do Incor
(Folha de S. Paulo, 3/12/05)

Diretor do Incor investigado por suposto desvio de verba
(Diário de S. Paulo, 10/12/05)

Dívida de R\$ 200 milhões provoca afastamento de presidente de fundação do Incor
(Globo On Line, 12/12/05)

Briga esquentada entre Incor e HC
(Estado de S. Paulo, 12/12/05)

Conselho critica diretor do Incor por dívida acumulada
(Diário de S. Paulo, 13/12/05)

Fundação do Incor deve R\$ 200 milhões
(Folha de S. Paulo, 13/12/05)

tado que o financiamento, que estava sujeito a uma taxa de juros de 1,5% ao mês, mais a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), seria dividido em dois subcréditos. O primeiro, cujo valor em 31/12/2003 era de R\$ 91 milhões, passou a ser corrigido apenas pela TJLP, enquanto o segundo, de R\$ 29 milhões, seria corrigido pela variação cambial de uma cesta de moedas.

Este último subcrédito seria perdoado pelo BNDES em julho de 2014, desde que a Zerbini cumprisse os termos do contrato com o banco (*Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003*, p. 19, empresa de auditoria KPMG). O problema é que, segundo apurou a *Revista Adusp*, a instituição está inadimplente no BNDES.

Segundo reportagem de *O Estado de S. Paulo* (12/12/2005, p. A11), o então governador Mário Covas queria que as obras do prédio do Incor fossem concluídas. Por isso, Covas teria pedido à fundação que usasse os US\$ 50 milhões de seu fundo. A esse valor, ainda conforme a reportagem, foi necessário adicionar o empréstimo do BNDES (de US\$ 65 milhões segundo o jornal).

“Covas afirmou que o dinheiro seria ressarcido à fundação. Logo depois, o real se desvalorizou drasticamente em relação ao dólar”, relata o *Estadão*. Em 2001, o Governador morreu, sem, no entanto, “cumprir” a promessa feita à Fundação Zerbini. O fato é que, se Covas assumiu algum compromisso em nome do Estado, nada foi oficializado, e é duvidoso que isso fosse possível. Posteriormente, o *Diário de S. Paulo* relatou que seu sucessor Geraldo Alckmin “descartou a liberação de recursos para saldar a dívida” (15/12/2005, p. A8). Alckmin disse ao jornal que “o problema do InCor” é “uma briga de professores da Faculdade de Medicina”.

A mesma reportagem do *Estadão* de 12/12 fixa a dívida da fundação com o BNDES em R\$ 85 milhões, “para pagamento em 2014”, destacando a exclusão de R\$ 29 milhões correspondentes a um desconto “por possível cumprimento do contrato”. A dívida total da Fundação Zerbini, porém, é de cerca de R\$ 200 milhões, segundo informou o Conselho Deliberativo do HC no mesmo dia 12/12. A cifra correta constou de reportagens publicadas nas edições do *Diário* e

da *Folha* de 13/12. A *Folha* continuou a ignorar a dívida da Fundação Zerbini com o banco estatal (p. C6), apesar de esta já ter sido mencionada pelos outros jornais.

A esta altura, o *Diário* já divulgara que, em documento do Ministério Público Estadual (MPE), o promotor de justiça Paulo José de Palma citara a existência de uma representação noticiando que Ramires “teria feito uso, às custas do dinheiro da fundação, de segurança particular, pagamento de assessoria e empréstimos pessoais” (10/12/2005, p. A9). Ramires contestou as acusações. Seu advogado, Paulo Bonadies, foi além, chamando Palma de “pulha” (depois, retratou-se).

Procurado insistentemente, Palma não atendeu à *Revista Adusp* até o fechamento da edição. Permanece a pergunta de por que razões, enquanto responsável pelo controle e fiscalização das fundações, o promotor não tomou medidas saneadoras antes da eclosão do escândalo, sabendo-se da importância do InCor como hospital público e levando-se em conta que desde 2001 já se tornara crítica a situação da Fundação Zerbini (**vide** *Revista Adusp* 24, dezembro de 2001).

No presente contexto, é interessante retomar a posição defendida pelo diretor da Faculdade de Medicina e presidente do Conselho Curador da Fundação Faculdade de Medicina, professor Cerri, no artigo “A verdade sobre as fundações”, publicado na *Folha* em 13/9/2005, em meio

a uma forte polêmica com representantes da Adusp na seção de debates desse jornal.

Em “A verdade...”, Cerri diz o seguinte sobre o empréstimo contratado no BNDES pela Fundação Zerbini: “é fundamental lembrar que ele não foi feito para fins privados, e sim para a construção do Bloco 2 do Instituto do Coração (InCor), que, como parte do complexo do HC-FMUSP, tem seu foco central no atendimento aos pacientes do SUS. Essa ampliação

Guido Cerri,
diretor da Faculdade de
Medicina e principal acusador
de Ramires, foi membro do
Conselho Curador da Fundação
Zerbini de 1999 a 2002 e ao sair
elogiou o “profundo senso
prático” dos antigos pares

hospitalar é investimento no patrimônio público e, portanto, mesmo que haja apoio do governo para a quitação do empréstimo, não haveria uso de recursos públicos para fins privados. Ademais, os estatutos fundacionais determinam que, caso elas [as fundações] venham a ser extintas, todo o patrimônio seja automaticamente transferido para o complexo HC-FMUSP, isto é, integralmente público”.

Após mencionar que as “virtu-

des do complexo do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, exemplo no ensino, na pesquisa e na assistência, são reconhecidas nacional e internacionalmente”, Cerri arremata: “O papel das fundações tem sido fundamental para esse cenário. Tentar menosprezar essa atuação ou insistir num discurso político-ideológico de uma falsa privatização dessas instituições públicas é prestar um grave desserviço à nossa população”.

Pelo visto, bastou que se passassem alguns meses para o diretor da Faculdade de Medicina perceber que algum nível de privatização havia no InCor, “via” Fundação Zerbini. E que, se a fundação vier a ser extinta e algum “patrimônio” seu tiver que ser “transferido para o complexo HC”, será uma enorme dívida. Ou seja: haveria uma estatização dos prejuízos.

Todavia, o professor Cerri conhece bem a Fundação Zerbini, pois foi membro do Conselho Curador da entidade entre outubro de 1999 e outubro de 2002, eleito pelo Conselho Deliberativo do HC. Quando deixou o cargo antes do final do mandato (que terminaria um ano depois), para assumir a direção da Faculdade de Medicina, escreveu: “registro a proveitosa convivência no plenário desse Conselho Curador da FZ, que se notabiliza pelo acervo de conhecimentos acumulados pelos eminentes Conselheiros e o profundo senso prático com que abordam a diversidade de questões institucionais” (*Carta ao Presidente do Conselho Curador*, 24/10/2002).

“POLÍTICA OUSADA” OU MEGALOMANIA?

Ana Maria Barbour, Pedro Estevam da Rocha Pomar
e Vinícius Rodrigues Vieira
Equipe da Revista Adusp

Daniel Garcia



Serriamente endividada, a Fundação Zerbini ainda assim criou filiais do InCor em Brasília, Salvador e Osasco, um Centro de Pesquisas do Climatério e uma “agência social” para atuar no Programa Fome Zero do governo federal. Em 2003 tomou empréstimos da CEF e Bradesco que totalizaram R\$ 24 milhões, e precisou renegociar a dívida de R\$ 69 milhões contraída em 1998 com o BNDES. Em 2004 a entidade privada já devia R\$ 179 milhões somente a bancos

A crise financeira da Fundação Zerbini, originada na decisão de construir o Bloco 2 do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas (InCor) e para tanto contrair um empréstimo de R\$ 69 milhões no BNDES, foi agravada por uma série de iniciativas pouco compatíveis com as finalidades da entidade. Os déficits sucessivos e os problemas crescentes não inibiram o gosto de seus dirigentes pela abertura de novas unidades de atendimento e novas frentes de atividade, inclusive no Distrito Federal e na Bahia.

Em 2002, quando já havia abundantes sinais de alerta nas contas da Fundação Zerbini, seu principal dirigente *de facto*, professor José Franchini Ramires, falando ao Conselho Curador, elogiou a “política de administração ousada” e atacou os “críticos, os pessimistas e os céticos de plantão que procuram dificultar os planos” da entidade, que “demonstrará a todos que o nosso problema de saúde tem cura” (*Ata de Reunião*, 22/10/2002).

Embora admitisse que “a responsabilidade de administrar outras unidades” (Casa da Aids, Projeto Qualis etc.) exige o desembolso de “verbas consideradas praticamente a fundo perdido”, e que a construção do Bloco 2 do InCor “tem contribuído sensivelmente, a cada mês, na redução do patrimônio líquido da Fundação Zerbini, de modo que se medidas não forem tomadas, o mesmo se reduzirá a zero” (grifo nosso), Ramires apostava nas



Uma das “unidades de negócio” criadas em 2004: Centro de Diagnóstico, na Rua Antonio das Chagas, 1328 (Chácara Santo Antônio, São Paulo)

**Bandeira
Lins e Boulos
manifestaram-se contra
o Centro de Pesquisas do
Climatério. Ramires defendeu a
proposta, que seria “estratégica
em termos políticos”, e
ela foi aprovada por
unanimidade**

“expectativas extremamente favoráveis” representadas pela inauguração do “InCor Brasília”, então prevista para março de 2003, e por “diversos convênios que estão sendo firmados com o Estado e Município” (*Ata de Reunião*, 22/10/2002).

Estimulada por tal discurso, a fundação manteve sua escalada de empreendedorismo, fingindo não enxergar o déficit de R\$ 39 milhões

no balanço de 2002 (**Tabela 1 e gráfico**). De modo que, em abril de 2003, o Conselho Curador autorizou a criação do Centro de Pesquisas do Climatério (apesar da previsão de déficit anual de 300 mil reais da nova unidade) e da Agência Zerbini de Desenvolvimento Social, que teria a missão de colaborar com o Programa Fome Zero do governo federal (*Ata de Reunião*, 16/4/2003).

Cinco meses depois, foram aprovados os empréstimos tomados na Caixa Econômica Federal (R\$ 8 milhões) e no Bradesco (R\$ 4 milhões), a juros de mercado, para resolver situações de emergência, como “utilização imediata no pagamento dos salários dos funcionários em agosto de 2003”, “renegociação da dívida com fornecedores em atraso”, “capital de giro” (*Ata de Reunião*, 11/9/2003).

O Conselho Curador também aprovou, na ocasião, negociações em curso de operações financeiras que, caso viessem a concretizar-se, gera-

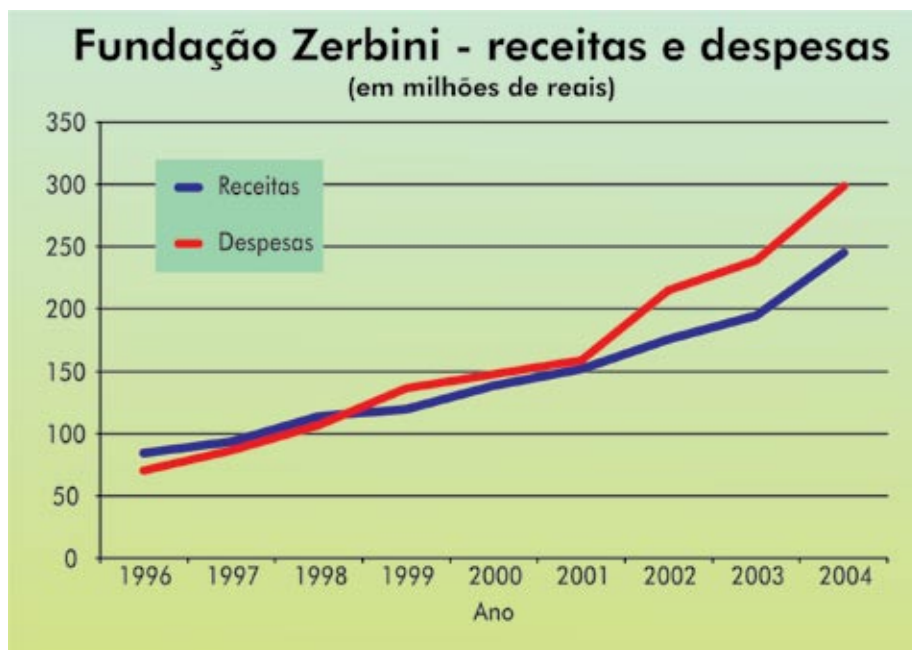


Tabela 1 - Fundação Zerbini - Déficits, 1999-2004 (em R\$)

Ano	Receitas	Despesas	Déficit
1999	119.298.000	136.180.000	-16.882.000
2000	138.298.000	147.632.000	-9.334.000
2001	151.587.000	158.867.000	-7.280.000
2002	175.443.000	214.775.000	-39.332.000
2003	194.717.000	239.241.000	-44.524.000
2004	245.449.000	298.988.000	-53.539.000

riam pesadas obrigações: 1) de um novo empréstimo da Caixa, no valor de R\$ 14 milhões; 2) de um pedido de financiamento, entre R\$ 50 milhões e R\$ 60 milhões, “do denominado Programa de Reestruturação Financeira e Modernização Gerencial dos Hospitais Filantrópicos vinculados ao Sistema Único de Saúde-SUS, para investimento e substituição de equipamentos obsoletos”; e 3) de um financiamento do M&T Bank, “via Ex-Im Bank”, no “valor inicial previsto de US\$ 11,1 milhões, podendo atingir o montante de US\$

18 milhões, para a substituição de todos os equipamentos do InCor em estado de obsolescência” (*Ata de Reunião*, 11/9/2003).

O financiamento do M&T Bank não estava previsto como ponto de pauta e sua inclusão provocou o protesto do conselheiro Marcos Boulos: “o tema é relevante e não poderia ser aprovado sem prévia e extensa discussão”. Porém, a pedido do então presidente do Conselho Curador, Pedro Piva, a proposta foi aprovada pelos presentes (*Ata de Reunião*, 11/9/2003). Tal sistemática

repetiu-se em diversas ocasiões. Os conselheiros Boulos e Carlos Francisco Bandeira Lins, únicos a opor-se a determinadas propostas da direção da Fundação Zerbini, na quase totalidade das vezes terminaram por aprová-las.

Bandeira Lins e Boulos manifestaram-se contrários, por exemplo, à criação do Centro de Pesquisas do Climatério. Ambos destacaram a previsão de prejuízos anuais da nova unidade, assinalada pelo estudo de viabilidade, bem como a incompatibilidade do tema climatério com as finalidades do InCor e da Fundação Zerbini. Ramires defendeu a proposta, que seria “estratégica em termos políticos”, e, por sugestão de Piva, ela foi aprovada por unanimidade “com a condição de que não gere nenhum prejuízo” (*Ata de Reunião*, 16/4/2003).

Em novembro, a Diretoria da fundação aprovaria “a abertura da Unidade de Negócio Climatério, a ser instalada na Rua Sílvio Sacramento, 205 – Pinheiros, na cidade de São Paulo” (*Ata de Reunião da Diretoria*, 27/11/2003). Curiosamente, neste endereço, um pequeno sobrado, funciona desde 1998 a Casa do Climatério, “unidade apoiada” pela Fundação Zerbini.

Igualmente dignas de nota foram as circunstâncias de aprovação da Agência Zerbini de Desenvolvimento Social, na mesma reunião do Conselho Curador. Bandeira Lins atacou a idéia, porque ela estaria em desacordo com os objetivos da fundação. Coube ao então presidente da Fundação Zerbini, Mário Gorla,

explicar que a agência teve origem em projetos realizados “a pedido de empresas privadas e públicas para atuar em prol de comunidades carentes circunvizinhas”.

“Com a mudança do Governo Federal, o projeto, reestruturado e adaptado às novas realidades, foi apresentado diretamente à sua Excelência o Presidente da República, sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que determinou, ato contínuo, ao Ministro da Segurança Alimentar, sr. José Graziano da Silva, que incluísse e aproveitasse o projeto da Agência Zerbini no denominado projeto Fome Zero”, continuou Gorla (*Ata de Reunião*, 16/4/2003).

Mais uma vez, Ramires enfatizou o papel *político* desempenhado por empreendimentos desse gênero: “a Agência Zerbini gerará, com certeza, um ganho político enorme para a Fundação Zerbini, não obstante haver dúvidas quanto à compatibilidade dessa atividade com os objetivos estatutários”. Outros conselheiros, como Maurício Rocha e Silva e o próprio Boulos, juntaram-se a ele e a Gorla na defesa do projeto.

O presidente do Conselho Curador, Pedro Piva, propôs então a realização de uma assembléia geral extraordinária para deliberar sobre o assunto, “mas foi alertado para o fato de que o Ministro da Segurança Alimentar iria noticiar em poucos dias a parceria com a Fundação Zerbini”. O drama prosseguiu com mais um ato de impacto: “Neste momento, o Vice-Presidente do Conselho Curador [Ramires] retorna à sala de reuni-

Tabela 2
Situação dos financiamentos contraídos pela Fundação Zerbini - 2004

Instituições	Valor	Taxas de juros ao ano
Débitos no Brasil (em R\$)		
BNDES	115.289.000	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)*
Bradesco	18.958.000	26,52% a 38,64%
Banco do Brasil	9.517.000	28,03%
Banco de Brasília	5.634.000	59,92%
Banco Santos	5.103.000	22,85%
Bic Banco	2.307.000	31,84%
BMC	4.198.000	32,92%
Caixa Econômica Federal	14.130.000	23,87%
Nossa Caixa	3.344.000	26,67%
Débitos no Exterior (em R\$)		
General Electric Medical System	664.000	12%
Amortização (em R\$)		
A longo prazo	106.022.000	
A curto prazo	73.122.000	
Total	179.144.000	

*Após renegociação com o credor em 2003. Parte da dívida é corrigida pela variação de uma cesta de moedas.

Fonte: Fundação Zerbini - Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003, p. 18 e 19

ões para informar que acabara de falar, por telefone, com o Ministro da Segurança Alimentar, que se predispôs a participar de uma reunião com os srs. conselheiros curadores para discussão do projeto”.

Bandeira Lins reconsiderou sua posição. A criação da Agência Zerbini de Desenvolvimento Social foi aprovada por unanimidade dos membros do Conselho Curador (*Ata de Reunião*, 16/4/2003), como tantos dos projetos controvertidos de Ramires. Efetivamente, José Graziano

anunciou a parceria com a Fundação Zerbini. Firmou-se um convênio entre o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (hoje extinto) e a fundação, para “garantir condições dignas de vida e de trabalho aos catadores de lixo”, inicialmente em São Paulo, Natal, Aracaju e Belford Roxo (jornal *Fome Zero Empresarial* 7, novembro de 2003). Em 2003 e 2004, a Fundação Zerbini recebeu do governo, para aplicar no projeto, subvenções de R\$ 844 mil e R\$ 2,153 milhões respecti-

Daniel Garcia



A "unidade de negócio" Climatério, na Rua Silvio Sacramento, 205 (Pinheiros, São Paulo)

vamente (*Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e 2003*, p. 22).

No final do ano, ao mesmo tempo em que comemorava os resultados da renegociação da dívida com o BNDES, o colegiado passou a cogitar da "construção de uma sede própria" para a Fundação Zerbini, "nas cercanias do InCor". A aquisição de um patrimônio imobiliário facilitaria investimentos e os "pretendidos financiamentos internacionais" (*Ata de Reunião*, 16/12/2003).

Contudo, a mais impressionante iniciativa da Fundação Zerbini no período é o "InCor Tecnologia", ou InCortec, descrito como nada menos do que uma "unidade de atividades de tecnologia, através de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, perma-

Ao defender a idéia da Agência Zerbini, Ramires sugeriu que ela geraria "um ganho político enorme para a Fundação, não obstante haver dúvidas quanto à compatibilidade com objetivos estatutários"

necendo as atividades de assistência à saúde através da assistência médica à população". A fundação retomaria com o InCortec a trilha iniciada por dois de seus empreendimentos anteriores: a empresa Fisics (extinta em 2001) e, posteriormente, a misteriosa *joint-venture* Icell.

O diretor executivo do InCor, Renato Corrêa Baena, presente à reunião do Conselho Curador que aprovou a proposta de estudo de viabilidade do InCortec, assim sintetizou a pretendida missão da nova unidade: "deveria ter um modelo empresarial para gerir a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico na área de cardiologia, com foco estratégico nas atividades-fim de tecnologia" (*Ata de Reunião*, 16/4/2003).

Por ocasião da apresentação do relatório resultante do estudo de viabilidade, estando em pauta a criação ou não do InCortec, registrou-se uma discordância pontual, mas reveladora da natureza do projeto. O conselheiro Boulos, que ressaltou ser favorável à idéia de "unidade ou filial da Fundação Zerbini, com o objetivo de apoiar a ciência e a tecnologia desenvolvidas pelo InCor", viu imperfeições no relatório, citando o fato de este "informar que a sede do InCortec seria no prédio do próprio InCor, utilizando a infra-estrutura do mesmo, situação que demonstraria, equivocadamente, ser o InCor HCFMUSP apoiador da Fundação Zerbini, quando é esta fundação que é de apoio ao InCor" (*Ata de Reunião*, 16/12/2003).

Diante das críticas e após "ampla discussão", decidiu-se que o relatório seria reescrito e reenviado aos conselheiros. Não houve, ao que parece, objeções de fundo ao InCortec nos órgãos dirigentes da Fundação Zerbini, ainda que o projeto representasse um novo estágio de privatização do InCor, na medida

em que gestores públicos de um órgão público decidem, por conta própria, criar uma estrutura privada empresarial “para gerir a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico na área de cardiologia” — ou seja, a pesquisa e tecnologia geradas por esse mesmo órgão público, o InCor. O projeto foi vetado, porém, pelo Conselho Deliberativo do HC, segundo informa Paulo Bonadies, advogado do professor Ramires.

A expansão das atividades continuaria em janeiro de 2004, com a “abertura da denominada Unidade Programa Família Saudável”, o similar do paulistano Qualis (Programa Saúde da Família) no Distrito Federal (*Atas de Reunião da Diretoria*, 21/1/2004 e 3/8/2004); em março, com a criação de uma filial do Qualis na Rua Estados Unidos; em outubro, com a criação do Centro Diagnóstico, na Chácara Santo Antonio (*Atas de Reunião da Diretoria*, 17/3/2004 e 20/10/2004). Este último, informa Bonadies, pretende realizar “parceria com as instituições de governo no sentido de agilizar a coleta, elaboração e diagnóstico de exames laboratoriais”, isto é, captar esses serviços.

As mais recentes empreitadas da Fundação Zerbini são parcerias com o município de Osasco (“Incor gerenciará serviço médico em Osasco”, *Folha de S. Paulo*, 19/5/2005) e o Hospital Espanhol, de Salvador (“Bahia vai ganhar unidade do InCor”, *Correio da Bahia*, 3/12/2005); e um contrato com o Hospital Humberto Primo, na zona sul da capital, que teria gerado em seis meses R\$ 8 milhões em dívida (*Globo Online*, 12/12/2005).

A DEFESA DE RAMIRES

O advogado Paulo Bonadies, que representa Franchini Ramires, afirma que o Conselho Deliberativo do HC optou por destitui-lo de seu cargo “sem qualquer razão aparente” e “sem que lhe fosse dado direito de defesa para, ao menos, responder às acusações que por ventura estivessem pesando contra ele”.

Ele argumenta que a destituição foi “desmotivada, sem qualquer fundamento moral, jurídico ou legal”, e que, se a origem das dificuldades financeiras do InCor está no empréstimo do BNDES, “na época o presidente do Conselho Diretor do InCor era o professor Adib Jatene e o do Conselho Curador da Fundação Zerbini era o então senador Pedro Piva que, representando o Estado de São Paulo, foi o grande batalhador para que o empréstimo saísse”.

Sobre a parceria com o Hospital Espanhol, Bonadies sustenta que ela visa apenas “à troca de

tecnologia na área de ensino e pesquisa, não havendo qualquer compromisso e participação da Fundação Zerbini e do InCor no desenvolvimento do projeto”. Quanto à Agência Zerbini, seus projetos seriam “autofinanciáveis, não acarretando despesas para a instituição”, e utilizam “a *expertise* da instituição”.

Sobre os empréstimos tomados pela fundação, o advogado de Ramires alega que tiveram a finalidade de “custear materiais e pessoal do InCor-SP, devido ao desequilíbrio entre receitas e despesas, agravado pelo débito junto ao BNDES e a responsabilidade do pagamento dos 1.503 funcionários contratados para a implementação do Bloco 2, do InCor-SP”. Denuncia, ainda, que “grande parte dos seus recursos vêm sendo retidos pela Secretaria Estadual de Saúde, que não repassa integralmente as verbas federais pertencentes à fundação”.

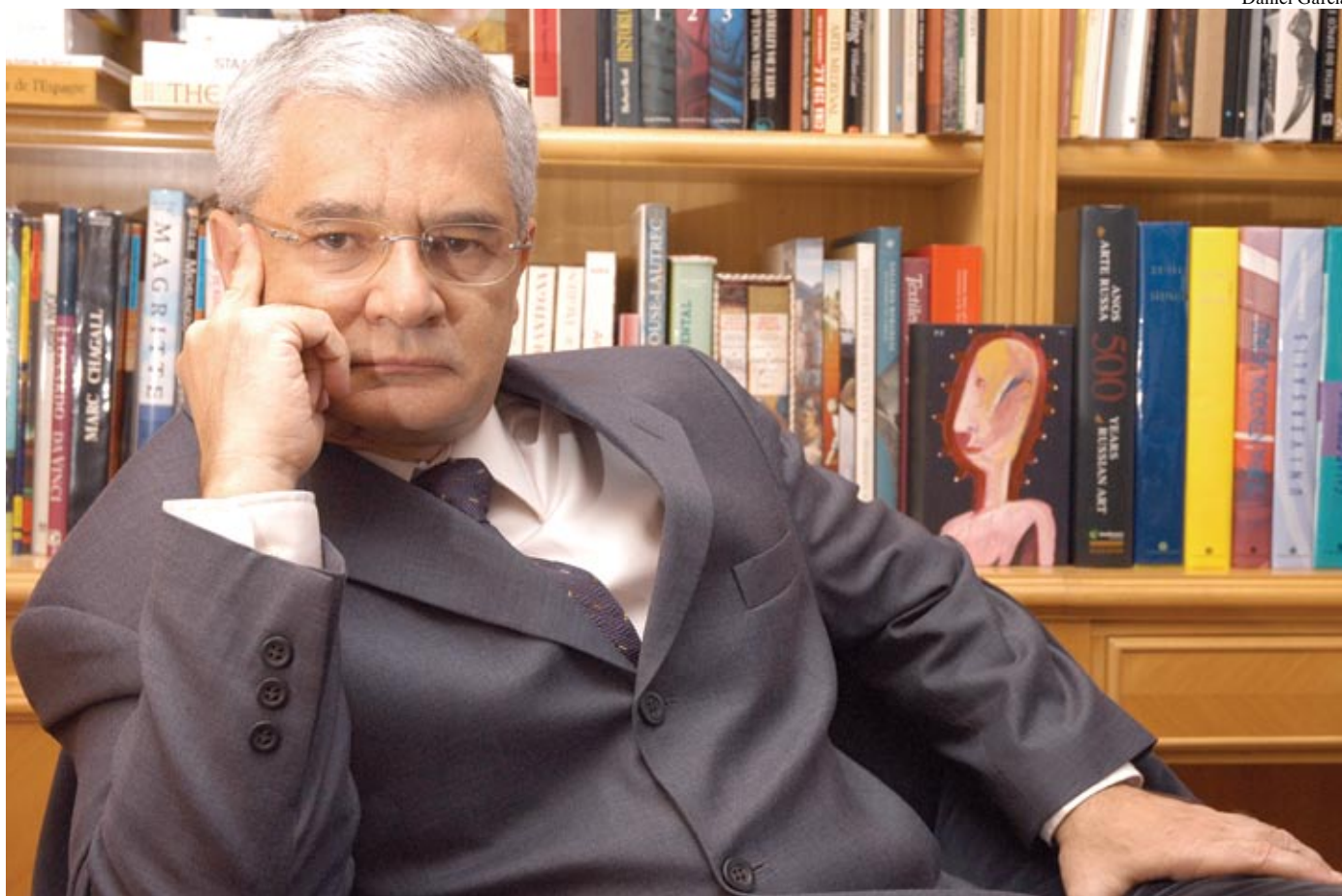
Mas, em matéria de “política ousada”, talvez nada se compare ao projeto apresentado por Ramires ao governador Alckmin em maio de 2004, por meio do qual o InCor ganharia autonomia, separando-se do HC (*Globo Online*, 12/12/2005). Por tudo isso, seria mais adequado falar-se em megalomania.

Megalomania cujo resultado mais palpável são dívidas contraídas com nove diferentes bancos

nacionais, quatro dos quais públicos (BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Nossa Caixa), e uma instituição estrangeira, a General Electric Medical System. Até o falido Banco Santos emprestou R\$ 5 milhões. Tudo somado, ao final de 2004 a Fundação Zerbini devia a esses agentes financeiros R\$ 179 milhões, em números redondos (**Tabela 2**). Obviamente, nessa conta não estão incluídas as dívidas com fornecedores.

“SÓ BLOCO 2 DO INCOR NÃO EXPLICA DÍVIDA”, DECLARA BANDEIRA LINS

Daniel Garcia



O promotor Carlos Francisco Bandeira Lins esteve por 16 anos à frente da Curadoria de Fundações da Capital (hoje Promotoria), do Ministério Público Estadual (MPE). Aposentado desde 1998, integra hoje os conselhos de diversas fundações privadas. Depois que deixou o MPE, Bandeira Lins exerceu durante algum tempo o cargo de membro do Conselho Curador da Fundação Zerbini, no qual repeliu a criação de um “nebuloso” fundo de recebíveis e outros desvios de finalidade. A entrevista foi concedida em 17/11/2005 a Ana Maria Barbour e Pedro Estevam da Rocha Pomar

Revista Adusp - O Sr. foi promotor de Fundações da capital durante dezesseis anos. É isso?

Bandeira Lins - Fevereiro de 1982 até março ou abril de 1998.

Revista Adusp - Ao chegar na Promotoria, o Sr. já se deparou com a existência de algumas fundações de apoio a unidades da USP. Qual foi sua impressão, seu primeiro contato com essa situação?

Bandeira Lins - Meu primeiro contato com dirigente de fundação foi com o professor Hélio Guerra Vieira, que tinha sido reitor da USP e dizia ser o responsável pela criação da primeira fundação de apoio. O professor Hélio Vieira concebeu a FDTE, que parece ser a mais antiga dessas fundações, Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia. E falava nisso com muito orgulho, dizendo que era um modelo que não só tinha se espalhado pelo Brasil todo, como também que já tinha seguidores pelo resto do mundo. A informação que eu tenho desde 1982 é essa.

Naquelas circunstâncias, eu já encontrando o fato consumado, com a criação de fundações que têm esse modelo, achei que não havia como me opor à existência dessas fundações, ainda que as visse criticamente. Mas, preocupado em diminuir o conflito entre os ardorosamente favoráveis a elas e os ardorosamente contrários, procurei exercer uma vigilância estreita para que as fundações não se tornassem esse germe do ensino pago. Advertindo sempre que não deveriam ministrar cursos que concorressem com os cursos de mestrado, doutorado

ministrados pela universidade. Que os cursos delas jamais fossem pré-requisitos para o ingresso em cursos de mestrado e doutorado.

Até que, passado um tempo, eu me conscientizei de que as fundações de apoio não poderiam existir sem que a entidade apoiada quisesse esse apoio. Aí já era reitor o professor José Goldenberg. Nós estivemos juntos e propus a ele, e ele imediatamente aceitou, que um dos pré-requisitos para admissão da criação de novas fundações fosse que a própria universidade, através do Reitor, dissesse que convinha a criação da fundação. Esse não era requisito único, mas o primeiro. A partir daí, instaurei essa sistemática: quem quisesse criar uma fundação deveria em primeiro lugar obter da Reitoria da universidade o aval para a criação.

Mas essa solução não me satisfazia inteiramente porque eu tenho das fundações uma visão histórica. As fundações vêm da antiguidade. Os institutos jurídicos nem sempre têm gênese muito precisa, porque nosso direito vem do direito romano e os romanos eram muito práticos, depois de já estar funcionando o instituto é que se davam as características dele. Houve um momento em que a cultura jurídica reconheceu a existência do instituto *fundação*. Se você for pesquisar entre os livros encontrará que uma fundação da antiguidade seria, por exemplo, a Biblioteca de Alexandria. Na verdade é impossível dizer qual é a primeira. A Biblioteca de Alexandria certamente não tinha as características que têm as fundações atuais. Mas surgidas de um modo um tanto

nebuloso, como a maioria dos institutos jurídicos, as fundações sem dúvida tiveram grande desenvolvimento sob o cristianismo, porque desde o princípio tinham cunho benemerente. A Igreja desenvolveu muito o instituto das fundações. Com limites muito estreitos, porque as fundações eram entidades estritamente benemerentes em seu sentido mais restrito. Elas se voltavam a proteger a infância, com creches, a velhice com asilos, a receber os mortos nos cemitérios, manter hospitais, distribuir alimentos aos que tivessem fome. Essas eram as fundações até o começo da Idade Moderna.

No começo da Idade Moderna, a partir do desenvolvimento do protestantismo, vamos ver pessoas mais livres para criarem fundações, darem a elas uma direção leiga e poderem escolher áreas que fugiam àquela estreita benemerência das instituições que ficavam sob a órbita da Igreja Católica. Vêm daí as fundações culturais, artísticas. É uma decorrência dessa doutrina da livre interpretação da Bíblia. Também no campo de fazer o bem, passou a haver uma livre interpretação. Cada um podia fazer o bem da forma como lhe parecesse melhor. Foi um dos subprodutos da Reforma.

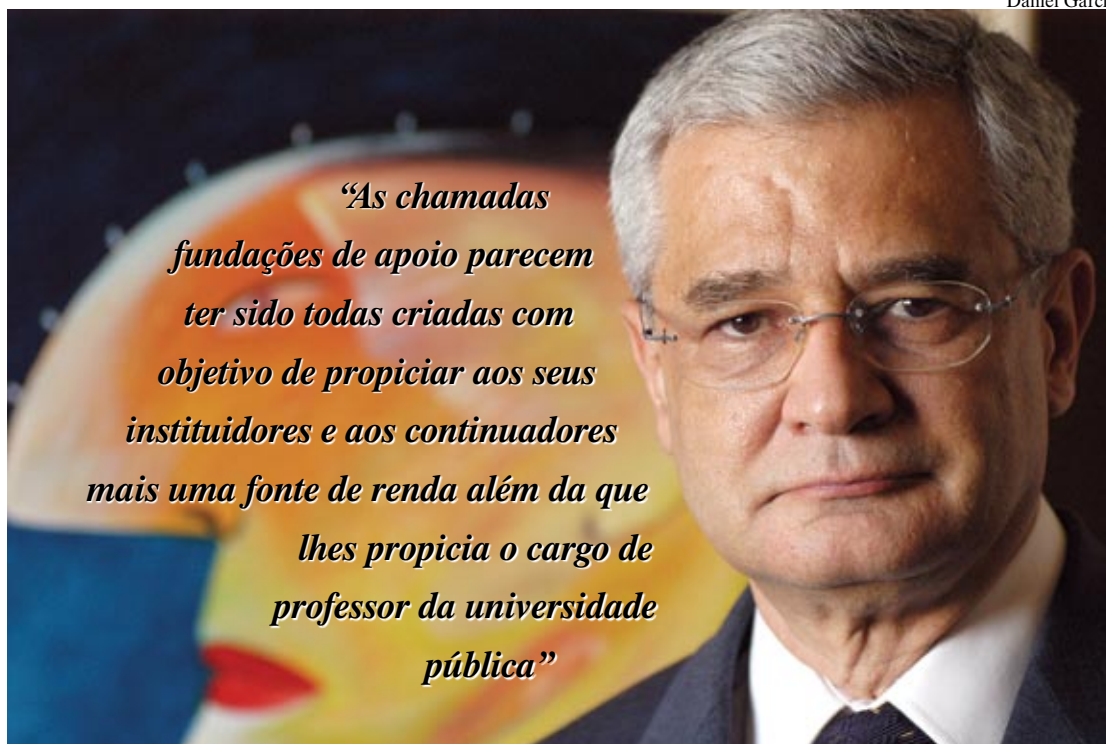
Antes e depois da Reforma, o que sempre marcou as fundações foi seu caráter benemerente. Aquilo se fazia sem que o instituidor estivesse querendo ter um proveito direto com a obra que empreendia. Muitas vezes era admitido um proveito indireto. Isso hoje é muito marcante quando uma pessoa jurídica como a Ford mantém

uma fundação. Ela evidentemente está tendo proveito. É uma forma de fazer publicidade. A marca se torna mais vendável porque ao lado da empresa automobilística há uma fundação cultural que apoia a pesquisa. Mas isso não é o objetivo primeiro de uma fundação, é uma consequência da criação da fundação.

Sempre se viu nas fundações clássicas esse caráter de-

desinteressado do ato institutivo. O instituidor ao criar a fundação está dando a ela uma parte do seu patrimônio pessoal, que poderia usar em objetivos egoísticos, e faz isso de uma forma altruística. Colocando a serviço da comunidade. Ainda que possa haver uma segunda intenção nisso, tirar proveito mercadológico. Mostrar isso é uma consequência também. Do protestantismo que via sucesso econômico como sinal da graça divina.

Acho inconveniente que se chame de fundação um patrimônio que foi concebido não com um espírito altruístico, que sempre caracterizou a existência das fundações, mas que no caso das fundações públicas signifique tão somente um ser mais independente de um governo, como é o caso da Fapesp ou da Fundação Padre Anchieta. O único objetivo legítimo é dar a este patrimônio uma administração que



não se confunda com a administração direta, com o governante do momento. Então vamos criar a Fapesp e dar-lhe uma administração com pessoas tiradas das universidades para que ela tenha independência em face do governo. Isso é legítimo, mas não sei se é legítimo chamar-se de fundação esse ente.

Da mesma forma, essas chamadas fundações de apoio na verdade parecem ter sido todas criadas com objetivo de propiciar aos seus instituidores e aos continuadores desses instituidores mais uma fonte de renda além da que lhes propicia o cargo de professor da universidade pública. Por isso, mesmo as que sejam excelentemente administradas e sempre tenham se preocupado com a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, acho questionável que devam ser reconhecidas como fundações. Fundação é um termo que deve ficar restrito àquelas entidades

criadas por alguém que pega uma parte do seu patrimônio e coloca a serviço da comunidade.

Revista Adusp - O senhor disse que falta a essas ditas fundações de apoio esse altruísmo que seria a alma das fundações clássicas. Pelo que podemos ver, em vários dos casos, falta o próprio patrimônio. Não vemos nessas fundações o patrimônio que é a própria condição de ser da fundação. O senhor se deparou com essa questão?

Bandeira Lins - Eu nunca promovi a extinção de nenhuma delas por não ter patrimônio, até porque depois de instituídas quase todas elas têm algum patrimônio. Mas nenhuma se criou sem patrimônio. Enquanto em outros países nota-se uma generosidade maior do instituidor, no Brasil são poucas as fundações que já se criam com um patrimônio su-

ficiente para alcançar o fim proposto. Normalmente fundações criadas por testamento é que têm o patrimônio mais alto. Fora disso as fundações muitas vezes se criam com um patrimônio bem restrito e a boa vontade de quem as instituiu.

Por muito tempo, no Ministério Público aqui em SP, no tempo em que o real foi criado, havíamos fixado em 100 mil reais ou 100 mil dólares, o equivalente a 100 mil dólares, o patrimônio mínimo para a criação de uma fundação com objetivo bem restrito. Quando o objetivo fosse mais abrangente nós reclamávamos um patrimônio inicial maior. Mas pelo interior afora ou em outros Estados se criam fundações no Brasil com 5 mil reais. Em Minas Gerais houve um promotor de justiça que com 5 mil reais a prazo tolerava que se criassem fundações. Não há distância tão grande entre a pujança econômica de São Paulo e de outros Estados para que houvesse uma diferença de 20 vezes do patrimônio mínimo exigido para criação de uma fundação.

Revista Adusp - Isso era exigido também das fundações de apoio?

Bandeira Lins - Não sei se quando se criaram essas mais antigas que eu já encontrei funcionando foi exigido, mas enquanto eu estive lá, éramos dois promotores a funcionar, e eu tenho a impressão de que meu colega sempre falou num patrimônio mínimo nesse ponto me acompanhando. Onde talvez não me acompanhasse fosse na

exigência de que o Reitor da USP se manifestasse expressamente favorável à criação da fundação. Talvez por isso tenham sido criadas mais fundações na área da saúde do que nas áreas de humanidades. Enquanto estive como promotor de fundações eu cuidava das fundações voltadas à cultura de modo geral, e o meu colega das fundações assistenciais, dentre as quais colocávamos as da área de saúde. Tenho impressão de que eu teria autorizado a criação de uma na área da Odontologia. Porque houve período

“Logo na primeira reunião do Conselho Curador da Fundação Zerbini vi que os dirigentes tinham entusiasmo por um negócio absolutamente nebuloso”

em que faltou o outro promotor e eu acumulei as funções. Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Odontologia. Ainda que na criação dessa fundação odontológica se dissesse “nós vamos atender os pobres, fazer trabalhos que as pessoas mais pobres não poderão custear”, ou “vamos desenvolver novas técnicas, patrocinar estudos”, é evidente que havia da parte dos que criavam essa entidade um objetivo de ampliarem seu campo de trabalho e obterem uma nova fonte de renda.

Revista Adusp - O Sr. exerceu recentemente o cargo de conselheiro curador da Fundação Zerbini. E nessa condição acabou se chocando com algumas das práticas adotadas ali. O que o Sr. acha interessante destacar desta experiência?

Bandeira Lins - Foi uma experiência nova e triste. Eu conheci o professor Zerbini quando entrei na Promotoria, já existia a Fundação Zerbini. Eu acompanhei muito atentamente, houve um momento em que diagnostiquei uma conduta errada de um dos dirigentes da fundação. Pretendi que a fundação tomasse providências contra o dirigente que ao meu ver se desmandava.

Acabei aceitando que a fundação excluísse aquele dirigente. Que tinha sido ministro de Estado e que foi excluído da fundação. Pensei que com isso jamais a fundação voltasse a qualquer prática censurável, e quando fui convidado para integrar o Conselho achei que estivesse entrando numa fundação que se pautasse com grande lisura na sua atuação, com grande transparência, mais do que lisura. Mas logo na primeira reunião vi que os dirigentes da fundação tinham um entusiasmo grande por um negócio que me pareceu absolutamente nebuloso. Censurável do ponto de vista moral. A criação de um fundo que deveria vender recebíveis que teria como base uma decisão judicial que favoreceu uma empresa falida, dando a ela uma indenização monstruosamente grande pelo que constava no xerox de uma sentença.

O MIRABOLANTE FUNDO DE RECEBÍVEIS

A proposta de criação, pela Fundação Zerbini, de um fundo de recebíveis, ou fundo de direitos creditórios, foi apresentada ao Conselho Curador durante a reunião de 28/10/2002. Bandeira Lins estava presente e contestou-a, denunciando que o advogado José Eduardo Carneiro Queiroz, responsável por um parecer solicitado pela fundação sobre o assunto, o havia elaborado com a ajuda de Edwald Arruda, autor da proposta. Queiroz, também presente, negou.

O ex-promotor ainda “questionou duramente o negócio proposto” por Arruda, levantando suspeitas sobre a veracidade dos documentos por ele apresentados. Acrescentou que promotores e juízes que consultara consideravam a idéia “mirabolante e sem embasamento legal”. “Ademais, o sr. conselheiro curador entende que o Fundo de Direitos Creditórios não se coaduna com os objetivos da Fundação Zerbini”.

O tema foi retomado na reunião extraordinária de 26/2/2003, quando Bandeira Lins relatou que um ex-superintendente da fundação, Antonio Carlos Bueno, lhe contara que em sua gestão Arruda já apresentara a mesma documentação. Bueno afirmara ainda “que

ditos documentos foram apresentados ao pretense detentor do crédito, senador José Sarney, e que este negou veementemente qualquer ligação ou envolvimento com o assunto”.

Bandeira Lins propôs que a criação do fundo fosse desconsiderada. O professor José Franchini Ramires persistiu na proposta, argumentando, entre outros fatos, que os documentos “foram utilizados na privatização” do Banespa, “representando a quantia de R\$ 60 milhões”. “Assim, sendo, em se confirmando que a documentação é de fato boa”, continuou, “não há porque desprezar essa verba”.

“Por entender que a Fundação precisa dessa verba para continuar salvando pessoas”, o professor Aldo Junqueira, outro conselheiro, concordou com Ramires. Bandeira Lins reiterou sua posição, “no sentido de que não bastaria afeirir o possível reconhecimento administrativo ou judicial do crédito, mas também a moralidade de tudo quanto se refira a isso”. Por fim, solicitou que o ex-senador Pedro Piva, presidente do Conselho, devido a seu “trânsito político”, averiguasse o caso. A sugestão foi aceita pelos conselheiros.

Esse foi o único documento que se apresentou: o xerox de uma sentença de primeira instância que diziam ter transitado em julgado, sem que houvesse nenhuma prova do trânsito em julgado. Uma indenização porque um banco público, investido na condição de síndico da massa falida daquela empresa, teria gerido mal um dos ativos da entidade falida. A entidade era economicamente inexpressiva. O bem era inexpressivo. A gestão ruínoza não podia, portanto, superar o valor do bem. No entanto o montante indenizatório era altíssimo. Eu brincava dizendo que com aquele dinheiro se comprava meia Amazônia. Era onde tinha sede a empresa, na Amazônia. O banco era o Banco da Amazônia.

Houve uma ação e há um xerox de uma sentença em que se condena a União. E a indenização era tão alta que, explicavam os entusiastas do negócio, o Governo não tinha como pagar a não em um prazo muito longo. Por isso se constituiria um fundo com esse recebível para que investidores comprassem cotas à espera de que a União fizesse esses pagamentos. Eu não sei se já houve algum pagamento. Nunca ouvi falar que a União já tenha feito qualquer pagamento, mas não havia prova da decisão judicial. Não havia prova do trânsito em julgado da decisão judicial. Se existiu mesmo aquela decisão judicial transitada em julgado, saltava aos olhos o caráter estapafúrdio da indenização fixada.

De modo que instituir um fundo, dando a essa indeniza-

ção o aval de uma fundação que deve ser respeitável, era colocar o nome da fundação junto de uma sentença que não me parecia nem um pouco razoável. No mínimo comprometeria a saúde moral da fundação, senão a saúde econômica, porque poderia aquilo ser uma ficção, pois só se mostrava no xerox. Não é razoável que uma fundação crie fundo com um recebível que não é um recebível dela, mas sim de um terceiro.

Se a Fundação Zerbini quisesse criar um fundo com o que ela tivesse para receber de entidades de saúde, planos de saúde, era uma coisa, mas pegar um crédito que é de terceiro para com esse crédito criar... parecia que se queria dar um caráter mais sério a esse recebível utilizando-se o nome da fundação. Por isso eu combati veementemente o negócio e espero tê-lo impedido, embora isso possa voltar a ser discutido a qualquer momento. Esse foi o primeiro ponto que logo na primeira reunião me distanciou do restante do corpo diretivo da fundação. Eu tive um apoio de alguns conselheiros, mas era uma minoria. E não foi só isso que me distanciou da diretoria da Fundação Zerbini.

Havia outras questões que me colocavam distante. Eu achava que a fundação deveria centrar todos os seus esforços na área da cardiologia, para o que foi criada a fundação. No entanto, vi que áreas que estavam muito distantes da cardiologia vinham sendo contempladas com verbas da fundação. Que estava numa situa-

ção financeira muito difícil desde que se aventurou em substituir o Estado na construção do Bloco 2 do InCor. Por exemplo a Casa da Aids: é uma instituição que possa merecer todo apoio e incentivo do Estado, mas de uma fundação cardiológica...

Outra coisa era o InCor em Brasília. Ali era a classe política toda querendo que houvesse um InCor em Brasília, porque deputado e senador tinham como melhor hospital do Brasil a ponte aérea para São Paulo. Todos que-

“Não era objetivo da fundação construir institutos de cardiologia pelo Brasil afora. E ainda houve atuação da fundação fora do Brasil que acho estranha, no Caribe”

riam que a Fundação Zerbini coordenasse a construção de um InCor em Brasília. A fundação devia desenvolver a cardiologia em São Paulo. Não era objetivo da fundação construir institutos de cardiologia pelo Brasil afora. E mais, ainda houve atuação da fundação fora do Brasil que acho estranha, no Caribe.

Revista Adusp - De que se tratava?

Bandeira Lins - Eu não sei o que era exatamente, foi menciona-

do, mas não tomei conhecimento mais concreto. Não sei se dava lucro, se dava prejuízo...

Revista Adusp - Portanto uma série de iniciativas que o Sr. considerou...

Bandeira Lins - Inoportunas, contrárias aos espírito que presidiu a instituição da fundação, de modo que ficava cada vez mais clara minha posição de oposição dentro do Conselho. Achei compreensível que ao vencer o meu mandato eu não fosse reconduzido. Se não houver uma atuação marcante do Ministério Público a fundação mais e mais poderá se desviar desse seu objetivo previsto no ato institutivo.

Revista Adusp - O Sr. então acabou se chocando com essa orientação predominante no Conselho Curador e por isso não foi reconduzido. Mas houve alguma explicação, algum contato?

Bandeira Lins - Não. Simplesmente deixaram de me chamar. Aliás me chamaram para uma reunião que só não se realizou porque não houve quórum, e depois se viu que eu já não tinha mandato, então não deveria nem ter sido chamado. Nessa reunião, a última em que compareci, e que não se instalou por falta de quórum, pedi demissão o ex-senador Pedro Piva, preocupado com os rumos da fundação. Parece que fez um requerimento muito lacônico informando que estava se desligando. Não deu claramente os motivos.

Daniel Garcia

“Tenho a impressão de que uma auditoria rigorosa comprovaria que a fundação, mesmo que não tivesse contraído dívida nenhuma para construir o Bloco 2, seria deficitária. Por atuação pouco responsável”



Revista Adusp - O Sr. chegou a propor uma auditoria ao Superintendente do InCor?

Bandeira Lins - A auditoria já tinha sido contratada. Nessa frustrada reunião em que o senador Pedro Piva pediu demissão eu cheguei a dizer que estava inclinado a me exonerar também. E o professor Ramires não estava. Estava o professor David Uip, ele disse “fique” e fez um apelo para que ficasse, dizendo que gostaria que eu acompanhasse o trabalho dos auditores e determinasse diligências aos auditores para que não houvesse dúvida quanto à lisura da fundação. Dias depois liguei ao professor Uip dizendo que se fosse para acompanhar a auditoria da forma como ele estava indicando, eu aceitaria ficar, somente até o final da auditoria. Mas se passa-

ram vários meses, virou o ano e eu não fui chamado.

Revista Adusp - Essa auditoria foi contratada por quem e com qual finalidade?

Bandeira Lins - Uma questão que ficou muito tempo sendo discutida foi se a fundação fazia ou não os aportes necessários à construção do Bloco 2 do InCor. Eu vivamente recomendei que não fizesse. Argumentavam que a fundação tinha dinheiro em caixa e isso provocava ciúmes de professores que não participavam da Fundação Zerbini, que era preciso gastar o dinheiro. Mas há mais coisas em que se gastar o dinheiro do que construir um prédio que é de responsabilidade do Estado. Se o Estado quer o Bloco 2, deve colocar ali

o dinheiro necessário. Acabou prevalecendo a idéia de que o dinheiro da fundação deveria ser canalizado para isso, e depois de canalizado todo o dinheiro ainda foi necessário que se fizesse empréstimos. A fundação ficou numa situação econômica muito ruim, devendo bastante, com patrimônio negativo.

A rigor, uma fundação que chegue a ter patrimônio negativo deve ser extinta. A rigor porque muitas vezes o Ministério Público é condescendente com esta situação. Eu mesmo possivelmente terei sido com alguma fundação. Como são beneméritos, pode em algum determinado momento haver uma injeção de recursos por parte de alguém e a fundação voltar a perseguir o objetivo a que se propõe. No caso da Fundação Zerbini isso se tornou crônico, a meu ver tornou possível que novas despesas se fizessem de modo a que só a construção do Bloco 2 não tornasse explicável o montante da dívida da fundação. Tenho a impressão de que uma auditoria rigorosa comprovaria que a fundação, mesmo que não tivesse contraído dívida nenhuma para construir o Bloco 2, seria deficitária. Por atuação pouco responsável. A auditoria era necessária por isso.

Revista Adusp - Eventualmente pode ter havido malversação de recursos?

Bandeira Lins - Não tenho elementos para dizer que houve, mas também não tenho nenhum para dizer que não houve.

Revista Adusp - Quem convidou o Sr. para assumir uma vaga no Conselho Curador e por que o senhor aceitou?

Bandeira Lins - A história chega a ser engraçada, porque num determinado dia recebi uma carta da ex-presidente da FFM, [Sandra] Papaiz, me cumprimentando pela eleição para o Conselho Curador da Fundação Zerbini. Esperei um mês. Como eu me dava com o colega com quem havia trabalhado quase uma década no MP, comentei com ele: “Situação engraçada, recebi uma carta me cumprimentando pela eleição e não fui oficialmente informado de que fui eleito”. Ele tomou a iniciativa de ligar para o presidente da fundação, Fernando Menezes. O dr. Fernando disse que de fato fui eleito, “mas o professor Ramires está viajando e quer comunicar pessoalmente”. Isso foi meses depois de eu ser cumprimentado pela Papaiz. E aí não sei se se criou um fato consumado. Até que recebi a informação oficial de que tinha sido eleito. Como eu tinha tido contato por longos anos com o professor Zerbini e tinha por ele grande admiração, achei que com os conhecimentos dos dezesseis anos na Promotoria de Fundações pudesse auxiliar em alguma coisa.

Revista Adusp - Quer dizer que o Sr. foi eleito membro do Conselho Curador à revelia. Não chegou a ser convidado por ninguém.



Daniel Garcia

Bandeira Lins - Se a dra. Sandra Papaiz estava bem informada, eu fui eleito à minha revelia.

Revista Adusp - O fato de ter exercido a Promotoria por dezesseis anos não preocupou o Sr. em relação a conflito de interesses?

Bandeira Lins - Não, conflito de interesses não pode existir. Quando me aposentei, não havia ainda a quarentena que se criou por uma emenda constitucional recente na reforma do Judiciário, e que obriga o servidor a ficar três anos sem exercer função na área em que militou. Eu me aposentei até sem a perspectiva de imediatamente advogar. Mas exatamente pela experiência que tive passei a ser procurado por algumas funda-

ções para advogar para elas. Não tanto na área judicial, mas muito mais na área administrativa. Então quando uma fundação quer reformar seu estatuto ou quando alguém quer criar uma fundação naturalmente meu nome vem à lembrança, porque passei no MP 31 anos e mais da metade desse tempo fui promotor de fundações. Era natural que se lembrasse de mim para me consultar se valia a pena criar fundação ou reformar estatuto. Nisso não há possibilidade de conflito de interesses. O juiz de família que depois vá advogar numa causa de divórcio não tem conflito nenhum. Pode acontecer que ele como juiz dê sentenças num determinado sentido, e depois

como advogado pegue um caso em que o interesse do seu cliente seja contrário à tese jurídica defendida por ele.

Em nenhuma dessas fundações tive em qualquer momento um único contrato e honorários. Nunca recebi um centavo sequer. Aceito trabalhar porque é a forma de continuar prestando serviço à comunidade e sem nenhuma remuneração. Se quisesse o prestígio do cargo, eu teria assinado em cruz tudo quanto a diretoria da Fundação Zerbini quisesse. Desde o primeiro momento eu me manifestei contrário, mesmo sabendo que aquilo não me conduziria a nenhuma posição de prestígio ou de poder, e faria a mesma coisa nas outras fundações em que estou.

Entre na Internet para conhecer
a edição eletrônica da Revista Adusp.
Este número e todos os anteriores
estão disponíveis na íntegra no site
www.adusp.org.br

Adusp